

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS - NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

VALDIRENE REIMANN

**AS CRIANÇAS DA PONTE: O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
COMÉRCIO FRONTEIRIÇO DE FOZ DO IGUAÇU- PARANÁ**

FOZ DO IGUAÇU, PR

2013

VALDIRENE REIMANN

**AS CRIANÇAS DA PONTE: O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
COMÉRCIO FRONTEIRIÇO DE FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE- para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Rosana Kátia Nazzari

FOZ DO IGUAÇU, PR

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do Campus de Foz do Iguaçu – Unioeste
Ficha catalográfica elaborada por Miriam Fenner R. Lucas - CRB-9/268

S363 Reimann, Valdirene

As crianças da Ponte: o trabalho infantil de crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu – Paraná / Valdirene Reimann. – Foz do Iguaçu, 2013.

129 fl. : il. : gráf.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosana Kátia Nazzari.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

1. Trabalho infantojuvenil - Aspectos sociais. 2. Foz do Iguaçu (PR) – Comércio informal – Menor trabalhador – Políticas sociais. I. Título.

CDU 331-053.5/.6
339.376(816.2Foz do Iguaçu)
364.46(816.2Foz do Iguaçu)

VALDIRENE REIMANN

**AS CRIANÇAS DA PONTE: O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
COMÉRCIO FRONTEIRIÇO DE FOZ DO IGUAÇU- PARANÁ**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Dra. Nelsi Salette Tonini
Universidade Paranaense - UNIPAR
Membro Efetivo (convidada)

Prof. Dr. José Carlos dos Santos
Membro efetivo (da Instituição)

Profª Dra. Rosana Kátia Nazzari
Membro efetivo (da Instituição)
Orientadora

Foz do Iguaçu, 28 de fevereiro de 2013.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me apoiou e ao meu anjo inspirador, que com Ele descansa: *Dara Reimann Decurgez*.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. José Carlos dos Santos por sua paciência, bondade e sapiência em nos orientar.

À Prof^a Dra. Rosana Kátia Nazzari, por seu apoio e aconselhamento.

Ao Prof. Dr. Geraldo Augusto Pinto pela determinação e competência nas correções dos trabalhos.

À minha família: marido, Marcelo Decurgez pelo incentivo encorajador para iniciar e finalizar este curso; ao meu filho, Enrique Decurgez, cujo amor e carinho me iluminaram. À mãe querida, Lori Reimann, sempre disposta a ajudar e meu pai Nelson Reimann.

À Secretaria de Assistência Social do Município de Foz do Iguaçu pelas importantes informações concedidas através das entrevistas.

Ao Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Foz do Iguaçu, representado pelo Conselheiro Márcio Rosa da Silva, pela gentileza e disponibilidade em fornecer dados à pesquisa.

À Procuradoria Regional do Trabalho da 9^a Região – Ministério Público do Trabalho, pela documentação fornecida.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE, pelas orientações e informações repassadas, as quais contribuíram para a efetiva conclusão desta pesquisa.

E finalmente, aos sujeitos centrais, que dão sentido a este trabalho: as crianças da Ponte da Amizade.

REIMANN, Valdirene. **As Crianças da Ponte: o trabalho de Crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu – Paraná.** 2013. 134 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Foz do Iguaçu, PR.

RESUMO

A fronteira de Foz do Iguaçu/Paraná e Ciudad Del Este/Paraguay é um local por onde circula um grande número de visitantes, ocorre um grande fluxo de capitais e de mercadorias. Nas interfaces das relações mercadológicas do comércio fronteiriço ocultam-se formas de trabalho degradantes que ajudam a manter a lucratividade na atividade, como por exemplo, a exploração do trabalho infantil. Investigando o passado de Foz do Iguaçu no período após a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, é possível compreender o surgimento de uma sociedade heterogênea, conflituosa, onde milhares de famílias sobrevivem do trabalho informal no comércio da Ponte da Amizade. Questões culturais têm assumido grande relevância no sentido de compreender o trabalho infantil como parte das representações das famílias em risco social, pois o encaram como elemento disciplinador e de aprendizagem para seus filhos. A pesquisa qualitativa possibilitou importantes conclusões, como a nacionalidade paraguaia dos trabalhadores infantis da Ponte da Amizade, as estratégias e astúcias utilizadas por esses sujeitos sociais e a necessidade de trabalhar precocemente a fim de complementar a renda familiar. As consequências do trabalho infantil são preocupantes, atingindo dimensões físicas e emocionais da saúde das crianças, além de privar-lhes do tempo dedicado à escola e ao lazer. Investigar os mecanismos utilizados pelos trabalhadores infanto-juvenis no comércio fronteiriço, compreender as causas que os levam a serem incorporados precocemente nesta atividade e identificar os programas sociais efetuados para atender esses sujeitos é a proposta da pesquisa.

Palavras-chave: Trabalho, Infância, Fronteira.

REIMANN, Valdirene. **The Children of the Bridge: the children and teenagers work at the frontier commerce of Foz do Iguaçu – Parana.** 2013. 134 f. Dissertation (Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Foz do Iguaçu, PR.

ABSTRACT

The Foz do Iguaçu and Ciudad Del Este/ Paraguay border is a place where many visitants circulate, there's a large flow of capitals and merchandise. At the marketing relationship interfaces of the border trades hides degrading forms of work that helps maintain the activity profitability, for example, the childhood work exploration. Investigating Foz do Iguaçu's past after the Itaipu's hydroelectric plant was built, it's possible to understand the emergence of a heterogeneous society, disputatious, where thousands of families survive due to the informal work commerce at de Friendship Bridge. Cultural issues have assumed great importance in order to understand childish work as a social representation part in social risk families, because they face it as a disciplinarian element and as a learning process to children. The qualitative research enables important conclusions, such as the Paraguayan nationality of the Friendship Bridge's childhood workers, the strategies and astuteness applied by these social fellows and the needing of a precocious work to complement the family income. The childhood work's consequences are worrying, reaching the kids physical and emotional health, beyond depriving them of their time assign to studies and leisure. Investigate the children and teenagers workers used mechanisms at the border commerce, understand the reasons that took them to be early incorporated at this activity and identify the social programs made to attend to these people is the purpose of this research.

Keywords: Work, Childhood, Border.

REIMANN, Valdirene. **Los niños del Puente: El trabajo de niños y adolescentes en el comercio fronterizo de Foz do Iguaçu- Paraná.** 2013. 134 f. Disertación (Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Foz do Iguaçu, PR.

RESUMEN

La frontera de Foz do Iguaçu/Paraná y Ciudad Del Este/Paraguay es un lugar por donde circula gran número de visitantes y desarrolla un gran flujo de capitales y mercaderías. En las varias facetas de las relaciones mercadológicas del comercio fronterizo se ocultan formas de trabajo degradantes que ayudan a mantener la ganancia de la actividad como, por ejemplo, la explotación del trabajo de los niños. Indagando el pasado de Foz do Iguaçu, después del período de la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Itaipu, es posible comprender el surgimiento de una sociedad heterogénea, conflictiva, donde miles de familias sobreviven del trabajo informal en el comercio del Puente de la Amistad. Cuestiones culturales han asumido gran importancia en el sentido de comprender el trabajo infantil como parte de las representaciones de las familias en riesgo social, una vez que lo encaran como elemento disciplinador y de aprendizaje para sus hijos. La investigación cualitativa posibilitó importantes conclusiones, como la nacionalidad paraguaya de los trabajadores infantiles del Puente de la Amistad, las estrategias y astucias utilizadas por esos sujetos sociales y la necesidad de trabajar precozmente para complementar el ingreso del grupo familiar. Las consecuencias del trabajo infantil son preocupantes, afectando dimensiones físicas y emocionales de la salud de los niños, además de privarlos del tiempo dedicado a la escuela y la recreación. Investigar los mecanismos utilizados por los trabajadores infanto-juveniles en el comercio fronterizo, comprender las causas que los llevan a ser incorporados precozmente en esta actividad e identificar los programas sociales efectuados para atender a estos sujetos, es la propuesta de la presente investigación.

Palabras-clave: Trabajo, Infância, Frontera.

LISTA DE SIGLAS

AFA - Associação Fraternidade e Aliança.

CONAETI - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

MPT - Ministério Público do Trabalho.

NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crime.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

PDI/DM - Plano de Desenvolvimento Integrado Diagnóstico Municipal.

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

PNAD - Programa Nacional por Amostra por Domicílio.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico da evolução do número de habitantes em Foz do Iguaçu entre os anos 1970 a 1990	56
Figura 2 - Bairros às margens do rio Paraná em Foz do Iguaçu.....	73
Figura 3 - Criança em atividade informal no município de Foz do Iguaçu.....	90
Figura 5 - Menino trabalhando como vendedor em Ciudad Del Este/Paraguay	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas - Ano 2009 - Município de Foz do Iguaçu.....	71
Tabela 2 - População com frequência escolar - Ano 2009 - Município de Foz do Iguaçu ...	72
Tabela 3 - Nascimentos: Ano 2010 - Município de Foz do Iguaçu.....	72
Tabela 4 - Óbitos – Ano 2010 - Município de Foz do Iguaçu.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 TRABALHO E CULTURA OU UMA CULTURA DO TRABALHO.....	20
1.1 A FRONTEIRA E O CONCEITO DE TRABALHO	20
1.2 CULTURA E TRABALHO	24
1.3 MIGRAÇÃO E TRABALHO INFANTIL.....	27
1.4 A REDESCOBERTA DA INFÂNCIA: AS INFÂNCIAS, A GLOBALIZAÇÃO E O TRABALHO INFANTIL.....	30
1.5 DISCUSSÕES INSTITUCIONAIS	36
1.6 TRABALHO INFANTIL NA HISTÓRIA DO BRASIL	44
1.7 CULTURA DO TRABALHO E GRUPOS ETNOGRÁFICOS OU ANTROPOLÓGICOS (PARA LEMBRAR QUE CRIANÇAS PARAGUAIAS TAMBÉM ESTÃO NA PONTE LADO BRASILEIRO).....	50
2 A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU E SEU IMPACTO SOBRE A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU	54
2.1 FOZ DO IGUAÇU DURANTE OS ANOS 1980	55
2.2 IMPACTOS PÓS-ITAIPU	61
2.3 POSTOS DE TRABALHO FORMAIS E INFORMAIS	64
2.4 A FRONTEIRA DIVIDIDA PELO CONCEITO DE TRABALHO – “IMPORTAÇÃO” DE PRODUTOS.....	67
2.5 CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL.....	70
3 FRONTEIRAS DO TRABALHO INFANTIL	76
3.1 A PONTE QUE “ACOLHE” AS CRIANÇAS PARA O TRABALHO.....	76
3.2 O QUE AS CRIANÇAS FALAM SOBRE O TRABALHO NA PONTE DA AMIZADE.....	80
3.3 O QUE OS PAIS AFIRMAM PARA JUSTIFICAR O TRABALHO DOS FILHOS...	92
3.4 EVASÃO ESCOLAR.....	95
3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	98
3.5.1 O empoderamento dos jovens.....	98
3.5.2 A invisibilidade e vulnerabilidade das crianças.....	100
3.5.3 Políticas Públicas de enfrentamento ao trabalho infantojuvenil em Foz do Iguaçu	102
3.5.4 O Conselho Tutelar em Foz do Iguaçu – avanços e conflitos	103
3.5.5 A Secretaria de Assistência Social	107
3.5.6 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	109
3.5.7 Plano de Atendimento Integrado de Referência e Contra-referência para Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual Comercial	111
3.5.8 O ProJovem.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	128
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da capacidade humana de transformar a natureza por meio do trabalho apresenta-se como a categoria basilar do devir humano e da reprodução social. O trabalho, *a priori*, distingue a espécie homo sapiens das demais: humaniza-o. Segundo Marx (1982), o trabalho puro e simples é a categoria geradora de riquezas, e condição para a existência social do homem, porque altera a própria natureza humana, uma vez que o trabalho útil é o elemento central do desenvolvimento de sua sociabilidade. Da mesma forma, Lukács (2004) argumenta que a essência do trabalho consiste na capacidade de transpor a fixação do homem na relação biológica com o ambiente, sendo que o momento distintivo não está na perfeição dos produtos elaborados e sim, no papel da consciência humana.

Por sua vez, no capitalismo, o que era a finalidade central do ser social transforma-se em meio de subsistência - a força de trabalho transforma-se em mercadoria. Na sociedade capitalista, da forma como se objetiva, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranho.

O atual contexto socioeconômico do Brasil – início do século XXI - apresenta-se marcado pelas nefastas consequências das metamorfoses no mundo do trabalho do capitalismo contemporâneo, isto é, capitalismo financeiro sem lastro e sem pátria. Foz do Iguaçu, embora não dependa da atividade industrial, e sim do turismo, do comércio e da prestação de serviços igualmente e talvez com maior intensidade, devido ao comércio fronteiriço, apresenta os desdobramentos dessa crise, através das precárias relações de trabalho, da informalidade e a desumanização em nome do fetiche da mercadoria (MARX, 1985). Porém, o mais repugnante é que o capitalismo não respeita sequer o limite etário, a incompleta compleição física e psicológica, porque consiste em um sistema que, buscando a exploração máxima da mais-valia em quaisquer atividades, admite a incorporação de crianças, tornando-os adultos precoces e submetendo-os ao mercado de trabalho. Este fato torna-se mais perverso quando atinge um grupo fragilizado na sociedade: as crianças. Nesse contexto enquadra-se a temática dessa pesquisa, ou seja, as experiências de trabalho infanto-juvenil no comércio fronteiriço que se desenvolve entre Brasil-Paraguai, nas proximidades da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, Paraná.

Nesse sentido, com o intuito de retomar a história de Foz do Iguaçu após a década de 1980 até os dias atuais e analisar a dramática ruptura ocorrida no momento em que a cidade passou a fazer parte dos planos estratégicos do Governo Militar da década de 1980, pretende-se conhecer, analisar e compreender as consequências desse processo para a sociedade local,

as transformações impostas ao espaço urbano e o surgimento de uma população excluída, submetida a relações de trabalho informais e precárias, dentre elas a presença do trabalho infanto-juvenil. Nessa proposta é crucial realizar um diagnóstico do microcosmo onde convivem esses jovens, seu contexto econômico, social, familiar, sua frequência escolar. Paralelamente, pretende-se destacar as políticas públicas e as medidas adotadas pelo Governo Municipal no sentido de reverter o panorama social que ocasiona essas disfunções sociais.

Foz do Iguaçu é um município que ocupa um espaço de fronteira em um limite territorial entre três países – Argentina, Paraguai e Brasil. Conforme dados do censo do IBGE para o ano de 2010, o município tinha uma população de 250.918 habitantes, com área de unidade territorial de 618km². Dentre os habitantes sem instrução e com menos de um ano de estudo – com faixa etária de 5 a 6 anos somam 11.537 habitantes; com 10 anos ou mais são 13.818. O dado mais alarmante refere-se ao índice de pobreza do município: de 42,91%, que comparado ao da capital do Estado, Curitiba: 31,71%, causa impacto, revelando os contrastes no que se refere a indicadores sociais e econômicos que fazem da sociedade brasileira uma das mais desiguais do mundo (LEMOS, 2008). A cidade apresenta condições propícias à ocorrência do fenômeno contemporâneo da informalidade no trabalho. As proximidades da Ponte da Amizade, na fronteira do Brasil com o Paraguai constituem-se em nicho adequado para o primeiro emprego dos jovens. Mas nem sempre os sujeitos sociais inseridos na informalidade são majoritariamente jovens, também há grande incidência de crianças.

Conforme declarações de um dos Conselheiros Tutelares de Foz do Iguaçu, a cidade apresenta o maior número de registros de violação dos direitos das crianças no Estado do Paraná, em um contexto social preocupante e com uma população marginalizada sobrevivendo nas 70 favelas espalhadas pela periferia.

O grande problema do trabalho informal em Foz do Iguaçu refere-se à relação “mercado de trabalho” e faixa etária, bem como à qualidade das ocupações e das atividades desempenhadas pelos trabalhadores menores. A precarização desse tipo de atividade informal expõe a criança a condições de risco, podendo sofrer exploração sexual comercial e ser forçada ao trabalho escravo (CARDIN, 2009). Numa pesquisa realizada em 2002, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (apud CARDIN, 2009) constataram-se níveis na exploração sexual comercial: situam-se em primeiro nível de exposição à pobreza e miséria, as crianças que vendem doces, passam muambas e mendigam. Essas crianças são aliciadas pelos próprios familiares, amigos, vizinhos que recebem até cem dólares por criança. A perda de valores morais, culturais e sociais que esses indivíduos sofrem tem consequências

nefastas para seu desenvolvimento físico e mental, e refletirão no futuro da cidade, causando exclusão social e conseqüente violência urbana.

Na observação concreta, o que se percebe no mundo do trabalho do comércio fronteiriço em Foz do Iguaçu, é que esses jovens se tornam visíveis em suas relações mercadológicas e informais, adquirindo conhecimentos de vivências, novas expressões e aprendendo matemática através das conversões de moeda; esse conhecimento empírico que as crianças e adolescentes adquirem não são valorizados pela escola tradicional, pois a educação bancária de acordo com Freire (apud CECCON, 1982) não sabe ou não quer aproveitar todos os conhecimentos e experiências que as crianças pobres acumularam no seu meio ambiente e que, por vezes, são muito ricas, como defende Ceccon (1982). Essas experiências apreendidas no cotidiano dessas crianças são extremamente interdisciplinares, uma vez que permitem que elas se interrelacionem com outros personagens, manifestem outras línguas, outros sons nessas interfaces entre trabalho, repressão das instituições do Estado, negociações com clientes e iniciem empreendedorismo primitivo, aprendam a sobreviver e enfrentar desafios.

A ideia do conflito social é uma categoria fundamental da História (DEMO, 1980). Aplicando à temática da pesquisa, observa-se a ocorrência do trabalho de crianças e adolescentes como uma decorrência do desenrolar do processo histórico e social caótico da comunidade de Foz do Iguaçu, ou seja, consiste em uma tese, e esta dada situação social é considerada uma fase, o que decreta sua provisoriedade e a possibilidade presente de sucessão histórica, ou seja, gerando dentro de si condições para a mutação social. A antítese apresenta a proposta de reforma de tal situação dentro do contexto social, a qual será um melhoramento das condições dadas, apresentando propostas de mudança para o contexto familiar da população estudada. Conclui-se que campanhas de conscientização das famílias envolvidas com o trabalho infantil e o avanço nas Políticas Públicas na área social consistem em pautas que assumem prioridade na agenda das discussões comunitárias e que podem culminar na melhoria da qualidade de vida das crianças. Além disso, percebe-se a necessidade da integração entre instituições ligadas à proteção de crianças e adolescentes no Brasil e no Paraguai, pois a questão central da pesquisa culmina na constatação da imigração de jovens entre um país e o outro com o intuito de se inserirem no comércio fronteiriço. Está presente a consciência que a síntese exposta como solução provisória para o problema do trabalho de crianças e adolescentes não tem a pretensão de ser definitiva, podendo conter em si mesma, suas limitações e falhas.

Os métodos de procedimento são de forma complementar, o método histórico e o observacional, a fim de compreender as atuais formas de vida social, instituições e costumes

como decorrentes do passado de uma determinada comunidade, verificando a influência que as mudanças do mundo contemporâneo exercem nesse meio (DEMO, 1980). No caso específico sobre a ocorrência do trabalho infantil e de adolescentes na região da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu, além de tornar inteligível o processo que propiciou esta ocorrência, justificando também os motivos, esclarece quais fatores contribuíram para sua ocorrência. Quanto aos meios de investigação, a pesquisa é bibliográfica e documental, envolvendo acervo de diversas bibliotecas da cidade. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Foz do Iguaçu, foram dedicadas muitas horas em busca de obras indicadas pelos professores ou que estivessem relacionadas ao tema do trabalho infantil e que não foram frustradas, pois existe abundância de material que possibilitou suporte teórico à pesquisa. Na Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu, foi possível ter contato com documentação referente a ações governamentais de gestões municipais do início da década de 1980, relatórios administrativos, mapas da cidade, periódicos e demais documentos. Além disso, acervos de outras instituições forneceram apoio bibliográfico, tais como a biblioteca da UNIAMÉRICA e do Colégio Estadual Dom Pedro II.

Foi-nos disponibilizado material publicado em documentos de Instituições, tais como ofícios, relatórios, termos de audiência da Procuradoria Regional do Trabalho – 9ª Região – Ministério Público do Trabalho (MPT), do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Foz do Iguaçu, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Associação Fraternidade e Aliança (AFA) – Porto Meira/Foz do Iguaçu e Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu.

Em 2012, a pesquisa qualitativa utiliza-se de multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre e procura tanto encontrar seu sentido, quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. Dessa forma, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com pessoas responsáveis por setores dentro de instituições ligadas à proteção de crianças e adolescentes, as quais forneceram dados sobre o panorama real das políticas públicas em funcionamento no município. Da mesma forma foram realizadas investigações empíricas e entrevistas semi-estruturadas, compostas de perguntas abertas e questionários, com dez (10) crianças em situação de trabalho infantil e com comerciantes nos locais onde o fenômeno estudado ocorre, ou seja, nas proximidades da Ponte da Amizade. A inserção como professora da rede estadual de ensino no Colégio Estadual Dom Pedro II, em Foz do Iguaçu, permitiu-me levantar ocorrências, acompanhar casos de alunos que dividiam seu tempo de estudo com o trabalho e compartilhar de seus dramas pessoais e conhecer em parte seu cotidiano, informações cruciais para o conhecimento

da realidade concreta dos sujeitos da pesquisa. Para análise das entrevistas considera-se imprescindível a utilização da pesquisa qualitativa, pois permite uma partilha densa com pessoas, fatos e locais e a extração nesse convívio, dos significados latentes e visíveis do fenômeno que está sendo investigado.

Assim, a interpretação de dados e informações foi possível por meio de técnicas utilizadas pela pesquisa qualitativa como, por exemplo: análise de conteúdo, análise do discurso, análise do discurso do sujeito coletivo, fenomenologia hermenêutica dentre outros métodos e técnicas de análise e interpretação de dados e informações da pesquisa qualitativa.

Foram estabelecidas regras específicas ao escolher a metodologia da pesquisa, baseados em alguns princípios éticos que norteiam a Ciência Social: o respeito pelos sujeitos da pesquisa, a beneficiência, o consentimento informado e a proteção da privacidade.

Não há um controle migratório rigoroso na fronteira Ciudad Del Este-Foz do Iguaçu que permita identificar o número de crianças e adolescentes que passam a Ponte da Amizade em direção ao Brasil. Por isso, foram escolhidas 10 (dez) crianças para serem entrevistadas na Vila Portes quando foi visibilizada sua situação de trabalho infantil, ou seja, encontravam-se perambulando pelas ruas, vendendo alguma mercadoria.

O primeiro passo tomado antes de efetuar as entrevistas foi informar aos participantes o teor da pesquisa, ratificar sua concordância em colaborar e obter clareza dos objetivos das perguntas. A pretensão foi obter dados importantes partindo da confiança dos sujeitos. A beneficiência, conforme Christians (2006), é a ordem em que os pesquisadores asseguram o bem estar de seus sujeitos, no sentido de minimizar ao máximo os danos da pesquisa. Os entrevistados concordaram em participar das entrevistas quando se tornaram cientes de que os questionários não partiam de pessoas provenientes de órgãos ou entidades ligadas ao acolhimento e à proteção de crianças e adolescentes, como Conselho Tutelar ou CREAS. Seguindo a tradição de Mill e Weber (apud CHRISTIANS, 2006) compreende-se que os sujeitos da pesquisa têm o direito de serem informados a respeito da natureza e das consequências da pesquisa a que estão submetidos. Seguindo este paradigma, acredita-se que os indivíduos devem concordar voluntariamente em participar das entrevistas, sem constrangimentos ou pressão, respeitando assim, a liberdade humana. Considerou-se o respeito à privacidade um dos aspectos mais relevantes da pesquisa de campo, pois assegurar a confidencialidade dos dados e identidades dos participantes configura-se como elemento tranquilizador para os sujeitos. Uma das peculiaridades nas entrevistas realizadas com as crianças na Vila Portes foi a impossibilidade de obter a autorização prévia dos pais para que

as mesmas concedessem seu depoimento, pois suas famílias residem em Ciudad Del Este, no Paraguai, e na maioria dos casos, elas encontravam-se desacompanhadas. Sendo assim, nossos sujeitos eram informados sobre a pesquisa e se teriam interesse em participar. Todos os jovens abordados concordaram em falar, pois demonstravam interesse em transmitir suas experiências e sua visão de mundo.

Destaca-se da mesma forma, como opção metodológica para o enriquecimento da pesquisa, a defesa do pensamento interdisciplinar, como proposta para integrar o conhecimento de diferentes áreas e humanizar a ciência, considerando como princípio básico o homem como ponto de partida e ponto de chegada do conhecimento científico. Entende-se que a fragmentação do conhecimento desnaturaliza a natureza, promovendo rupturas entre o conhecimento da natureza e o mundo social (ALVARENGA, 2011). Dessa forma, integram-se nesta pesquisa, conhecimentos da História, Geografia, importantes contribuições da Sociologia, Antropologia, Serviço Social além da Ciência Política.

Torna-se necessário, dadas as particularidades de cidade fronteira que apresenta Foz do Iguaçu, contribuir para a revisão historiográfica já iniciada pelas Universidades locais, no sentido de mostrar a realidade do trabalho informal, reflexo do atual caráter mundializado do sistema capitalista, o qual degrada o ser humano, colocando crianças e jovens em idade escolar, à disposição de suas práticas nocivas, expostas à violência, ao constrangimento, a jornadas de trabalho cansativas para ajudar na subsistência da família ou apenas para consumir mercadorias que o próprio meio onde convivem oferece – o sistema capitalista emprega e induz ao consumo.

Diante das diversas considerações a proposição desta pesquisa é analisar as estratégias de trabalho de crianças e adolescentes, de 5 a 14 anos, no comércio fronteiro da Ponte da Amizade (Brasil-Paraguai) em Foz do Iguaçu, decorrente das transformações e rupturas ocorridas na sociedade local após a década de 1980, analisar o perfil desse grupo social e o motivo de seu ingresso precoce ao mercado de trabalho. Para tanto, torna-se imprescindível reconhecer as representações e as formas de sobrevivência desses sujeitos sociais que, na maioria das vezes, divergem das ações dos agentes estatais. Busca-se também pesquisar as políticas públicas em andamento no município, bem como sua aplicação e seus empecilhos.

Discutir e pesquisar os entraves da real e humanizadora integração dos países latino-americanos na tríplice fronteira, em um Curso de Pós-Graduação é um seminal avanço para a comunidade regional, principalmente quando a temática refere-se à educação de crianças e jovens, os futuros sujeitos dessa sociedade. A Ciência só terá valor para a humanidade, se, cedo ou tarde, ajudá-la a viver melhor. Como não experimentar essa perspectiva com relação

à História, mais que todas as ciências predestinada a trabalhar em benefício do homem na medida em que o tem como seu elemento de estudo? (BLOCH, 2001).

Sendo assim, é importante que o estudo acadêmico local esteja disposto a desmascarar as desigualdades sociais e a barbárie que permeiam as atividades econômicas de uma comunidade voltada para a produção energética, turismo e comércio, contribuindo para diminuir as barreiras sociais que obstam a busca de uma vida dotada de dimensão emancipadora.

1 TRABALHO E CULTURA OU UMA CULTURA DO TRABALHO

1.1 A FRONTEIRA E O CONCEITO DE TRABALHO

Na tríplice fronteira em estudo e em qualquer outro lugar do Brasil fica difícil definir o termo *trabalho*, devido à sua polissemia: pode ser pago ou voluntário, executado dentro ou fora de casa, ser apenas uma ajuda, relacionado ou não com membros da família. No caso do trabalho infantil, ficam claras as referências à família como totalidade e valor e a submissão do indivíduo a uma hierarquia, envolvendo diferenças intrínsecas entre idade e sexo (DAUSTER, 1995).

Ao abordar historicamente o tema *trabalho* destacam-se duas versões para esta atividade humana na luta pela sobrevivência. Arendt (2005, p.15) utiliza o termo labor para referir-se à atividade humana que corresponde ao “processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida”. O labor, segundo a autora, assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie.

Quanto ao trabalho, Arendt (2005, p.15) o relaciona ao artificialismo da existência humana. O trabalho seria a atividade que produziria um mundo artificial de coisas, diferente do ambiente natural. “A condição humana do trabalho é a mundanidade”. Tal distinção entre as duas atividades, o trabalho e o labor, é remanescente da antiga distinção grega entre o artífice e os escravos que trabalhavam com o corpo para assegurar sua sobrevivência. O labor para os gregos era motivo de desprezo, pois o cidadão digno deveria dedicar-se às atividades ligadas à política, ou seja, aos assuntos da cidade-estado. O labor tinha conotação de dor e atribulação.

Para Marx (1982), o trabalho em geral é uma categoria muito simples e muito antiga. Desde a pré-história, o trabalho vem se diversificando de geração em geração, estendendo-se a novas atividades. Primeiramente a caça, a pesca, depois a agricultura, mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, olaria e a navegação, frutos do trabalho da mão e cérebro humanos (MARX apud ANTUNES, 2004). Entretanto, concebido economicamente nessa simplicidade, o trabalho é uma categoria tão moderna quanto as relações que engendra. Na sociedade industrial o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade ou pela quantidade de trabalho necessária à sua produção. Sobre o valor do trabalho, Marx afirma que, ainda que somente seja pago uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que esse trabalho não

remunerado (ou sobretrabalho) seja a origem da mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo trabalho é trabalho pago. “Essa aparência enganadora distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas do trabalho” (MARX, 1982, p. 165). Nesse aspecto repousa a base do lucro da burguesia sob o regime capitalista.

Luckács (2004) argumentou que, se há alguma intenção em expor ontologicamente as categorias específicas do ser social é necessário começar com a análise do *trabalho*. Comenta ainda, que ao analisar o ser social é possível perceber a articulação indissolúvel entre suas categorias essenciais, tais como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho. Nenhuma dessas categorias pode ser analisada isoladamente, segundo Luckács (2004, p. 58). “O trabalho possui em sua essência ontológica, um caráter expressamente transicional, pois se define como um elemento interrelacional entre o homem e a natureza”.

É imprescindível não confundir *trabalho* com suas formas históricas assumidas, como escravidão, servidão, emprego. O trabalho em seu sentido ontológico, tal como o define Luckács (2004), ou seja, como origem do ser social, é um direito do ser humano de produzir as condições materiais de sua sobrevivência, negar esse direito mutila o direito à própria vida. O trabalho é igualmente um princípio educativo, pois o indivíduo necessita apropriar-se de determinados conhecimentos para realizar determinadas tarefas. O sujeito sem trabalho - o desempregado - é colocado em uma situação inumana, privado de sua materialidade. Nesse aspecto o trabalho passa a ser um lugar de onde se origina a exclusão social (STOER, 2004).

Para a modernidade, estar incluído significa estar incorporado no processo de trabalho e numa relação salarial. O exercício da cidadania assim, torna-se dependente do fato do indivíduo possuir um trabalho. Para Stoer (2004), atualmente o trabalho está largamente identificado com a sociedade industrial, na qual esta atividade é encarada como um processo produtivo que transforma matérias primas em mercadorias. O próprio trabalhador é encarado como uma mercadoria, uma vez que sua força de trabalho está sendo vendida sob a forma de “trabalho livre”, segundo a lei da oferta e da procura, à disposição do melhor preço (MARX, 1982).

Até pouco tempo, próximo à década de 1970, o trabalho era ligado à categoria social de profissão, e consistia em um conjunto de gestos técnicos e atitudes individuais e grupais normalmente desenvolvidos no âmbito de uma instituição, sendo central para a construção da identidade dos indivíduos. Sob o capitalismo, a identificação do indivíduo com a profissão se potencializou (STOER, 2004). Porém, com a reconfiguração do capitalismo após o final do século XX e a emergência de formas pós-fordistas de produção, distribuição e consumo, a natureza do trabalho está mudando, pois é mais difícil que os indivíduos se identifiquem com

seu trabalho, uma vez que este assume formas mais voláteis. Parece estar sob a forma residual de competências.

Aparece nesse novo cenário a economia do conhecimento, como descreve Stoer (2004), na qual o trabalhador deve desenvolver competências como: criatividade, inovação, ser comunicativo, flexível, ter capacidade de adaptação e principalmente de formar-se continuamente.

Contudo, para o trabalhador que não tem oportunidades de qualificar-se, restam as ocupações extremamente precárias e as novas formas de desemprego ou semi-emprego e a informalidade. Nessa situação, as pessoas sentem-se mais isoladas sob o ponto de vista social e se encontram em risco de cair em situações de marginalização e desqualificação social¹.

Esse panorama complexo que se configurou no início do século XXI, assevera a vida de muitas famílias de países em desenvolvimento que enfrentam a extrema pobreza imposta pelas restrições econômicas. Nota-se que, com o advento da globalização, houve maior incorporação de seus filhos precocemente em atividades de adultos como forma de auxiliar na renda familiar. Nesse sentido a globalização piorou as condições de vida da infância e do trabalho infantil ao aprofundar a miséria das famílias e restringir programas sociais de seus países.

A outra consequência da globalização refere-se à redução constante de programas sociais de governos em sociedades como o Brasil e a Índia (STEARNS, 2006). O neoliberalismo e suas agências como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial pressionavam pela diminuição de programas assistenciais como condição para empréstimos de desenvolvimento. Ávidos pelos empréstimos e crendo que estes, por fim, trariam o crescimento econômico e benefícios às classes mais pobres, os governos aceitaram tais condições. Desse modo foi reduzido o auxílio às famílias em risco.

Com a ascensão do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil em 2003, tal panorama se modificou e a pauta social passou a ser alvo dos investimentos governamentais. O primeiro projeto social desenvolvido pelo governo foi o Programa Fome Zero, o qual propunha ajuda social e econômica à população brasileira em risco, evitando, porém, um caráter apenas assistencialista (ALVES, 2010). O governo da Presidente Dilma Rousseff, iniciado em 2011, daria continuidade à agenda pautada em projetos sociais, iniciando nos primeiros seis meses de governo, o lançamento de vários programas, como “Rede Cegonha”,

¹ Segundo Stoer (2004), a exclusão social é o processo que desvincula as pessoas enquanto força de trabalho no contexto do capitalismo. Assim, a rede de trabalho e de flexibilidade do sistema torna possível ligar pessoas, firmas, territórios com valor e descartar os desvalorizados.

de reforço do serviço público de maternidade, “Minha Casa, Minha Vida 2”, de ampliação do programa habitacional e o “Brasil sem Miséria”, de erradicação da pobreza extrema².

Em outros países pobres, contudo, conforme Stearns (2006), a concorrência global e a redução dos programas sociais tiveram consequências claras: o aumento do número de crianças na miséria, tanto em países industrializados, como na África, no sul e sudeste da Ásia e partes da América Latina. O aumento de crianças em atividades de rua – mendicância, prostituição, no comércio informal de produtos sem importância - aumentou em muitos locais. É o caso de regiões como o sul e sudeste asiáticos, onde ocorreu um aumento de 50% em uma população de seis a oito milhões de crianças trabalhadoras no final dos anos 1990, desafiando as tendências globais.

Na concepção das agências internacionais de proteção à infância, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, trabalho infantil consiste naquele realizado por crianças e adolescentes, com idade menor daquela autorizada pela legislação dos países onde vivem, para entrar no mercado de trabalho³. A Organização Internacional do Trabalho - OIT conceitua trabalho infantil como sendo todo aquele exercido por crianças menores de 16 anos (idade mínima para o trabalho no Brasil), independente se remunerado ou não (Informação verbal)⁴.

Tais instituições constroem seus conceitos na perspectiva de que a criança é um indivíduo em formação e que, para preparar-se para a maturidade deve freqüentar a escola. Contudo, essa idéia não é comum a todos os países, pois a crise do desemprego ou a precarização dos empregos faz emergir modalidades de economia paralela, como ocorreu no comércio fronteiro da Ponte da Amizade, envolvendo crianças e adolescentes em suas atividades. Geralmente esses pequenos trabalhadores interrompem seu percurso escolar e condicionam seu futuro profissional, quer devido a baixas qualificações, quer pela evasão escolar, criando uma rede de relações difícil de romper.

² Disponível em: <<http://noticias.r7.com>>. Acesso: 25 dez 2012.

³ Situação das Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações - UNICEF, TACRO, 2005, p.56.

⁴ Palestra da Sra. Fernanda Barreto Ribeiro – Coordenadora do Programa de Cooperação Sul – OIT/Brasil durante o Seminário “Capacitação para o enfrentamento ao trabalho infantil” promovido pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – Coordenação de proteção social especial – Governo do Estado do Paraná, realizado em Foz do Iguaçu, de 07 a 09 de novembro de 2012.

1.2 CULTURA E TRABALHO

Para explicitar a categoria “trabalho” e entendê-la a partir do ângulo dos sujeitos sociais desta pesquisa – os pequenos trabalhadores da fronteira, buscou-se referências nas formulações de Geertz (1989) sobre a teoria interpretativa da cultura, o qual descreve a prática do etnógrafo e a análise antropológica, efetivada através da seleção de informantes, transcrição de textos, mapeamento de campos, para entender comportamentos de um determinado povo. A cultura para Geertz é um documento de atuação; o que importa não é o *lócus*, mas sim, o comportamento dentro desse *lócus*. “Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças), eles estudam nas aldeias” (GEERTZ, 1989, p. 32).

Sendo assim, a análise antropológica busca o alargamento do universo do discurso humano, entendendo a cultura como um conceito semiótico, como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis. Geertz (1989) continua descrevendo a cultura não como poder, algo ao qual podem ser atribuídos os acontecimentos sociais, comportamentos ou processos; ela é um contexto, algo dentro do qual os comportamentos podem ser descritos de forma inteligível, ou seja, descritos densamente.

Ao aplicar o método da interpretação das culturas, é possível tirar grandes conclusões de pequenos acontecimentos, porém densamente entrelaçados e arguir sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva, a partir de complexas especificações (GEERTZ, 1989).

Dessa forma, com o apoio dessa interpretação procuramos analisar o trabalho infanto-juvenil a partir do ponto de vista e da cultura dos atores sociais no contexto local – a Ponte da Amizade, sejam eles crianças, adolescentes, pais, comerciantes, autoridades ou representantes de entidades públicas. Os depoimentos de cada sujeito nos demonstraram um conjunto de representações e signos que, em alguns casos, nos levaram a entender suas falas como uma caricatura e que não eram o que aparentavam, mas podiam mascarar outra realidade. Assim como o silêncio das crianças, quando questionadas sobre sua condição de trabalhadores, seu olhar perdido, pode representar algo que não deve ser revelado ou a condição de risco a que estão submetidas. Algumas questões podem orientar a pesquisa: Quais os valores, o sistema de organização e as atitudes que configuram o modo de vida das crianças e adolescentes que trabalham? Quais os signos sociais que são expressos nessas atividades? Os mesmos questionamentos foram direcionados aos adultos, aos responsáveis por entidades ligadas à proteção das crianças e aos órgãos públicos que trabalham no entorno das políticas públicas, focando na erradicação do trabalho infantil e na inserção dos pequenos em programas ou atividades educativas.

Em pesquisa de sua tese de mestrado “Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas”, Vieira (2009) aborda o trabalho infantil e a elaboração de políticas públicas sob o prisma de questões culturais, entre outras. A autora afirma que, se em nosso país, fosse adotada a perspectiva de que o trabalho infantil é essencialmente uma questão cultural, tal fenômeno seria despido de sua complexidade e das teias de fatores que se interpõem ao seu entendimento. É importante que a questão cultural seja analisada como uma das categorias que permitem compreender o trabalho infantil e que seja articulada com as demais dimensões desse fenômeno, tornando possível assim, seu entendimento dentro da nossa sociedade.

Nesta perspectiva percebe-se que, na cultura brasileira, independente da classe social, predomina o senso comum de que o trabalho tem o caráter disciplinador, desenvolve o senso de responsabilidade, inibindo a delinquência juvenil, que propicia a inserção social e que toda a criança oriunda de famílias pobres deve trabalhar. Além disso, Vieira (2009) afirma em sua pesquisa que jovens assalariados conseguem melhorar seu status diante da família, demonstrado pelo sentimento de autorrealização por parte dos jovens que trabalham. A autora ainda revela que, segundo estudo da OIT (2004) os países latino-americanos expressam uma visão positiva do trabalho juvenil como meio de formação e preparação para a vida adulta.

O trabalho infantil no Brasil, ao longo de sua história, nunca foi representado como um fenômeno negativo na mentalidade da sociedade brasileira. Até a década de 1980, havia um consenso entre as famílias pobres de que o trabalho das crianças era positivo, visto como uma aprendizagem, dadas suas condições econômicas e sociais de exclusão e risco social. Assim, tanto a elite como as classes mais pobres compartilhavam plenamente dessa forma de encarar o trabalho infantil (BRASIL, Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2004).

Tal mentalidade manteve e segue mantendo milhões de crianças e adolescentes ligados a atividades que, além de marginalizá-los do desenvolvimento físico, psíquico e moral, reproduzem os vícios de uma sociedade desigual, excludente, corrupta e antiética. Tais mitos culturais funcionam como catalisadores das ações das Instituições públicas e privadas a respeito das crianças e adolescentes trabalhadores e devem ser foco de reflexão da sociedade. Políticas públicas de apoio econômico às famílias dessas crianças estão sendo elaboradas⁵ com o intuito de suprir suas necessidades econômicas e evitar o precoce trabalho de seus filhos. Porém o questionamento permanece: por que as crianças continuam pelas ruas,

⁵ No capítulo III são descritas as políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil que estão em execução no município de Foz do Iguaçu.

realizando diferentes expedientes, trabalhando em atividades informais pela cidade de Foz do Iguaçu? Tais políticas se consolidam como uma nova utopia social para sanar nossos mais graves conflitos na fronteira? A imediatez da necessidade é vencida pela burocracia?

Parte destas interrogações pode ser respondida pelos questionamentos de Rizzini (2007). Segundo essa autora, a polêmica é gerada pela falta de comunicação entre os envolvidos na questão: as crianças, as famílias e os planejadores das políticas sociais. As agências internacionais têm elaborado programas de eliminação do trabalho infantil baseados no princípio de que a criança é um ser em formação e que deve preparar-se para a vida adulta, frequentando a escola. Contudo, na maioria dos casos, os mais interessados – as próprias crianças e suas famílias não são consultadas no planejamento de programas sociais voltados a resolver a questão. Não se espera que digam como devem ser os programas, mas que ao abordá-los, os agentes conheçam a realidade existencial de famílias e crianças e passem a trabalhar com situações problemas e com soluções individuais.

Os programas sociais que contemplam essas famílias devem apresentar alternativas concretas para que a criança se sinta segura para deixar o trabalho: os governos podem assegurar que essas crianças terão acesso a uma boa educação? A escola está adequada à criança trabalhadora? Os pais temem que o afastamento do trabalho leve as crianças à realização de outras atividades mais prejudiciais ou ilícitas. Quem “guarda” estas crianças na ausência dos pais para o trabalho?

As discussões que envolvem a opinião dos jovens trazem uma reflexão sobre o caráter monolítico de que é preciso, a qualquer custo, eliminar o trabalho infantil. Caberia pensar que esses jovens e crianças precisam defender seu emprego, com o qual auxiliam na renda familiar e que necessitam de garantias para deixar seu trabalho. Quem conhece a fome sabe que sonhos não “enchem a barriga.” Os programas são elaborados em gabinetes, fora da realidade de quem pretende beneficiar.

Outra questão que impõe obstáculos à melhoria na qualidade de vida dessas famílias em risco social está situada no dilema de que a sociedade brasileira tem optado por subordinar a área social ao setor econômico. No entanto se o setor social fosse prioridade, poder-se-ia construir um lastro social, uma sólida base para sustentar e desenvolver a dimensão econômica. O que ocorre no Brasil é uma inversão no olhar sobre esse problema. Tais posturas exigem esforço e discernimento de governantes, gestores, educadores e sociedade em geral no sentido de desconstruí-las e refletir sobre o Brasil que se deseja construir.

1.3 MIGRAÇÃO E TRABALHO INFANTIL

As migrações são processos sociais e não resultam simplesmente de decisões individuais, não é uma pessoa que migra e sim, milhares de pessoas, verdadeiros conjuntos sociais. Em famílias com crianças, jovens, idosos, é muito comum que estes sejam incorporados como força de trabalho, carregando consigo valores e normas de seu local de origem para outras cidades, regiões ou países (BRITO, 2008).

Muitas trajetórias migratórias são alimentadas por desequilíbrios regionais ou sociais em determinadas áreas e vêm caracterizando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, atuando como mecanismo de transferência do excedente populacional de uma determinada região, cuja sociedade e a economia encontram-se incapacitadas para absorvê-los, para outra, que se encontra em processo de avanço urbano-industrial⁶.

Porém, Brito salienta que essas migrações não seguem um padrão determinado de lacunas territoriais ou populacionais:

As grandes trajetórias não se constituem, unicamente, em mecanismo de redistribuição espacial da força de trabalho. Elas são, também, parte fundamental do processo de integração social e cultural do território, costurando o amplo espectro de sociedades e de culturas regionais em nação única. Mas, em consequência dos grandes desequilíbrios regionais e sociais marcantes na economia e na sociedade brasileiras, deve ser enfatizado que o espaço em que se organizam as trajetórias migratórias não é economicamente, nem socialmente, homogêneo. Portanto, o mercado de trabalho nacional que se constitui, o espaço territorial que se integra e a nação que se constrói trazem as marcas da diversidade e da desigualdade. Nesta perspectiva, as migrações podem contribuir para a reprodução dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais (BRITO, 2008, p.06).

Entre os anos de 1940 e 1960 foi elevada a taxa de migrantes que se dirigiram ao Paraná, região de expansão de fronteira agrícola. “Entre os anos de 1940/1950 o Paraná recebeu 32,57% de imigrantes no país; nos anos 1950/1960, o Estado recebeu 30,19% de imigrantes” (BRITO, 2008, p. 07). Para este Estado dirigiram-se migrantes oriundos de Minas Gerais e da região nordestina, bem como um expressivo número de paulistas. Nos anos de 1950 pessoas provenientes do extremo sul, dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também se deslocaram em grandes levadas para o Paraná.

Regiões que constituíam grandes reservatórios de força de trabalho como a Região Nordeste e Minas Gerais contribuíram muito para as trajetórias migratórias em direção à

⁶ Vide o caso de Foz do Iguaçu e a grande migração no momento de construção da Usina de Itaipu.

regiões economicamente mais atraentes, como São Paulo, Rio de Janeiro, grandes centros urbano-industriais e regiões de expansão de fronteira agrícola como foi o caso do Paraná. Brito (2008) analisa que esta migração interestadual não ocorreu somente por uma questão de excedente demográfico e discorre sobre um aspecto cultural dessas trajetórias: a cultura migratória. As trajetórias migratórias dentro do Brasil não assumiriam tal relevância dentro da dinâmica econômica e social se o povo brasileiro não tivesse a tradição de migrar. Para tanto contribuiu a rigidez da estratificação social, a qual estimulou famílias inteiras a procurar outros territórios para ascender socialmente. “O brasileiro tem o hábito de emigrar” (BRITO, 2008, p.19).

A incorporação de regiões subdesenvolvidas ao sistema neoliberal, exemplificando o Brasil, repete o mesmo percurso histórico da origem de nossa ocupação europeia, ao reafirmar a condição periférica e, no parecer de Lopes (2007, p.167), “continuará expropriando centenas de pessoas de seus locais de origem”. Junto a esses grupos encontram-se crianças, vivenciando suas experiências de deslocamento e desterritorialização.

No Estado do Paraná, a ocupação do espaço territorial e a colonização de extensas áreas iniciaram-se durante a era Vargas, a partir dos anos de 1930, momento em que as ações oficiais do governo eram baseadas no nacionalismo e procuravam efetivar a integração do território nacional. No Paraná, essa política traduziu-se em uma ação administrativa agressiva, como afirma Gregory (2002), através do programa “Marcha para o Oeste”. “Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionalistas” (GREGORY, 2002, p. 66 e 67).

Tais ações foram efetivadas através de um período de intensa colonização, a partir da segunda metade do século XX, com ocupação dos atuais pólos regionais, como por exemplo, o Norte Pioneiro, o Sudoeste e o oeste do Estado, nas cidades atuais de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu.

A administração pública do Estado do Paraná deixava explícita sua proposta através da Divisão de Imigração da Secretaria da Agricultura, a qual desejava atrair força de trabalho para a lavoura, “todos previamente selecionados na origem tanto ao estado de saúde como nas aptidões” (GREGORY, 2002, p. 75). Ou seja, havia uma clara seletividade dos imigrantes, os quais deveriam ser provenientes do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, de etnia italiana ou alemã preferencialmente. Tal seleção se devia ao fato desta imigração estar articulada à colonização da região oeste do Estado e da necessidade de braços para a lavoura e produtores apropriados ao projeto de desenvolvimento do Paraná (conforme o entendimento do governo

estadual da década de 1950) e sua consequente inserção na economia nacional. Gregory (2002) destaca ainda que, a colonização deveria estar baseada na pequena propriedade e ter um sentido agro-industrial.

Conforme Gregory (2002), os colonos que migraram para o oeste paranaense possuíam uma forte concepção do trabalho como uma atividade primordial para a ocupação do novo espaço da fronteira agrícola. A migração se constituía num processo que implicava abandonar seu antigo espaço, e transportar o imprescindível à unidade produtiva a ser implantada, o qual era carregado em um caminhão juntamente com a família. Embora nitidamente diferentes as perspectivas, havia uma culminância do labor como fator de desenvolvimento regional: as políticas públicas tinham este objetivo; o imigrante também buscava prosperidade através do amaino da terra. De uma forma imbricada, resulta daí uma espécie de cultura do trabalho.

Nessa investida todos os membros do grupo familiar eram envolvidos no processo migratório. Porém, era o pai, o chefe da família, que olharia as terras da fronteira, realizaria o negócio e compraria a colônia. Posteriormente, mulher e filhos seriam transferidos para a nova morada colonial. Gregory (2002) enfatiza que a colonização do oeste paranaense era um empreendimento familiar, ao qual todos deveriam dedicar-se inteiramente com muita persistência para estruturar sua propriedade em meio à mata. O trabalho de todos os membros do grupo familiar assumia assim, grande importância para o sucesso da adaptação no novo espaço, envolvendo inclusive o trabalho dos filhos. O autor apresenta percentuais dos trabalhadores das colônias do oeste paranaense, dividindo-os por gênero e faixa etária:

Para a realização das tarefas referentes à produção, predominava a mão-de-obra familiar, (...). Em 1956, a força de trabalho de 4.760 pessoas era composta de 91% de membros da família dos colonos, 5% de trabalhadores contratados temporários e 4% de empregados permanentes. 51,9% eram adultos do sexo masculino, 31,7% eram adultos do sexo feminino e 16,4% menores de 15 anos de ambos os sexos. Quando se considera os trabalhadores membros das famílias, o trabalho masculino adulto era de 48,7%, do feminino 33,1% e das crianças de menos de 15 anos de idade de 18,1% (OBERG apud GREGORY, 2002, p. 195).

A infância dessas crianças migrantes estava permeada pela idealização do trabalho: os brinquedos que recebiam de seus pais poderiam ser ferramentas a serem utilizadas na colônia; muitos animais eram repassados aos filhos, os quais iriam cuidá-los e ficariam sob sua responsabilidade. Era uma forma de qualificar e preparar a criança para futuramente, seguindo o exemplo dos pais, tornar-se colona. Tal aprendizagem era realizada na convivência

cotidiana com os pais, com os avós e adquirindo habilidades nas lides diárias na propriedade colonial (GREGORY, 2002).

Para Lopes (2007), as crianças que experimentam situações de migrações apresentam-se desterritorializadas no sentido clássico do termo, mas têm outras inserções espaciais. No caso das crianças de famílias de colonos migrantes, os novos espaços constituídos eram a própria propriedade, com suas ferramentas e animais e a escola, importante local de vivência coletiva, onde elas construam suas identidades infantis, através do encontro com colegas, das brincadeiras, dos contos, dos laços de amizade, o que possibilitaria a singularidade de ser criança.

No caso dessas famílias migrantes, o trabalho é entendido como uma tarefa familiar, onde cada membro exerce uma função essencial no progresso da propriedade colonial e não se estabelece como caráter de exploração e violação dos direitos da criança e sim, como uma atividade inerente à vivência familiar, ao processo de aprendizagem dos jovens. Um componente das representações culturais do colono migrante no processo de construção do novo espaço territorial.

1.4 A REDESCOBERTA DA INFÂNCIA: AS INFÂNCIAS, A GLOBALIZAÇÃO E O TRABALHO INFANTIL

A infância emerge como uma categoria geracional onde se refletem as clivagens e as desigualdades presentes na sociedade atual, tal como argumenta Rua (2007). Por isso fala-se de *infâncias*, no plural, as quais assumem modos distintos de ser criança, conforme as oportunidades, os valores, as culturas e os contextos que as constroem. O interesse pela proteção das crianças é característico da mentalidade moderna, mais precisamente a partir do século XVI, e possibilitado pela mudança paradigmática na concepção de infância.

Sarmento (2007) relata que após uma análise do panorama histórico das imagens sociais da infância desde o alvorecer da modernidade ocidental, ocorreu a criação de sucessivas representações das crianças ao longo da História, produzindo um efeito de invisibilização da realidade social da infância. Esse trabalho de imaginação estruturou-se através de princípios de redução da sua complexidade, da abstração de sua realidade e da interpretação para fins normativos da criança ideal. Muitas vezes, em correspondência com tais imagens sociais da infância em diferentes épocas históricas, distintas representações da infância foram elaboradas, contendo inclusive traços de negatividade. A criança foi considerada como o não-adulto e este olhar adultocêntrico registra a incompletude, a negação

das características de um indivíduo completo. “*A infância como idade do não* está inscrita desde o étimo da palavra latina que designa esta geração: *in-fans* - o que não fala” (SARMENTO, 2007, p. 33).

A iconografia europeia é o âmbito no qual ocorre a descoberta do sentimento da infância. Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância. Segundo Ariès⁷, é provável que não houvesse lugar para a infância no mundo, pois era um período de transição e cuja lembrança era logo perdida. “A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI” (ARIÈS, 2006, p.28). A evolução desta descoberta seguiria em direção aos séculos XVI e XVII, mostrando numerosos sinais por meio de retratos e esculturas de crianças sozinhas ou em família.

Um novo sentimento da infância surgia em que a criança, por sua ingenuidade e graça, se tornava uma fonte de distração, de relaxamento para os adultos, um sentimento que, conforme o autor, poderia ser denominado de paparicação.

No início da Idade Moderna, buscava-se isolar cada vez mais as crianças dos adultos para, durante um período de formação moral e intelectual, adestrá-las e discipliná-las. Paralelo à evolução do sentimento da infância, ocorre a evolução da instituição escolar.

Esse sentimento provinha de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou homens da lei e dos moralistas preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. A família viria a incorporar esses sentimentos, associando-os a um elemento novo: a preocupação com a higiene e a saúde física. A partir de então, as crianças e seus problemas, tornavam-se assunto central para a família da sociedade europeia.

No decorrer do século XVII, outro sentimento relativo à infância viria a florescer: o apego à criança através do interesse psicológico e da preocupação moral. Era necessário penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação.

Durante o século XVIII as instituições europeias passaram a controlar o corpo das pessoas. O medo do autoerotismo levaria clérigos e professores a controlar igualmente o corpo das crianças. Esse controle seria efetivado através das famílias, mas sem que elas fossem a sua origem. Era necessária a vigilância constante para evitar a masturbação dos jovens, uma objetivação da sexualidade com uma perseguição aos corpos, como afirma Foucault (1979). “O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os

⁷ Philippe Ariès descreve uma sua obra “História Social da Criança e da Família” (2006), a evolução do sentimento relativo à criança e das instituições de ensino criadas com o intuito de discipliná-la.

pais, entre a criança e as instâncias de controle” (FOUCAULT, 1979, p. 147). Houve assim, a intensificação da manipulação calculada sobre os gestos e comportamentos do corpo como objeto e alvo de poder. O espaço escolar tornou-se uma verdadeira “máquina de ensinar”, como define Foucault (2009), mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar e de adestrar, pois o espaço disciplinar necessitava saber o lugar de cada aluno, dividindo os locais de repartições indecisas, evitar a aglomeração, vigiando o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir qualidades ou méritos. Procedimento necessário para conhecer, dominar e utilizar.

Sabe-se que esse sentimento moderno de infância iria encontrar sua expressão maior em meios burgueses esclarecidos. Porém, os antigos gêneros de vida sobreviveriam quase até os dias atuais nas classes populares, submetidas por menos tempo à ação da escola. Nesse ponto, parece haver ocorrido uma regressão durante a primeira metade do século XIX, devido à influência da demanda de força de trabalho infantil na indústria têxtil. “O trabalho das crianças conservou uma característica da sociedade medieval: a precocidade de passagem para a idade adulta” (ARIÈS, 2006, p. 129). A complexidade da vida foi modificada pelo tratamento escolar diferenciado entre a criança burguesa e a criança do povo. A “classe” do período moderno e a “classe social” surgem assim, ao mesmo tempo e no mesmo meio: a sociedade burguesa.

No decorrer do século XIX essa diferenciação social se acentuaria com a ascensão da sociedade industrial. As crianças eram recrutadas como força de trabalho barata e dócil para as fábricas, pois o emprego das máquinas tornava supérflua a força muscular, o que permitia, para a ética burguesa, a incorporação de trabalhadores com desenvolvimento físico incompleto e com maior flexibilidade.

O *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels discorreria sobre esse aspecto da apropriação burguesa sobre a força de trabalho do proletariado na era da industrialização. Constituía uma maneira de submeter todos os membros da família aos objetivos do capital.

Las declamaciones burguesas sobre la familia y la educación, sobre los dulces lazos que unen a los padres con sus hijos, resultan más repugnantes a medida que la gran industria destruye todo vínculo de familia para el proletario y transforma a los niños en simples artículos de comercio, en simples instrumentos de trabajo (MARX, 1985, p.45).

Marx destacou um marco fundante da nova relação familiar: a destruição de traços afetivos entre uniam crianças e pais. Este aspecto está na base da coisificação do sujeito

infantil e sua inserção no mercado de trabalho. Destacava ainda, que o trabalho forçado nas fábricas substituíra à infância e aos brinquedos, expondo o quanto a mentalidade burguesa ignorava essa fase etária da classe trabalhadora, priorizando a busca do lucro (MARX, 1982).

Colocando todos os membros da família no emprego das máquinas - mulher e filhos - o capitalismo depreciou a força de trabalho do homem adulto, retirando o tempo livre que dispunha para sua família no círculo doméstico. Modificava-se a forma de contrato entre o operário e o burguês – antes o operário vendia sua força de trabalho, agora ele submete sua família à exploração capitalista.

Em 1845 houve um considerável aumento numérico dos operários em virtude da substituição de homens por mulheres e, sobretudo de adultos por crianças. As mães passavam a ter menor contato com seus filhos pequenos, substituindo alimentos domésticos por mercadorias prontas. A diminuição do trabalho doméstico viria a aumentar o consumo e também as despesas (MARX, 1982).

Uma das consequências dessa decomposição da vida familiar viria a ser o aumento dos índices de mortalidade infantil na classe operária. As mães trabalhadoras não podiam dar a seus pequenos filhos os cuidados apropriados, como o aleitamento materno e uma alimentação saudável (MARX, 1982).

Por tudo isso o *Manifesto Comunista* viria a propor 10 medidas que aniquilariam as diferenças de classes e a sociedade burguesa, sendo a última das medidas a implantação de educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho infantil nas fábricas e regime de educação combinado com a produção material (MARX, 1985).

Se o mercado descobre a infância, o pensamento social descreve-a, classificando como campo de saber (FOUCAULT, 2009). Quando Marx propõe escolarização está falando a partir de uma ciência infantil emergente que teve grande propulsão no século XIX. Uma ciência que buscou compreender o crescimento da criança pela lente da medicina e da pedagogia. Desde o final século XVIII o grande quadro de doenças causadas, sobretudo pelas formações urbanas e condições de vida e alimentação das pessoas, havia acelerado o assistencialismo, dentro, inclusive de uma moral religiosa e burguesa. Segundo Neil Postman, a infância passa a ser a partir de então “A invenção mais humanitária da modernidade”. O autor coloca que ao lado desta modernidade, esteve a ciência, o estado e a religião (POSTMAN, 1999, p.11).

Outro vínculo foi formado com a pedagogia. Basta assinalar os estudos de Emile Durkheim (1978). Em seus estudos, Nascimento (2008, p.04), “buscou tecer os fios da infância aos fios da escola com objetivos de "moralizar" e disciplinar a criança”. Segundo

conclusões de Durkheim, a criança além de questionadora, passa de uma impressão para outra, de um sentimento para outro, de uma ocupação para outra, com a mais extraordinária rapidez. Seu humor não tem nada de fixo: a cólera nasce e aquieta-se com a mesma instantaneidade; as lágrimas sucedem-se ao riso, a simpatia ao ódio, ou inversamente, sem razão objetiva ou sob a influência da circunstância mais tênue.

O autor propõe, então, controlar "os humores endoidecidos" das crianças. Propôs, segundo Nascimento, três elementos fundamentais para desenvolver a educação moral das novas gerações, as quais deverão ser capazes de se adequar às regras do jogo social, político e econômico: “portanto, educar a criança passa a significar moralizá-la no sentido de inscrever na subjetividade desta os três elementos da moralidade” (NASCIMENTO, 2008, p.09). Explica a referida autora que educar, para Durkheim é inscrever na subjetividade da criança os três elementos da moralidade: o espírito de disciplina (graças ao qual a criança adquire o gosto da vida regular, repetitiva, e o gosto da obediência à autoridade); o espírito de abnegação (adquirindo o gosto de sacrificar-se aos ideais coletivos) e a autonomia da vontade (sinônimo de submissão esclarecida).

Portanto, os parâmetros dessa modernidade trariam estes marcos sociológicos da nova educação e da assistência social com fundamento na ciência moderna do século XIX.

Embora polissêmico, o termo “modernização” serviu para consubstanciar o discurso sanitarista, aproximando o significado dos termos “moderno” e “higiênico”. Como afirmou Schwarcz:

Em momentos como esse uma imperiosa necessidade de reorganização de idéias se impõe, seja para compreender melhor o que aconteceu, seja para se poder planejar o futuro, que se anuncia perceptível e inevitavelmente como novo. Tempos de crise são, assim, tempos de modernização [...] (1988, p.491).

Segundo Ristow (2011, p.93), “foi justamente na reorganização de ideias que o movimento sanitarista encontrou o clima propício”. A autora, citando Nicolau Sevcenko (1998, p. 7), afirmou que “os séculos XIX e XX, no Brasil, constituem um período de confronto no qual um fluxo de transformações atingiu vários níveis das relações sociais”. Transformações como mudanças estruturais da economia, mas também dos pequenos acontecimentos do cotidiano, alteraram a percepção de tempo e espaço. Essas percepções confrontaram com práticas cotidianas de intervenção política, fosse regulamentando a produção fabril ou modificando a paisagem urbana mediante a destruição de moradias tidas

como “cortiços” para edificações modernas, iniciativas decorrentes da pena do escritor Georges Eugène Haussmann, em Paris. Consecutivamente, no Brasil, os higienistas espelharam-se nas iniciativas da engenharia francesa para também “corrigir”, conceber e direcionar o crescimento urbano.

Desta maneira, também concluía a autora sobre a higienização dos costumes no século XIX: “a modernidade trará um repertório de palavras, dentre as quais o termo ‘revolução’ galgará ares de fidalguia, circulando por entre a determinação estatal, mas também por entre as atitudes do mestre em sala de aula, nas ações do inspetor médico ou do inspetor escolar e da visitadora sanitária ou professora” (RISTOW, 2011, p. 93-94).

Um aspecto da história de grande relevância nestes estudos foi a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada que se caracterizou por importantes alterações no grupamento familiar. Tanto em países da Europa quanto no Brasil este fator teve grandes influências e especificidades.

Nas sociedades baseadas na agricultura, a estrutura das chamadas famílias extensas era compatível com a necessidade de força de trabalho para a lavoura de subsistência. Nesse tipo de família contava-se com a convivência de até quatro gerações, desde o bisneto até o bisavô, além da presença de parentes laterais e outros agregados. Já a família típica da sociedade industrial é a família nuclear, composta de um casal e poucos filhos, quando existem. Mas tanto o contingente de casais separados quanto o de solteiros que vivem sozinhos também é considerado. A necessidade de ágeis deslocamentos de força de trabalho à indústria e exiguidade de espaços nas grandes cidades tem determinado esse encolhimento do grupo familiar.

Essas mudanças na estrutura da família têm contribuído para um maior distanciamento entre as gerações. Assim, a criança, já neste século, viu-se integrada em uma noção de desenvolvimento, a qual passou a mostrá-la como um ser cujo crescimento é um desdobrar-se numa sucessão de fases intelectuais e emocionais. A questão primordial, diante desta análise, relata o fato de que em nenhum destes momentos houve uma real preocupação em perceber e/ou estudar verdadeiramente as relações entre o ser corporal e sua espacialidade e temporalidade. Fato este, que esvaziou o sentido e o significado da infância, assim como afirma De Mause (1991).

O século XX iria vislumbrar o aprofundamento de discussões em torno do abandono, da exploração e dos maus-tratos relegados às crianças e à juventude. Tais debates iriam, no decorrer do século, inaugurar a etapa da era dos direitos das crianças e adolescentes e novas

formas de intervenção do Estado, centradas na prioridade dos serviços a esses indivíduos e na proteção integral, efetivadas em muitos casos através da judicialização de casos de violação de tais direitos.

1.5 DISCUSSÕES INSTITUCIONAIS

Na década de 1920 a OIT, criada em 1919, filiada à Liga das Nações, começou a aprovar resoluções contra o trabalho infantil até a idade de 15 anos. O objetivo era estender o critério, comum em sociedades industrializadas, para todo o mundo.

Após 1945, sob a tutela das Nações Unidas, deu-se continuidade ao combate ao trabalho infantil. Várias conferências criticavam o trabalho em excesso e conclamavam o direito da criança à educação.

Em consequência da Segunda Guerra Mundial, houve diferentes esforços de organizações internacionais para assistir às crianças e remodelar a infância. Segundo Stearns (2006), foi um sinal da globalização política e da crescente força da opinião pública humanitária. Diversos grupos passaram a distribuir comida e outros auxílios para crianças deslocadas pela guerra. Esse movimento floresceu em grandes esforços para refugiados e para crianças de países pobres. Organizações privadas e entidades ligadas às Nações Unidas solicitaram ajuda e distribuíram fundos⁸.

Conforme Stearns (2006), durante o século XX, o foco das ações de organizações internacionais seria a proteção de crianças em todo o mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, resultado da barbárie escancarada durante o conflito e da crescente força da opinião pública humanitária. Essas organizações eram privadas, como *Save the Children Fund* ou entidades políticas ligadas às Nações Unidas e solicitavam ajuda e distribuíam fundos e produtos. Assim foi fundada a UNICEF sigla para Fundo das Nações Unidas para a Infância, em inglês "*United Nations Children's Fund*", presente em 191 países e territórios em todo o mundo, com o objetivo de promover a defesa dos direitos das crianças, suprir suas necessidades básicas e contribuir para o seu desenvolvimento. A UNICEF é um fundo para ajudar essas crianças, trabalhando diretamente com os governos dos países para criar

⁸ Em seu artigo "Globalização e infâncias", Peter Stearns faz um estudo sobre o impacto da globalização em relação à infância em todo o mundo e uma reflexão sobre tradições culturais diferentes e o modelo moderno de infância.

programas de desenvolvimento nos setores da saúde, educação, nutrição, água e saneamento e também para defender e proteger as crianças vítimas de violência.

As Nações Unidas esboçaram declarações formais relativas aos direitos das crianças: Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989, adotada pela resolução nº 44/25 da Assembleia das Nações Unidas e ratificada por 192 países, dentre eles o Brasil, que a promulgou através de decreto de 21 de novembro de 1990 e apoiada pela maioria das nações. Em seu artigo nº 32 estabeleceu que não seria permitido nenhum tipo de exploração econômica da criança, considerando como exploração qualquer espécie de trabalho ou ocupação. Os objetivos principais da Convenção eram: garantir a promoção da saúde, prevenção ao abuso, acesso à educação, liberdade de religião e de expressão e muitos outros. A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de garantia de direitos humanos mais aceito na história universal (LAZZARINI, 2010).

Em 1996 as Nações Unidas realizaram uma Conferência, incentivando vigorosamente a promoção do controle demográfico, no sentido de preservar a estabilidade econômica, bem como o bem-estar das crianças, apesar das tensões criadas com autoridades religiosas da Igreja Católica e do Islamismo.

Houve, no entanto, algumas limitações no âmbito da ação global voltada às crianças. A questão do trabalho infantil ainda causa importantes discussões em diversos países. Em 1974, uma campanha para conseguir concordância global sobre a eliminação do trabalho infantil abaixo dos 16 anos fracassou, porque não houve número necessário de signatários. Muitos países pobres defendiam que suas economias dependiam de certa forma do trabalho infantil barato e que as famílias em risco social tinham necessidade de expor seus filhos em tais atividades. Um acordo substitutivo, ocorrido em 1989, determinou a interdição do abuso extremo do trabalho infantil, em princípio com enfoque específico na exploração sexual, na venda de crianças para pagar dívidas da família e utilização de crianças em forças militares. A maioria dos países assinou este documento (STEARNS, 2006).

Muitas medidas políticas internacionais deixaram de alcançar seus objetivos devido aos problemas em muitos países ou porque regiões específicas simplesmente ignoravam os princípios firmados. Em alguns casos, países assinavam as convenções internacionais apenas para demonstrar ao mundo que permaneciam atualizados e civilizados. Dessa forma, o trabalho infantil aumentou no sul e sudeste da Ásia no final do século XX, apesar da oposição internacional.

Como se pode observar, por um lado a globalização trouxe benefícios por meio de convenções e acordos internacionais buscando a preservação da proteção às crianças. Por

outro lado, tornou muito complexa as condições de sobrevivência de suas famílias. A globalização levou as multinacionais sediadas nos Estados Unidos, Europa Ocidental e orla do Pacífico a montar unidades de produção em países que oferecessem custos favoráveis, regulamentação ambiental e baixos salários, com a possibilidade de economizar com equipamento de segurança e exigir enormes jornadas de trabalho. Empregavam pouco trabalho infantil. Apenas 5% das crianças que no início do século XXI trabalhavam de alguma forma permaneciam ligadas à economia global. Os impactos da globalização econômica eram mais indiretos, mas imensos. Em primeiro lugar, a produção global deslocou para outros países a manufatura tradicional em que crianças e jovens estavam empregadas, causando altas taxas de desemprego juvenil principalmente na África e Oriente Médio.

Apesar das pressões da globalização, a porcentagem de crianças trabalhando continuou a cair persistentemente. O declínio se acelerou durante os anos de 1980. Por volta de 2004, 88% das crianças em todo o mundo estavam na escola primária. Nesse aspecto, é preciso considerar que a globalização não interrompeu o movimento em direção a um modelo mais moderno para a infância.

Contudo, na maioria das nações em desenvolvimento, o problema central continuava a ser a massacrante pobreza. A globalização, em tais regiões, contribuiu para tornar mais perverso o trabalho infantil, na medida em que não foi capaz de resolver e até mesmo piorou, as restrições econômicas de muitas famílias.

No relatório elaborado pela UNICEF – “Situação Mundial da Infância 2002”, de 1990 até 2001, a situação das crianças no mundo havia melhorado, mas ainda não seria o ideal. O relatório analisava uma década de ações estabelecidas na Cúpula Mundial pela Criança, em 1990, destacando que 3 milhões de crianças com menos de cinco anos deixaram de morrer todos os anos e outras 28 milhões deixaram de sofrer com a desnutrição, devido às ações efetivadas em vários continentes. Entretanto, o relatório alertava que 600 milhões ainda viviam na pobreza, sobrevivendo com menos de US\$ 1 por dia⁹.

Outro aspecto da globalização que exerce mudanças para a infância é a padronização do consumismo global, afetando tanto os valores como os comportamentos e abrangendo rapidamente milhares de pessoas dessa faixa etária.

A explosão do consumismo global ocorreu no final do século XX, oferecendo às crianças e aos jovens novas tecnologias e oportunidades de mercado em quase todo o mundo. Jovens e crianças passaram a frequentar redes de restaurantes *fast food*, parques temáticos,

⁹ Reportagem do Jornal Folha de Londrina. Folha do Paraná, 06/10/2001.

tornaram-se telespectadores de programas que impuseram novas preferências e padrões de comportamento.

O consumismo trouxe igualmente consequências globais, tanto no Ocidente como no Oriente. O turismo sexual das meninas, tanto na África como no Brasil, poderia servir para a compra de novos produtos de consumo, como roupas da moda, cosméticos, entre outros. Essas crianças e adolescentes priorizam seu trabalho à frequência na escola, com o intuito de ajudar financeiramente suas famílias, mas preferencialmente para consumir produtos que veem em comerciais na televisão, novelas e filmes.

É extremamente interessante como o consumismo global alterou até mesmo a consciência de identidade e pertinência de muitos jovens e crianças em diferentes partes do mundo. Um exemplo disso é o gosto dos jovens em frequentar locais, como o restaurante *McDonalds*, pelo simples desejo de serem vistos nesse local. Novos estilos deram claramente aos jovens uma alternativa ao controle total dos pais. Assim, o consumismo poderia ser uma arma na luta pelo poder, favorecendo aos jovens e oferecendo-lhes uma oportunidade de liderança na família, devido à sua familiaridade com a informática e de sua competência com o consumo. Seria uma forma de desempenhar um novo papel na sociedade. Também os pais foram afetados pelo consumismo, na medida em que este mudou suas concepções adultas da infância e suas responsabilidades: muitos passaram a pensar que fornecer objetos e divertimentos às crianças fazia parte de suas obrigações como educadores.

A globalização incentivou o modelo moderno de infância, mas este modelo não é padrão em todos os países. Em muitas regiões do Oriente e aqui, na América Latina, muitas crianças são exploradas sexualmente, trabalham em situações degradantes, seja no comércio de rua, na mendicância ou em atividades artesanais e agrícolas. Isso quer dizer que a globalização não apagou formas de diversidade tanto antigas como novas. Será que as tradições locais ou as desigualdades econômicas persistentes, agravadas por guerras e doenças, sustentarão uma divisão perene da infância no planeta? (STEARNS, 2006).

Para exemplificar, o Brasil é um país com sérios problemas relativos a questões da juventude e suas demandas por políticas públicas comprometidas com seu *empoderamento*. De acordo com os estudos realizados por Nazzari e Luz (2010), o Brasil é um país que vem apresentando índices que revelam a expansão da violência infanto-juvenil nas últimas décadas, principalmente em contextos metropolitanos. Esta violência, banalizada pela mídia e naturalizada pela sociedade, está intimamente ligada a questões sociais, revelando o percurso histórico que vem ampliando as desigualdades sociais.

Os jovens brasileiros são os mais afetados por tal violência, conforme revelam os autores: “O indicador de mortes violentas de jovens (provocadas por assassinatos, acidentes de trânsito ou suicídios) aumentou de maneira generalizada em todo o país, entre 1991 e 2002” (NAZZARI e LUZ, 2010, p.111).

Dessa forma, observa-se que a pobreza e as crises econômicas são fatores que tornam os jovens mais vulneráveis à violência. Soma-se a esse contexto, o desemprego que afeta a essa faixa etária, fomentando a evasão escolar e a consequente exclusão social.

O modelo de infância para o Ocidente é construído conforme os sistemas econômicos e depende das exigências da escolarização e das preocupações com o consumismo. No entanto, as estruturas familiares e culturais se entrelaçam, razão porque não existe apenas um modelo para a infância. “As infâncias estão hoje profundamente divididas pelos valores, pela riqueza ou miséria, pelos caos político ou relativa estabilidade” (STEARNS, 2006, p. 201).

A história demonstra que a modernidade enfrenta a inevitável incumbência de ter de equilibrar tensões globais e regionais e na questão da infância isso é claramente visível. Para os padrões da infância moderna o foco é a escolarização e não o trabalho. Apesar de grandes bolsões de doenças, fome, conflitos, abusos, parece plausível predizer que a escolarização está apresentando índices favoráveis. Porém, plausibilidade não é certeza, por isso muitos estudiosos se opõem à apresentação de modelos de modernidade. A maioria das sociedades apresenta altos índices de pobreza, não estando em condições de prescindir do trabalho de seus filhos. Há regiões nas quais grupos significativos resistem à escolarização.

Tem-se assim um conjunto de fatores a considerar quando se tenta aplicar padrões universais: os valores que geram uma gama de conflitos, questões envolvendo classes sociais, assim como a própria geografia e principalmente as complexas questões econômicas: é preciso avaliar as probabilidades e recursos que cada sociedade dispõe.

Quanto à questão da escolarização, também entram em discussão requisitos pedagógicos essenciais para o desenvolvimento integral das crianças: a presença da maioria da população infantil dentro das escolas é sinônimo de que existe qualidade na educação? As crianças realmente aprendem nesse modelo moderno de escolarização? É incentivada a criatividade, a solidariedade, a preservação de valores e da cultura locais? São pontos que têm gerado longas e acaloradas discussões entre professores, pedagogos com os sistemas de ensino, tanto no Brasil como em diversos países.

Como afirma Stearns (2006), avaliar a infância mundial envolve mais do que a característica complexidade local-global, requer também uma avaliação qualitativa da experiência moderna. É necessário reconhecer que a modernidade trouxe avanços sem

precedentes na História e que não se deseja voltar ao passado: os aprimoramentos foram essenciais sobre certas tradições agrícolas, que apresentaram taxas de mortalidade e de natalidade mais baixas e escolarização em vez de penúria, abusos e trabalho. Contudo, há casos em que, uma vez atingida a modernidade – no início do século XX – em muitos países como os Estados Unidos e outros países ricos, a infância tornou-se indisciplinada, desrespeitosa, afastada das obrigações familiares e distante das discussões sobre o excesso de consumo.

Percebe-se que há vários empecilhos para a modernidade que merecem ser lembrados para que não se construa uma visão extremamente otimista do século XXI quanto ao trato com a infância: em primeiro lugar, adotar uma versão moderna de infância não remove todos os problemas que acompanham as sociedades tradicionais. O exemplo mais grave disso são os abusos, os quais não acabaram. Podem ser mais claramente identificados ou combatidos quando os governos tomam medidas coerentes. Porém, o que se tem observado é que historicamente, as pequenas cidades ou vilas do período pré-industrial mantinham as crianças sob um controle que impedia a ocorrência de tais abusos. Na modernidade tais casos têm ocorrido com uma frequência impressionante. Na realidade, os abusos têm ficado piores (STEARNS, 2006).

No campo emocional os desafios também são enormes: uma barreira se criou entre a geração adulta e as crianças e não há precedentes para as ansiedades e divisões que cercam a adolescência moderna. Doenças que antes eram características da idade adulta são diagnosticadas em crianças e adolescentes, como depressão, ansiedade, Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), hiperatividade, além de transtornos alimentares (STEARNS, 2006).

As mudanças na vida da família moderna, as pressões associadas à escolaridade e à competição, presentes em países de industrialização avançada, a busca da identidade e sentido para a vida são conflitos comuns para os jovens no Ocidente, sem falar em atos de horripilante violência perpetrados por crianças menores de 12 anos, pouco frequentes, mas, aparentemente em ascensão. Os estudos de Nazzari e Luz (2010) apresentam importantes conclusões relativas ao crescimento da violência juvenil no Brasil na era da globalização, relacionando-os à histórica concentração de riqueza e desigualdade social que afetam as camadas desfavorecidas da população.

Para Stearns (2006), a questão não é mostrar que no passado as condições da infância eram muito piores, mas perceber que a mudança trouxe perdas e ganhos. Faz-se necessário elencar esse conjunto de realidades para identificar mais claramente as áreas que precisam mais atenção, em vez de apenas celebrar os sucessos obtidos. Pode-se lutar para que

sociedades diminuam taxas de mortalidade e natalidade e proporcionem mais escolaridade do que demandas de trabalho. Há mais o que fazer pela infância contemporânea do que simplesmente manter a agenda atual. A primeira preocupação diz respeito à tendência de grande parte dos movimentos internacionais em assumir padrões modernos de infância e exigir que o resto do mundo faça o mesmo. Essa abordagem ressalta o tom paternalista no trato com sociedades mais tradicionais. Sabe-se que a intenção é inegavelmente humanitária, mas caridade nem sempre propicia entendimento mútuo.

Outra tendência mundial com relação à infância se refere à expansão desse período e do estágio pré-adulto, tanto por deslocamentos econômicos, que prolongaram a dependência da juventude, quanto pelas exigências educacionais. As razões para essa extensão variam e o fenômeno ainda não se estabeleceu como tendência duradoura, mas está se manifestando em distintas regiões do mundo.

No Brasil, a Constituição de 1988 foi um importante meio legal de garantia dos direitos das crianças e adolescentes e uma guinada no caráter assistencialista de atuação do Estado, ao prever em seu artigo 227:

são deveres da família, da sociedade e do Estado: Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O direito à proteção especial deve abranger o respeito à idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, a garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola (BRASIL, 2010).

O texto da Carta Magna ratifica a adoção, pelo Brasil, de posturas voltadas à proteção integral da criança e do adolescente por parte da família, da sociedade e do Estado. O Estado de Direito Democrático que se estruturou nesse momento histórico – final da década de 1980, foi elaborado dentro de uma sociedade pouco democrática, o que comprometeu o envolvimento de sujeitos sociais na elaboração de políticas seriamente voltadas à proposta da proteção integral que previa o artigo 227¹⁰.

A Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, ratificada pelo Brasil em 1990, foi um documento relevante e que complementou o texto do artigo 227 da Constituição Federal, prevendo medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais para proteger a criança e o adolescente, como prevê seu artigo 4º:

¹⁰ Vide capítulo de políticas públicas.

Os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas, administrativas, legislativas e outras, para a implementação dos direitos reconhecidos nesta Convenção. Com relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, os Estados-partes tomarão tais medidas no alcance máximo de seus recursos disponíveis e, quando necessário, no âmbito da cooperação internacional (LAZZARINI, 2010).

A partir desse marco histórico para o trato com a infância no Brasil, demais entidades governamentais e não-governamentais foram criadas para tornar efetivas as ações e medidas previstas pela legislação. Em 13 de julho de 1990, pela lei nº 8069 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o qual determinou que os municípios instituíssem seus Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente, os quais têm a função de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância. Para tanto, os Conselhos Tutelares devem acionar serviços públicos, contando com a parceria do Ministério Público em suas diferentes esferas, do Juizado da Infância e da Juventude e demais secretarias e conselhos nos municípios.

No ano seguinte foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Criança – CONANDA, instituído pela lei nº 8242 /1991, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão da Presidência da República. A função do CONANDA é conduzir e institucionalizar a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente por meio da deliberação de políticas voltadas à defesa e preservação dos direitos da infância na esfera federal (JORGE, 2007).

A descrição da legislação acima remete à análise da judicialização dos direitos da infância tanto no Brasil como à nível mundial, pois a mesma prevê em seus textos a responsabilização frente aos órgãos públicos que representam o Estado, bem como as penalizações cabíveis em casos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, deixando clara a doutrina da proteção integral sob o prisma dos direitos dos infantojuvenis reconhecidos mundialmente.

Nesse estudo pode-se observar o quanto a infância mudou no decorrer da História mundial e a importância da descoberta do sentimento da infância, sua valorização e o respeito às suas especificidades. O advento de ideias e condições modernas para a infância, disseminadas por imitação, pela pressão internacional e pelas exigências de construir economias industrializadas e Estados modernos fizeram acelerar o ritmo da mudança, sempre em meio à grande diversidade. O que importa é evoluir nas mudanças, buscando dar condições dignas de crescimento à juventude em meio ao emaranhado de rupturas e incertezas do século XXI.

1.6 TRABALHO INFANTIL NA HISTÓRIA DO BRASIL

Cento e vinte milhões de crianças agitam-se no centro da tormenta. A população da América Latina cresce como nenhuma outra; em meio século triplicou com sobras. Em cada minuto morre uma criança de doença ou de fome, mas no ano 2000 haverá 650 milhões de latino-americanos, e a metade terá menos de 15 anos de idade: uma bomba de tempo (GALEANO, 2009, p.20).

No Brasil do período colonial e Imperial, durante todo o século XIX, as crianças estiveram presentes nas lavouras pelo país afora e este fato não se alterou com o advento da industrialização. Durante a escravidão a experiência com essa força de trabalho demonstrou a docilidade das crianças e sua fácil adaptação ao trabalho, além da economia que sua utilização traria aos patrões. Crianças indígenas e negras foram as primeiras a serem submetidas aos rigores do trabalho infantil, em um país que estabeleceu uma estrutura de produção e distribuição de renda fundamentada na desigualdade social. O posterior processo de industrialização correlato da transformação do Brasil em uma economia capitalista pouco alterou tais estruturas, levando grandes contingentes de crianças e adolescentes a serem introduzidas no sistema produtivo ao longo do século XX¹¹. O trabalho de todos os membros das famílias desfavorecidas socialmente sempre foi e continua a ser regra, sendo até mesmo naturalizado e legitimado, uma vez que pode expressar a lógica do código relacional predominante em tais grupos (DAUSTER, 1995). Crianças pobres sempre trabalharam, quer por tradição, quer por obrigação.

Conforme a mentalidade dos grupos hegemônicos, havia a necessidade de disciplinar esses indivíduos provenientes de famílias desestruturadas, expostas à extrema pobreza e impor-lhes limitações, proibições e obrigações, coibindo sua “tendência para a delinquência”. Foucault (2009) descreveu vários locais onde a disciplina sobre o corpo era amplamente difundida, constituindo-se, na Europa do século XVII, em verdadeiros esquemas de docilidade: nos quartéis, nas escolas, nas fábricas e nos hospitais. No decorrer dos séculos XVII e XVIII tornaram-se fórmulas gerais de dominação.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa unicamente o aumento de suas habilidades, nem

¹¹ Histórico do trabalho infantil elaborado pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego e contribuições de organizações governamentais e não-governamentais, especialmente a Organização Internacional do Trabalho, 2004.

tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 2009, p.133).

A utilização do trabalho das crianças sempre se constituiu como um dos métodos de domesticação do corpo. Para Foucault (2009) tratava-se de disciplinas que não tratavam simplesmente de repartir os corpos em setores nas fábricas, extrair e acumular seu tempo. Mas compor várias forças para obter um aparelho eficiente, útil, produtivo. Dessa maneira, em grandes oficinas francesas do século XVIII, apelava-se para o trabalho de crianças a partir dos 10 anos, as quais eram utilizadas em atividades que exigiam aptidões elementares, para as quais não era necessário convocar operários com habilidades diferenciadas, além de ser uma força de trabalho extremamente barata.

Através dessa perspectiva e sendo o Estado Brasileiro permeável à influência das instituições europeias, recrutaram-se muitas crianças e jovens de asilos de caridade, algumas a partir dos cinco anos de idade, sob a alegação de proporcionar aos pequenos indivíduos, uma ocupação útil, capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade. Estavam submetidas a todo tipo de exploração, como jornadas de trabalho de 12 horas, baixos salários, ambientes insalubres, rígida disciplina, má alimentação e convivendo com indivíduos portadores de doenças como a tuberculose (RIZZINI, 2007).

O trabalho de crianças, adolescentes e mulheres era amplamente explorado no processo de industrialização do país no início do século XX, principalmente pela indústria têxtil nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A cidade de São Paulo especialmente viu, sob o impacto da imigração italiana, ampliar-se a concentração de trabalhadores nas atividades urbanas. Muitos desses operários eram crianças e adolescentes, alguns imigrantes, assim como seus pais.

Durante a República Velha, o trabalho infanto-juvenil foi o espelho fiel do baixo padrão de vida da família operária, pautado em salários insignificantes e em índices de custo de vida extremamente elevados.

A presença de crianças e adolescentes no trabalho industrial tornou-se, talvez, o referencial mais importante de que a pobreza não deixara de rondar as famílias de muitos e muitos imigrantes, cuja precária sobrevivência dependia em parte do trabalho dos próprios filhos (MOURA, 2007, p.262-263).

Com o advento da República, uma nova diretriz educacional é elaborada para educar as crianças pobres ou sem famílias – era preciso formar e disciplinar os braços da indústria e

da agricultura. Assim, asilos de caridade foram transformados em institutos, escolas profissionais, patronatos agrícolas. Surgem novas instituições, algumas fundadas por industriais, visando à adequação do menor às necessidades da produção artesanal e fabril, formando assim, desde cedo a força de trabalho da indústria (RIZZINI, 2007).

Durante os anos de 1940, a maioria dos institutos que utilizavam internos para o trabalho agrícola foi extinta, por tratar-se de uma política social de ordenamento do espaço urbano e de sua população, afastando os “menores” indesejáveis, transformando-os em “futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso imediato e oportunista do seu trabalho” (RIZZINI, 2007, p. 380). O resultado da aplicação dessa política era a exploração da força de trabalho dos jovens, os quais, findo o tempo da internação, eram enviados à capital da República, deixados nas ruas, sem qualificação alguma.

Com a implantação da ditadura militar em 1964, elaborou-se a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM). “Crianças e jovens eram caracterizados como “*menores*” provenientes das periferias das grandes cidades, filhos de famílias desestruturadas, de pais desempregados, na maioria migrantes e sem noções elementares da vida em sociedade” (PASSETTI, 2007, p 357). A PNBM, que ficou consagrada no Código de Menores de 1979, pretendia mudar os comportamentos dos jovens “delinquentes” não pela reclusão do infrator, mas pela educação em reclusão, com o intuito de formar o indivíduo para a vida em sociedade. Essa reforma da política voltada às crianças e adolescentes reiterou o estigma que associou pobreza e miséria ao abandono e à delinquência e fez de suas instituições de internação, como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, espaços para formação de criminosos (PASSETTI, 2007).

A partir dos anos 1960 ocorreu uma explosão demográfica no Brasil e o aumento populacional até o final do século XX seguiu uma curva ascendente de 93 milhões de habitantes em 1970 para 170 milhões no ano 2000. Nessa configuração a proporção de crianças e jovens com idade entre 5 a 17 anos tornou-se expressiva¹².

Dessa forma, a estrutura socioeconômica totalmente desigual em termos de distribuição de renda e o aumento populacional no país, associada ao aumento da população infanto-juvenil, em sua maioria excluída socialmente, levou ao acréscimo do número de crianças e adolescentes de até 18 anos que trabalhavam.

¹² Dados fornecidos pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, 2004.

As mudanças no mundo contemporâneo e na realidade econômica do Brasil, associada ao acesso das crianças a informações sobre o mundo dos adultos, transformou drasticamente a infância. Para as classes pobres a globalização piorou as condições de sobrevivência das famílias, facilitando a incorporação de crianças e jovens a atividades antes relegadas aos adultos, como forma de auxiliar na renda mensal.

Conforme dados do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, em 1992 o número de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos trabalhando atingiu o marco de 4,1 milhões de trabalhadores, representando 12,13% da população dessa faixa etária.

Rizzini (2007) descreve que no ano de 1995 o Brasil tinha aproximadamente oito milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando. Em 1998 o número de crianças e adolescentes trabalhando reduziu para 2,8 milhões, equivalendo a uma taxa de trabalho infantil de 8,8% em relação à população dessa faixa etária.

Para Baquero e Nazzari (2010), os temas e os problemas relativos às crianças e aos jovens vêm causando crescente interesse na contemporaneidade no Brasil:

O interesse pelo tema da juventude vem se ampliando face às diversificadas demandas juvenis em nosso país, congregando, entre outros, interesses de intelectuais, de pesquisadores, de professores, de governantes e de profissionais do terceiro setor. Os jovens ocupam lugar de destaque no mercado capitalista, por serem consumidores em potencial; igualmente recebem destaque nos meios de comunicação, notadamente, em noticiários policiais.

Os temas sobre jovens despontam como emblemáticos no século XXI, e demarcam novas fronteiras e espaços entre adultos e jovens, estabelecendo controvérsias a respeito da minoridade penal, do trabalho infantojuvenil e das formas de expressão de sua corporeidade, entre outros (BAQUERO E NAZZARI, 2010, p. 8).

Contudo, as questões que envolvem a juventude foram incluídas recentemente na agenda das políticas públicas do Brasil e, dessa forma, Baquero e Nazzari (2010) afirmam que tais políticas são fragmentadas e “estão à mercê da competição interburocrática, padecem de descontinuidade administrativa, agem em resposta a certas ofertas e não a demandas específicas” (BAQUERO e NAZZARI, 2010, p. 9 e 10).

No ano de 1999, passou a vigorar no país uma nova idade mínima para o trabalho, alterada pela Emenda Constitucional nº 20, de 8 de dezembro de 1998, a qual determinava a proibição de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Conforme dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1999 havia 3,9 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 a 15 anos trabalhando. O PNAD de 2002, captou um contingente de cerca de 3 milhões de trabalhadores infantis em situação ilegal.

Adotando-se a mesma faixa etária de 5 a 14 anos como padrão para o período de 1992 a 2002, verifica-se que o número de trabalhadores infantis reduziu-se de 4,1 milhões em 1992 para 2,1 milhões em 2002 nesse grupo etário.

O número de meninas trabalhadoras é menor do que o de meninos. Este fato não significa que elas não trabalhem. A dedicação aos afazeres domésticos, sem escola, atinge quase dois milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos. Grande parte destas meninas cuida da casa e de seus irmãos. O trabalho destas meninas é exaustivo e fundamental para a manutenção das famílias, já que, nos casos em que os pais trabalham fora de casa, representa a única opção de cuidado dos filhos pequenos (RIZZINI, 2007). Conforme Dauster (1995), nas camadas populares é natural que as crianças trabalhem desde cedo, pois tal fato constitui-se como fator de socialização. Em tais famílias elabora-se um sistema relacional de ajuda e troca, na qual necessidades são definidas e que pode ser interpretado como uma teia de reciprocidade: os pais dão a moradia e a comida, enquanto aos filhos caberia a prestação de seu trabalho ou ajuda em troca desses bens proporcionados. Tal esquema de solidariedade entre os membros das famílias em risco deve ser entendido ao nível de suas representações e práticas, pois o trabalho dos filhos e dos pais contribui para que o grupo familiar se organize como uma unidade de rendimentos, alcançando determinado padrão de consumo.

Um grave problema tem crescido nas cidades brasileiras: crianças que estão em situação de trabalho ou sem supervisão de um responsável são cooptadas pelo tráfico de drogas para exercer funções subalternas, como a de olheiro, encarregado de avisar aos traficantes quando a polícia se aproxima. Existe grande dificuldade de localizar as crianças e adolescentes envolvidos no tráfico. Porém, apesar disso, o Juizado da Infância e da Juventude do município do Rio de Janeiro registrou grande aumento no número de casos: de 4,5 % em 1991 para 38% em 1997 (RIZZINI, 2007).

No Paraná, os dados sobre o trabalho precoce são fornecidos pelo Mapa do trabalho infanto-juvenil no Paraná (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, 2007), o qual, utilizando informações do Censo Demográfico (IBGE, 2000), realizou um levantamento sobre essa força de trabalho: de um total de 36.458 crianças, das faixas etárias de 10 a 13 anos, 4,9% estavam ocupadas, e de 216.798 adolescentes, 28,75% do segmento de 14 a 17 anos, também encontravam-se em situação de trabalho.

Em termos nacionais, o Estado do Paraná situa-se entre os cinco estados com a proporção mais elevada de trabalho infanto-juvenil em relação à faixa etária e o quarto maior contingente entre os estados que se destacam pelo número de ocupados (IPARDES, 2007, p. 10).

Tanto crianças como adolescentes no Estado do Paraná encontram-se, em sua grande maioria, ocupados no setor agrossilvopastoril. Para o grupo de menor idade a concentração é elevada: corresponde a 56,5%, enquanto dos adolescentes ocupados corresponde a 30,4% desse grupo. O grupo de mais idade encontra-se distribuído em maiores proporções em setores do comércio (19,8%), serviços (18,7%) e indústria (14,0%).

Na maioria dos casos, o motivo do ingresso das crianças e adolescentes ao mundo do trabalho está relacionado à miséria. Uma das consequências mais importantes das transformações no processo de produção no final do século XX e da concorrência intercapitalista está ligada ao mundo do trabalho e refere-se à inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, principalmente em países de industrialização intermediária e subordinada, como é o caso dos países latino-americanos (ANTUNES, 2003).

Quais os motivos que levam os empresários a empregarem crianças e adolescentes? Os estudos de Rizzini (2007) revelam que as crianças trabalham muitas horas sem reclamar, sem documentos, nem direitos trabalhistas. Existe ainda a condição de explorado: “o fato de se submeterem a baixos salários e regime disciplinar interno rigoroso, de não usufruírem de proteção e/ou benefícios, de não possuírem capacidade organizacional e reivindicatória, o que os tornam empregados com muitas obrigações e poucos direitos” (RIZZINI, 2007, p. 389).

O Brasil é um grande exportador de sisal, fumo, suco de laranja e calçados. Produção que vive às custas do trabalho semi-escravo de inúmeras famílias e crianças de Norte a Sul do Brasil. Camufladas em meio a essas atividades que geram riqueza para alguns e total falta de perspectiva de vida para milhões, há o trabalho de pequenas e delicadas mãos de crianças ou de adolescentes.

Em regiões miseráveis do Brasil ou em bolsões de pobreza nas cidades, o estudo tem pouco valor frente às necessidades de sobrevivência. Esses trabalhadores precisam de garantias para largar o que conseguiram para ajudar sua família a sobreviver. A inclusão e permanência de todos esses jovens na escola é uma meta que depende da melhoria das condições de vida da população. Isso significa a elaboração de políticas sociais que garantam renda mínima a estas famílias, afim de que a criança vá para a escola e não evada. No mundo contemporâneo da informação, criança sem escolarização, analfabeta ou semi-analfabeta

acaba por comprometer sua existência e de seus familiares, gerando um dilema social de proporções incontroláveis.

1.7 CULTURA DO TRABALHO E GRUPOS ETNOGRÁFICOS OU ANTROPOLÓGICOS (PARA LEMBRAR QUE CRIANÇAS PARAGUAIAS TAMBÉM ESTÃO NA PONTE LADO BRASILEIRO)

A relação entre a cor da pele e o trabalho infantil pode ser observada nas ruas das grandes cidades brasileiras. A maioria das crianças é parda ou negra. Pouco mais da metade dos trabalhadores infantis é de cor parda - 53,9%, sendo que 41,7% desses trabalhadores são brancos, 3,8% são negros e 0,4% são indígenas ou amarelos. Boa parte dos identificados como pardos trabalha no setor agrícola e os identificados como negros realizam tarefas no serviço doméstico ou trabalhos em outras atividades. As estatísticas comprovam que as crianças pardas e negras trabalham mais que as brancas. “No entanto, após a maioria há uma inversão: o mercado de trabalho absorve proporcionalmente mais brancos, quando há maior exigência de escolaridade e qualificação” (RIZZINI, 2007, p. 386).

Além disso, observou-se a relação próxima entre o mundo do trabalho informal na tríplice fronteira e a questão da “raça”¹³. Cardin (2009) trata dessa questão ao concluir que há maior população representante das raças “indígena e negra” alocada na informalidade de Foz do Iguaçu, quando observada proporcionalmente em relação ao número de pessoas de sua mesma raça no município. Esses trabalhadores desempenham atividades com menor segurança, renda incerta, além de estarem excluídos de diversos benefícios sociais como férias, décimo terceiro salário, licença maternidade, previdência social, aspectos que interferem na qualidade de vida e nos índices de desenvolvimento humano.

Dessa forma, observa-se que, tanto a fronteira identitária como o mundo do trabalho consistem em “lugares” propícios à exclusão (STOER, 2004). Na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina a constatação do autor apresenta claras evidências, pois as atividades envolvendo o comércio fronteiro informal absorvem indivíduos majoritariamente pardos e o

¹³ Conceitos e esclarecimentos sobre raça e etnicidade estão apresentados na obra de Michel (BANTON, 1977), o qual ressalta o incremento da consciência étnica nos países principalmente após as mudanças econômicas e sociais ocorridas no final do século XX e início do século XXI. Sayad (1998) acrescenta ao binômio raça-trabalho, apontando, uma outra relação: *a imigração e o trabalho*, afirmando que o imigrante é essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária e em trânsito. “Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho” (1998, p. 55).

trabalho infantil nesse local tem rosto e identidade: são crianças paraguaias geralmente de etnia indígena.

Nas pesquisas de campo na vila Portes não foram encontradas crianças nem adolescentes brasileiros em situação de trabalho infantil, o que demonstra a amplitude de algumas campanhas e programas voltados à erradicação de tal questão e a efetiva fiscalização do Conselho Tutelar. Porém a presença de crianças e jovens de nacionalidade paraguaia, majoritariamente de cor parda, revela as contradições da integração da Tríplice Fronteira. Tal ocorrência remete a aspectos relativos ao processo histórico e social ocorrido neste país – o Paraguai, o qual sofre até a atualidade as consequências de uma guerra de extermínio que se incorporou à história da América Latina com o nome de “Guerra da Tríplice Aliança”¹⁴, o que ocasiona diferentes constrangimentos sociais como a extrema concentração de riquezas e a exclusão permanente do povo, tanto na esfera política como econômica.

Na interpretação da chefe de divisão da proteção social especial de média complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu (informação verbal)¹⁵, a entrada de jovens trabalhadores de nacionalidade paraguaia no Brasil, sem documentação ou desacompanhados dos pais, é um fato preocupante para os países de fronteira e um fenômeno de difícil enfrentamento, pois está permeado por questões culturais:

[...] Porque o Paraguai é um país que culturalmente valoriza muito o trabalho. Quanto mais precoce a criança trabalhar, mais ela tem seu valor dentro da família. Talvez seja por causa do pós-guerra, da Guerra do Paraguai com o Brasil, que fez com que a população masculina ficasse quase toda dizimada. Então as crianças tinham que começar a trabalhar muito cedo, isso é comum no pós-guerra. Então isso foi se enraizando culturalmente, então você não vê no Paraguai criança na mendicância, você não vê crianças pedindo esmolas, você vê crianças trabalhando, muitas vezes com a família, juntos. Com quatro ou cinco anos elas já começam a vender chipa, a vender meias. Juntamente com os pais, com irmãos mais velhos, às vezes sozinha, então isso para a família é motivo de orgulho. Então, trabalhar essa questão cultural, do quanto é prejudicial o trabalho precoce, por que quanto mais a criança trabalha menos ela se qualifica, quanto mais ela trabalha menos ela frequenta a escola.

Além do trabalho infantil, a assistente social relata ocorrências dramáticas nas quais essas crianças se envolvem, vivenciadas em seu trabalho na Secretaria de Assistência Social,

¹⁴ A Tríplice Aliança era formada pelos países da Argentina, Brasil e Uruguai e levaram a cabo um verdadeiro genocídio durante a Guerra do Paraguai, em 1864, destruindo toda a economia do país, sua produção industrial e sua população masculina, padecendo até os dias de hoje da submissão ao imperialismo e ao subimperialismo em relação ao Brasil (GALEANO, 2009).

¹⁵ Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2012.

declarando o quanto é perniciososa a incorporação desses infanto-juvenis em atividades que os expõem a sérios riscos: primeiramente as crianças cruzam a Ponte da Amizade acompanhadas de familiares ou de irmãos. Se há intensa fiscalização na Aduana, elas se dirigem a outros bairros e então oferecem suas mercadorias: “(...) a mãe fica na ponta da rua e eles passavam pela rua toda, vão oferecer ovo em troca de comida ou alguma coisa que eles cultivem em troca de roupa ou vendendo alho, chá, chipa, C.Ds¹⁶”. Quando as crianças paraguaias se desprendem de seu grupo ficam mais expostas a riscos, ao uso e tráfico de drogas, como relata a assistente social:

A partir do momento que essa criança começa a vir cada vez mais sozinha, ou começa a se desprender desse grupo, ela começa a ter contato com o risco que as ruas trazem. Na região do Jardim Jupira nós tivemos no passado, agora nem tanto, muitas crianças aliciadas para o uso do crack, muitas crianças paraguaias. Porque o crack no Brasil é mais barato do que no Paraguai, então essas crianças ficavam no interior das favelas, viciadas em crack e perdiam o contato com suas famílias no Paraguai. (Informação verbal)¹⁷

Com base nos relatos da assistente social, fica evidente a relevância da temática cultural nas discussões de questões que envolvem a fronteira e suas discontinuidades e desigualdades.

Para Cardin (2010) é impossível pensar a realidade social dessa fronteira desvinculando-a das políticas econômicas e sociais dos países limítrofes. A resolução de problemas pontuais, como a presença de jovens paraguaios trabalhando nas proximidades da Ponte da Amizade, deve nascer da construção conjunta de políticas de intervenção, organização de fóruns comuns e no desenvolvimento da paradiplomacia. Porém, enquanto o interesse na manutenção das desigualdades prevalecer, a construção de ações efetivas para a obtenção de resultados positivos é impossibilitada.

Esta Tríplice Fronteira demonstra-se como um local de encontros de distintas perspectivas quanto ao trabalho e, partindo da interpretação de Geertz (1989), através da qual é necessário entender determinada cultura a partir de seu lócus, faz-se necessário analisar cada aspecto dessa miríade cultural que se estruturou nesse espaço. A princípio migraram para a região de fronteira agrícola colonos dispostos a ocupar o território e fazê-lo produzir com o apoio de uma agricultura familiar, onde mulheres e crianças participavam dos serviços da lavoura e da casa. Posteriormente, com a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, chegaram

¹⁶ Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2012.

¹⁷ Idem.

à fronteira novos sujeitos sociais que fariam parte da história local, trabalhadores provenientes de diferentes regiões do Brasil, carregando consigo a mentalidade própria de famílias socialmente desfavorecidas, onde cada membro devia ajudar para a complementação da renda familiar, o trabalho encarado em seu aspecto disciplinador, como socialização. As dificuldades causadas pelo desemprego, pelas moradias precárias e demais constrangimentos sociais, separando adultos e crianças, estimula os jovens a buscar alternativas de ganho de renda nas ruas, seja na mendicância, no comércio informal, no contrabando ou no tráfico, tornando a uni-los agora, na modalidade de subtrabalho. As políticas públicas buscam reprimir e erradicar o trabalho infantil, enfatizando a perspectiva dos danos que causam aos jovens e à sociedade local, porém sem dialogar com os principais atores sociais e entender a interpretação que as famílias elaboram a respeito da categoria trabalho em seu cotidiano.

Dentro desse mesmo contexto de conflitos encontram-se sujeitos com perspectivas positivas em relação ao trabalho, encarando-o como gerador de energia e de riquezas, como impulsionador do turismo e como formador de identidades, pois o comércio fronteiriço envolve diferentes nacionalidades, como chineses, árabes, paraguaios e brasileiros. Analisando o significado dessas ações sociais para seus atores e afirmar o que o conhecimento atingido informa sobre a sociedade na qual está inserido, possibilita que o pesquisador caracterize todo o sistema de uma forma geral, como defende Geertz (1989). Para esse autor, “As formas da sociedade são a substância da cultura” (GEERTZ, 1989, p. 39).

2 A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU E SEU IMPACTO SOBRE A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU

Duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro. Estamos divididos, fragmentados. Sabemo-nos o caminho, mas não exatamente onde estamos na jornada (SOUZA SANTOS, 1995, p. 58).

A História é obra de uma sociedade que remodela seu espaço segundo suas necessidades e ao constituir-se como ciência que estuda o homem no passado, busca o auxílio de outras ciências humanas – a antropologia, a geografia, a ciência política, a sociologia e outras, com o intuito de possibilitar um melhor entendimento das especificidades de relações sociais e de trabalho em um dado momento. Tal postura da História ocorre na análise da realidade da fronteira entre Foz do Iguaçu/Brasil e Ciudad del Este/Paraguay, na busca pelo entendimento do homem da “fronteira”, uma vez que em suas virtualidades revela a concreticidade de suas realizações históricas e a contextualização da ocorrência da exploração da força de trabalho infantil nas proximidades dessa área. No retorno ao passado, busca-se parte das explicações para os problemas contemporâneos e, ao mesmo tempo, observa-se o desenrolar das atividades econômicas e sociais que interferem na pesquisa. “Novos tempos levam a novas historicidades” (BLOCH, 2001, p. 8).

Nessa importante reflexão, apesar de se referir o seu tempo, Braudel observa o estudo da História diante dos complexos problemas que nos atingem:

A história se encontra hoje, diante de responsabilidades temíveis, mas também exaltantes. Sem dúvida porque jamais cessou, em seu ser e em suas mudanças, de depender de condições sociais concretas. A História é filha de seu tempo. Sua inquietude é, pois, a própria inquietude que pesa sobre nossos corações e nossos espíritos (BRAUDEL, 1978, p. 17).

Este capítulo destaca uma das opções metodológicas feitas na pesquisa: a microanálise, por ser um método pertinente para o estudo de grupos específicos – os jovens trabalhadores informais - em um local restrito – a fronteira Foz do Iguaçu com o Paraguai. Além disso, porque a perspectiva micro-histórica permite a mudança na escala de análise habitual, ou seja, do particular, dos fatos regionalizados, buscar a interpretação de um tempo de controle para um âmbito mais global, mais sistemático. A escolha do individual não deve ser vista como contraditória à do social: a micro-história deve tornar possível uma abordagem

diferente ao acompanhar um caso particular e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos (REVEL, 1998).

Na perspectiva de compreender o espaço local, a obra “A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira/1964-1992” (CATTÀ, 2009), foi um estudo que colaborou na fase de contextualização histórica da pesquisa, subsidiando com fontes históricas e análises sociológicas sobre o cotidiano e os constrangimentos sociais vivenciados pelas classes desfavorecidas na fase de reestruturação urbana de Foz do Iguaçu. A partir de algumas fontes reunidas pelo autor, foi possível trazer ao diálogo outras informações que levantamos, confirmando e complementando um quadro de ocorrências da história local.

2.1 A FOZ DO IGUAÇU DURANTE OS ANOS 1980

Essa pesquisa delimita-se a resgatar o estudo de parte dos acontecimentos relativos à história de Foz do Iguaçu a partir da década de 1980, auge da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Da mesma forma, período de grande afluxo de trabalhadores de todas as regiões do Brasil e de países vizinhos que chegavam à cidade em busca de trabalho na Usina ou em alguma de suas empreiteiras. A década de 1980 foi, ainda, um período de retração para o capitalismo mundial, gerando recessão para a economia nacional, inflação, desemprego e diminuição do poder de consumo principalmente para a classe trabalhadora. Soma-se a essa complexa conjuntura mundial outro agravante para as classes mais baixas: o processo mundial de reestruturação produtiva que gerou desemprego estrutural, dispensando milhares de trabalhadores que se viam marginalizados dos novos processos produtivos ligados à computação, à robotização e aos demais avanços tecnológicos.

Dessa forma, a fronteira passaria a ser vista como uma nova possibilidade de inserção a algum emprego, ou nas obras da maior hidrelétrica do mundo – Itaipu, ou em suas empreiteiras, ou ainda em qualquer trabalho informal que certamente surgiria em uma cidade de múltiplas chances como era Foz do Iguaçu naquele momento.

De acordo com Catta (2009), em diferentes leituras feitas sobre a História recente de Foz do Iguaçu, nota-se a presença na memória coletiva, tanto de antigos moradores, pesquisadores, professores, empresários, profissionais liberais que se estabeleceram na cidade, da lembrança de um passado não tão distante e o elemento divisor: antes da chegada da empresa Itaipu – ano de 1974 e depois. Tal como escreveu Ribeiro:

Itaipu pode ser considerada como um símbolo de um desenvolvimento “às avessas” (diferentemente do discurso oficial), um monumento da técnica e da competência empresarial, testemunho da visão dos estadistas que governaram o país, quando, em nome do progresso e do desenvolvimento, populações foram esquecidas (2002, p. 106).

Portanto, até o início das obras de construção de Itaipu, Foz do Iguaçu era uma pacata cidade do oeste paranaense, esquecida pelos frenéticos arranjos do capitalismo mundial assimilado pela Ditadura Militar.

Segundo dados do Censo do IBGE (apud CATTA, 2009), em 1970, Foz do Iguaçu tinha uma população de 33.970 habitantes, com uma densidade demográfica de 38,69 hab/km². Em 1980, em plena construção de Itaipu, além do comércio de fronteira que se expandia, a população saltou para 136.320 habitantes, com uma densidade demográfica de 216,38 hab/km². À medida que passavam os anos, o processo de crescimento demográfico da cidade de Foz foi menos intenso, correspondendo ao período de recessão econômica do país. Em 1990, a população aumentou para 190.175 habitantes, com uma densidade demográfica de 345,77 hab/km² (CATTA, 2009). (Figura 1)

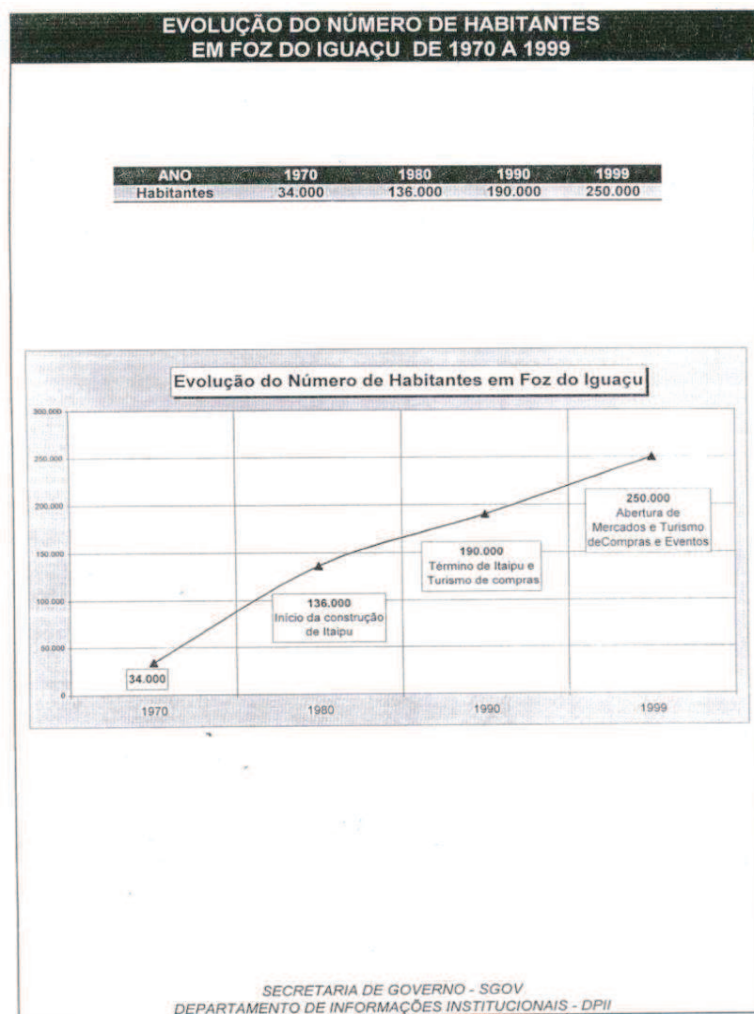


Figura 1- Gráfico da evolução do número de habitantes em Foz do Iguaçu entre os anos 1970 a 1990.

Fonte: Departamento de Informações Institucionais – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR.

Alteravam-se as relações cotidianas estabelecidas entre uma população mais antiga da cidade que teve seus hábitos mudados com o surgimento de uma nova sociedade, multicultural, formada por diferentes etnias, com ideias e valores diversos dos locais. Uma nova sociabilidade se moldava, diferente da tradicional, pois novas identidades culturais se formavam e se integravam nesta coletividade, formando uma miríade de pessoas e culturas em Foz do Iguaçu.

Governos anteriores aos militares já haviam planejado a construção de uma usina para o aproveitamento do potencial hídrico dos rios da fronteira, visando à sua exploração energética, dotando o Brasil de autonomia nesses recursos, a fim de desenvolver sua industrialização. Dessa forma, com o intuito de gerar 12,6 milhões de quilowatts, com possibilidade de ampliação para 14 milhões, os quais seriam divididos em partes iguais entre Brasil e Paraguai, os trabalhadores de Itaipu tiveram de erguer uma barragem que elevasse as

águas do Rio Paraná à altura de 220 metros acima do nível do mar, exigindo a construção de um dique de 196 metros de altura por 7.760 metros de comprimento. O potencial energético do rio era proporcional ao volume regular médio de suas águas, ao desnível de seu curso e às possibilidades de represamento. Nesse sentido, o rio Paraná apresentava condições muito privilegiadas, além de estar entre os sete maiores rios do mundo, com uma descarga de 10.000 metros cúbicos por segundo (MAZZAROLLO, 2003).

Até esse momento, o Brasil detinha o maior potencial hidrelétrico do mundo, com cerca de 700 milhões de quilowatts. Foi durante a ditadura militar, que se concretizou a chamada “obra do século”, um megaprojeto que contemplava as orientações do governo da época e procurava inculcar o sonho do “milagre econômico brasileiro”, pondo em prática grandes empreendimentos de alto investimento econômico, com a meta de implantar uma forte indústria de bens de capital.

Nessa perspectiva, a usina de Itaipu seria uma empresa indispensável para impulsionar o desenvolvimento e o progresso ao Brasil, tornando-o autônomo no campo energético, em substituição ao carvão e ao petróleo. Assim se configurava a ideologia desenvolvimentista do governo da época.

A construção da Usina de Itaipu extrapolou o campo econômico. Seu alcance chegava também à resolução de questões geopolíticas: constituía uma solução para problemas de fronteira na área sul do Estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, região próxima a Guairá. Mas a implementação desse megaprojeto tinha pretensões que iam muito além das delimitações territoriais da fronteira. Consistia em uma ocupação estratégica, de dimensões gigantescas que definissem o controle do Brasil sobre o Cone-sul, na América do Sul e que, no mesmo sentido, atraísse o Paraguai para a órbita brasileira, preterindo a Argentina (RIBEIRO, 2002).

O Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973 pelos Presidentes do Brasil, Emílio Garrastazu Médici e Alfredo Stroessner, do Paraguai, aprovou a construção da maior usina hidrelétrica do Planeta. O Tratado foi aprovado e promulgado no Brasil pelo decreto legislativo nº 23, de 30 de maio de 1973, criando a empresa Itaipu Binacional, sendo o controle interno de competência do Conselho de Administração da Itaipu e o controle externo da empresa Eletrobrás, no Brasil. Conforme Ribeiro (2002), o investimento inicial do projeto Itaipu foi de dez bilhões de dólares, obedecendo às imposições do Governo Militar implantado após o golpe de 1964, o qual desejava difundir o ideário do “Milagre Econômico Brasileiro”, instalando uma indústria local forte, a qual teria como suporte a maior hidrelétrica do mundo. Schilling (apud RIBEIRO, 2002, p. 25), afirmava que a usina de Itaipu seria a

maior do mundo, com capacidade de 12,6 milhões de KW e um custo calculado de 2.500 a 3.500 milhões de dólares.

A construção da hidrelétrica afetou diretamente os municípios da região oeste do Estado do Paraná – Foz do Iguaçu, São Miguel, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guairá, pois era necessária a construção de um reservatório. Para tanto, uma área de 1350 Km² seria submersa: 780 Km² no Brasil e 570 Km² no Paraguai (RIBEIRO, 2002, p. 27).

A princípio, as notícias da implantação da usina de Itaipu trouxeram entusiasmo para a população local que vicejava mais dinamismo econômico para a cidade. Ao menos era essa a retórica divulgada pelas autoridades e pelos meios de comunicação¹⁸.

Contudo, essa comunidade não imaginava que as profundas transformações chegariam tão precocemente, trazendo conjuntamente uma reordenação social, espacial que afetaria todos os setores da cidade e da região oeste do Paraná.

Lemos (2008) analisa os desdobramentos que tais mudanças na urbanização trariam ao país, relatando os indicadores sociais e econômicos do Brasil e referindo-se a um país que se caracteriza por possuir um dos maiores potenciais de riqueza do mundo e também, alguns dos maiores indicadores de desigualdade do planeta. O panorama descrito pelo escritor advém de seu processo histórico, revelando que as dificuldades relativas aos indicadores sociais do Brasil ocorrem paralelamente ao processo de urbanização de sua população. Observa-se que uma das características do perfil da população brasileira tem sido sua crescente urbanização.

O fato é que esta migração desordenada tem provocado profundas modificações na qualidade de vida das zonas urbanas, que se refletem nas deficiências das moradias adequadas e de infra-estrutura, dentre outros serviços essenciais, além de contribuir para a queda dos salários nestas áreas, em razão da rotação de mão-de-obra que este contingente incrementa de forma significativa (LEMOS, 2008, p.34).

Muitas pessoas abandonavam as cidades grandes e começavam a procurar alternativas de emprego e de vida melhor nas recentes fronteiras que se abriam. Por esse motivo, novos

¹⁸ Conforme o Anuário Estatístico da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura de Foz do Iguaçu, ano 1990, a cidade tinha uma vocação para o crescimento o que estimulava a noção desenvolvimentista típica do período: “Isto pode ser medido pelas expectativas de investimentos na região. Sem dúvida, diversos fatores colaboram para que isto aconteça, sendo o principal, sua localização geoeconômica no Cone-Sul. (...) O comércio é pujante, e a cada ano, podemos notar o seu crescimento. (...) Concluindo, podemos afirmar que esta cidade tem um futuro promissor, através de um grande crescimento, com todas as possibilidades de ser a terceira cidade do Estado, em menos de uma década” (Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento/Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/Paraná, 1990, p 84- 86.)

trabalhadores começaram a chegar oriundos de diferentes regiões do Brasil, dos mais variados meios, profissões, culturas e expectativas. Inicialmente em número aceitável, mas, depois, chegavam grandes levadas, aumentando muito os problemas da cidade como pobreza, crescimento de favelas e moradias insalubres, subemprego, desemprego, criminalidade, dificuldades de acesso a equipamentos e serviços urbanos que traduziam a péssima qualidade de vida da maioria dos trabalhadores, os quais não puderam se enquadrar nas vagas de emprego oferecidas tanto em Itaipu, como nos demais setores e serviços. A economia, que recém se estruturava, não pôde absorver o enorme contingente de migrantes que chegavam. E às crianças pobres, grupo que constitui o sujeito desta pesquisa, filhos dessas famílias marginalizadas, coube a educação precária, a subalimentação, a mendicância, o trabalho informal na Ponte da Amizade, a exploração sexual comercial, as doenças, a morte prematura e a tímida atitude das autoridades locais que preferiam encará-los como “menores abandonados” que criavam um cenário de vergonha à cidade turística.

Estas mudanças locais ocorriam graças às pressões macro estruturais (REVEL, 1998). Em nível mundial a economia capitalista demonstrava seus antagonismos:

A década de 70 inaugurou um período de fortes desequilíbrios econômicos globais, causados tanto pelo aumento do preço do petróleo no mercado internacional em 1973 e em 1979, quanto pelas sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, praticamente impostas pelos Estados Unidos desde então, como em 1978 e em 1985 (PINTO, 2010, p. 87).

Em decorrência, acentuou-se a internacionalização, o crescente volume de investimentos em capitais financeiros. Juntamente com essa conjuntura, somaram-se as quedas de taxas de lucros, sobretudo nos setores industriais, o que pôs em xeque o “período áureo do capitalismo”. Em consequência, expandiram-se as chamadas experiências “flexíveis” de gestão do trabalho e da produção.

A reestruturação produtiva iniciou seu avanço no Brasil na década de 80, mas expandiu-se de forma mais abrangente e sistemática após o contexto de abertura comercial e ajustes recessivos internos dos anos 90, sob a égide dos governos neoliberais (PINTO, 2010, p. 89).

Como resultado desse processo ocorreram tanto demissões em massa quanto o desemprego estrutural que expulsou do mercado de trabalho pessoas mais velhas e que possuísem baixos índices de escolaridade. Além disso, avançaram as formas de contrato de trabalho precárias e o rebaixamento das condições de trabalho impostas aos assalariados e, paralelamente, o aumento da produção material, da acumulação de capital e da concentração

de riqueza sob o controle de oligopólios transnacionais. O trabalho organizado foi solapado, a ação sindical teve grande retração e o individualismo exacerbou-se.

2.2 IMPACTOS PÓS-ITAIPU

O contexto econômico do Brasil durante os anos 1980 foi afetado por essa reestruturação e pelas profundas mudanças nas relações de trabalho que prejudicaram basicamente a classe que vive do trabalho. O desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à informática e à robotização geraram grandes excedentes de força de trabalho que tornaram possível o retorno de estratégias absolutas de extração da mais-valia. O crescimento do trabalho informal, por todo o mundo capitalista avançado e periférico, representa uma visão sombria da suposta história progressista do capitalismo (ANTUNES, 2003).

Diante da profunda recessão, ocorreram altos índices de desemprego e de inflação, os quais corroeram os salários da classe trabalhadora e seu poder de consumo. Em 1981, a inflação chegou ao índice de 99,7%, elevando-se nos anos seguintes: em 1982, 211%; em 1983, 223,8%. A recessão desses anos fora a pior do Brasil desde a grande depressão (CATTA, 2009).

No âmbito estadual, os indicadores sociais e econômicos apresentaram dados comprovando o agravamento da situação social no estado do Paraná nos anos de 1980 a 1990, conforme pesquisa realizada por Nogueira, Figueiredo e Deitos (2001), na qual se constata que, em estudo recente realizado pelo IBGE, IPARDES, Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Educação do Estado e Banco Mundial, para o conjunto da população paranaense, durante essas décadas, ocorreram inúmeras dificuldades econômicas, com estreitamento nas oportunidades de emprego, além da queda no nível dos salários. “A urbanização, a expansão do emprego informal e dos serviços de infra-estrutura econômico-social urbana minorou parcialmente essas dificuldades” (NOGUEIRA et al., 2001, p. 136). Contudo, o estudo destaca a continuidade do êxodo rural e a nítida deterioração das condições de vida das populações mais pobres. O emprego formal apresentou baixo dinamismo e as políticas sociais deixaram a desejar em face da magnitude dos problemas colocados. A década de 1990 não apresentou melhora na problemática situação do estado do Paraná, pois a reestruturação produtiva acrescentou à questão social o seu caráter desigual, impondo aos mercados de trabalho importantes alterações, com pouca expansão de empregos produtivos, especialmente no campo industrial.

Por meio de documentação e da literatura sobre a época, sabe-se que as administrações municipais tinham informações dos riscos sociais que a cidade de Foz do Iguaçu corria, caso sofresse um aumento populacional sem previsões, em um período caótico da economia nacional.

No Plano de Desenvolvimento Integrado Diagnóstico Municipal – PDI/DM (1972), de Foz do Iguaçu (apud CATTA, 2009), constam duas diretrizes básicas que deveriam ser seguidas: a preocupação com a quantidade de pessoas vivendo na área urbana da cidade, a qual deveria manter um índice não superior a 100 hab/ha, sob pena de ocorrer uma desorganização acentuada na sociedade, a qual o poder público teria dificuldades para controlar. De alguma forma, este Plano procurava antever problemas do crescimento descontrolado e visualizava os possíveis impactos. Contudo, como apontado anteriormente, o crescimento tinha, neste período, muitas perspectivas. De alto a baixo, se para alguns causava preocupações, para outros era motivo de júbilo. Do governo federal ao municipal, percebem-se perspectivas diferentes; mas também dentre a população local havia metas micro a ser atingidas – a possibilidade de desenvolver o comércio alimentício, de vestuário; a demanda por alugueis; o oferecimento de serviços de lavanderia, padaria, mecânicos, dentre outros.

De modo especial, os serviços turísticos viam com grande expectativa as transformações pelas quais passaria a fronteira porque o crescimento traria prosperidade para o setor.

As mudanças que ocorreram no município, tanto em seu espaço físico e principalmente na composição e contingente de seus habitantes e a eliminação nas etapas do crescimento natural da cidade, causaram a formação de um caos social que eclodiu naqueles que eram menos protegidos. Houve a formação de um grupo excluído, trazido no bojo desta mesma perspectiva de desenvolvimento que se somou ao já existente cinturão de marginalizados próprios da fronteira iguaçuense, ao qual foram relegadas as piores moradias, em bairros periféricos e os subempregos – as atividades no comércio fronteiriço.

Neste quadro, as diretrizes do Plano foram inócuas e vence a perspectiva do desordenamento. Na realidade, o que se constata é que, se essas diretrizes fossem obedecidas, a cidade não teria sofrido o impacto social na era pós-Itaipu¹⁹. O crescimento populacional

¹⁹ O crescimento populacional vertiginoso de Foz do Iguaçu equipara-se a poucas cidades paranaenses e o marco divisório desse fato foi a construção da Usina de Itaipu. “A história do crescimento populacional da cidade se confunde com a história da construção de Itaipu. As correntes migratórias e as conseqüentes características da população foram definidas pelas oportunidades abertas pela construção desta hidrelétrica” (ROSEIRA, 2006, p. 68).

vertiginoso de Foz do Iguaçu não se equipara a nenhuma outra cidade paranaense e o marco divisório desse fato foi a construção da Usina de Itaipu.

Outro aspecto do PDI/DM que causa curiosidade é o “plano de emergência” que priorizava a higienização e o embelezamento do município, estruturando a cidade para torná-la agradável aos turistas que afluíam. A administração municipal divulgava esses planos e afirmava que viriam a beneficiar toda a comunidade foz-iguaiense, proporcionando-lhes melhor qualidade de vida: seria efetivado um tratamento paisagístico-recreativo das praças e jardins e o estabelecimento de um plano comunitário de embelezamento da cidade, com execução de meios-fios, passeios, jardins residenciais, pintura e conservação dos prédios e tratamento dos vales dos rios (CATTÁ, 2009). O objetivo real era proporcionar ao setor turístico mais suporte para receber os visitantes que se dirigiam à “Terra das Cataratas”.

A população mais carente não foi beneficiada pelos planos da administração municipal, pois uma das metas dos projetos de embelezamento era deslocar as favelas do centro da cidade para bairros periféricos, lugares sem infra-estrutura mínima adequada para viver de maneira digna. No decorrer da década de 1980, com a atuação da Administração Municipal e dos aparatos de repressão, foi implantando o processo de higienização das áreas centrais de Foz do Iguaçu. A medida atendia, dessa forma, aos anseios de mercado, do turismo, do embelezamento e da especulação imobiliária que lucrou com a remodelação.

No período em que as obras da Usina de Itaipu estavam sendo finalizadas, o antigo perfil das áreas centrais da cidade estava totalmente alterado devido ao aumento nas construções de residências e empreendimentos comerciais. Quanto aos bairros, habitados por ex-agricultores, ex-barrageiros ou desempregados, o crescimento foi considerável. Especialmente ao longo das barrancas do rio Paraná, a população pobre desmatou e ocupou as áreas ribeirinhas formando núcleos de residências subnormais ou favelas que abrigavam um enorme contingente de pessoas; no sentido centro-sul foram criados bairros como Porto Meira, Ouro Verde, Profilurb, Jardim das Flores e inúmeros loteamentos que se tornaram núcleos residenciais. Para o leste, surgiram os bairros Rincão São Francisco, Morumbi entre outros. Para o norte surgiram a vila de São Sebastião, Porto Belo, Jardim Califórnia²⁰ (CATTÁ, 2009).

No início do ano 1992, a cidade sentia o impacto da finalização das obras de Itaipu e o início do funcionamento de sua 18ª turbina. Os milhares de ex-trabalhadores desse megaempreendimento, diante da necessidade de manter a subsistência de suas famílias,

²⁰ Vide mapa turístico de Foz do Iguaçu em anexo.

estavam agora sujeitos a subempregos, atividades informais²¹ ou ilegais ligadas ao contrabando de produtos importados do Paraguai.

2.3 POSTOS DE TRABALHO FORMAIS E INFORMAIS

Na interpretação da propaganda oficial e publicitária do setor turístico, Foz do Iguaçu é a “terra das cataratas”. A partir da veiculação de tais agências, a cidade e sua população estariam articuladas à atividade do turismo. Tal imagem proposta pelos meios de comunicação identifica que, no processo histórico de Foz do Iguaçu, muitas experiências sociais foram expulsas, tais como os modos de vida de seus moradores, o trabalho e sua inserção em um contexto de fronteira, a legislação tríplice e as costumeiras regras elaboradas pelos trabalhadores do comércio fronteiriço e os conflitos e disputas envolvendo a apropriação e produção de riqueza na cidade, conforme declara Souza (2011). Para a autora, o envolvimento de trabalhadores de Foz do Iguaçu com o comércio de mercadorias na fronteira com a Argentina e o Paraguai não é um fenômeno recente na história da cidade, pois esta modalidade de comércio estruturou-se como uma forma comum e cotidiana de estratégia de sobrevivência de muitos moradores desde a década de 1940. Esse tipo de economia, típico da fronteira, elaborou-se oscilando entre os campos da legalidade e da ilegalidade. Vender e comprar mercadorias de argentinos e paraguaios nem sempre significa transgredir a lei. Tais atividades surgiram como alternativas de trabalho e estratégias de sobrevivência para os moradores de Foz do Iguaçu.

A crise econômica mundial da década de 1970 favoreceu a compreensão do crescimento do setor informal na fronteira, pois o processo de reestruturação produtiva tirou a informalidade clássica da periferia econômica e colocou-a em importantes regiões do processo produtivo e de trabalho, dando-lhe um caráter de centralidade dentro do capitalismo contemporâneo. Os novos padrões de acumulação de capital passaram a aceitar uma série de práticas antes economicamente inviáveis, sendo que essas atividades absorveram um perfil muito variado de trabalhadores, independente da faixa etária ou da escolaridade (CARDIN, 2009).

A construção da Usina de Itaipu atraiu um verdadeiro exército de pessoas em busca de oportunidade de inserção na “obra do século”, pessoas com diferentes qualificações, diferentes expectativas, marcadas pelo desenraizamento, pelo estranhamento ao novo local.

²¹ Emprego formal consiste na soma de empregados com carteira assinada, além de militares, estatutários; emprego informal é a soma de empregados sem carteira assinada, os denominados conta-própria e os não-remunerados. (RAMOS e CAVALERI, 2009, p. 154).

Deste contingente de emigrantes, a maioria buscou meios de sobrevivência no setor hoteleiro em expansão em Foz do Iguaçu ou em atividades ligadas à informalidade.

Percebe-se aqui, nessa fronteira, a contradição latente do capitalismo: por um lado se considera um sistema dinâmico, mas por outro, culmina por considerar os homens seres supérfluos para os mecanismos de produção, mas não para o consumo, excluindo grandes parcelas da população do acesso aos meios de subsistência. O que na realidade ocorreu foi que a Usina de Itaipu empregou por um tempo limitado uma parte desses barrageiros e, depois de alguns anos, quando a obra já estava praticamente concluída, os demitiu. Para esses trabalhadores, a única forma de reconfigurar seu meio de sobrevivência e de sua família, foi o comércio de mercadorias adquiridas no Paraguai, as quais eram revendidas na cidade ou em outras regiões do Brasil. Após o término das obras da Hidrelétrica de Itaipu surge no cenário do comércio internacional da Ponte da Amizade, a figura do “laranja”, do muambeiro e do sacoleiro²². Estes atores sociais se constituíram em peças fundamentais de funcionamento da economia informal, uma vez que eles concretizam o negócio formalizado, realizando a entrega do bem adquirido. Todos estão envolvidos com o tráfego de mercadorias de Ciudad del Este/Paraguay para o Brasil.

Esta forma de comércio fronteiro está enraizada na cultura local, visto que ligada à história da municipalidade. O quadro de crescimento provocado pela Usina de Itaipu favoreceu este cenário fazendo com que a imagem da “Terra das Cataratas” contraste com a imagem da Terra do Comércio estrangeiro. Na base desta imagem comerciária está o princípio da contradição. Como disse Pochmann (2007), a natureza das ocupações que têm sido criadas no Brasil recentemente estão mais vinculadas às formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência do que a postos de trabalho de qualidade associados ao novo paradigma tecnológico. Tais ocupações estão associadas ao baixo rendimento e a formas precárias de trabalho, muitas delas ligadas à informalidade.

A partir da década de 1990, o chamado comércio de fronteira experimentou um incremento muito rápido, devido à possibilidade de conseguir produtos importados, pouco encontrados no Brasil, com vantajosas diferenças nas taxas alfandegárias, configurando-se em uma atividade que estendeu a absorção de trabalhadores no setor informal na região. A cota de importação por pessoa, nesse momento, era de US\$ 300, sendo US\$ 75 para eletro-

²² “Os sacoleiros são trabalhadores que fazem a intermediação das relações comerciais entre os empresários que atuam no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro”. Esses trabalhadores podem ser atravessadores e distribuidores de mercadorias paraguaias pelo Brasil e podem atuar de forma autônoma ou para um patrão. CARDIN, Eric. Trabalho e organização dos “barqueiros” na fronteira do Brasil com o Paraguai. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

eletrônicos (CATTA, 2009). Por omissão das autoridades fiscalizadoras, muitas pessoas ultrapassavam a cota estabelecida.

Mas não eram apenas as cotas de importação que eram incontroláveis para as autoridades. Outras contravenções transcorriam, deixando transparecer as contradições sociais deixadas pela transformação no espaço e na sociedade de Foz após a Usina de Itaipu: os filhos oriundos das famílias de ex-barrageiros e demais trabalhadores desempregados começavam a aparecer no cenário do comércio da ponte. Os índices de trabalho infantil ampliavam-se assustadoramente e começavam a incomodar a elite local:

Os filhos de muitos trabalhadores, ainda menores de idade, começavam a pedir dinheiro pelas ruas da cidade, vendiam doces, trabalhavam como guardadores de carros, ou viviam na Ponte da Amizade, na Rodoviária, em frente aos hotéis e lugares de grande afluxo de turistas fazendo todos os tipos de biscate, como de engraxate, limpador de pára-brisas, guardador de carro, vendendo bugigangas (...).

O outro lado da modernidade começava a se configurar, denunciando graves problemas que as autoridades teriam que enfrentar. Apesar do embelezamento da cidade, da higienização dos espaços centrais e turísticos, uma grande quantidade de homens, mulheres e crianças empobrecidos começava a “incomodar” as classes dominantes (CATTA, 2009, p. 208 e 227).

Essas crianças e adolescentes realizavam essas atividades informais pelas ruas devido à necessidade de auxiliar na renda familiar. Nenhuma autoridade ou órgão de proteção se encarregava de controlá-las, nem tinham a supervisão dos pais e, assim, circulavam de um lado ao outro da fronteira, sendo em muitos casos, submetidas a abusos, violência de adultos ou adolescentes maiores ou frequentemente sequestradas e obrigadas a trabalhar como escravas em lavouras no Paraguai.

Foz do Iguaçu inaugurava seu “status” de “Terra das Cataratas” e paraíso de compras de importados durante a década de 1990, portanto, nem para o poder público, nem para os empresários, nem a Usina de Itaipu - empresa que para determinados assuntos parecia pairar sobre o bem e o mal - importava estimular a reflexão da comunidade sobre a desordem social que se instaurava na cidade em apenas algumas décadas²³.

²³ As conseqüências do crescimento sem planificação já foram comentadas anteriormente quando citado o documento “Plano de Desenvolvimento Integrado Diagnóstico Municipal – PDI/DM (1972)”.

2.4 A FRONTEIRA DIVIDIDA PELO CONCEITO DE TRABALHO – “IMPORTAÇÃO” DE PRODUTOS

O trabalho constitui-se uma categoria essencial de análise da sociedade humana, pois é através dele que o homem desperta as forças da natureza, transformando-as segundo seus interesses e necessidades²⁴.

Paradoxalmente pode ser uma categoria que desumaniza, quando submetida a relações capitalistas, tornando-se expressão de uma relação social baseada na propriedade privada, no capital e no lucro. O homem torna-se alienado frente ao produto de seu próprio trabalho, ele estranha-se diante do próprio ser humano (ANTUNES, 2004). Esta descrição torna-se facilmente visível quando a defrontamos com as relações de trabalho que ocorrem no comércio fronteiriço, nas quais os trabalhadores compõem a complexa divisão de trabalho local, a qual cria riquezas baseadas tanto no comércio internacional oficial como no contrabando com o Paraguai.

Os anos 1990 trouxeram profundas alterações na economia e na política mundial, nacional e regional, transformando radicalmente as relações sociais também na tríplice fronteira - Brasil-Paraguai-Argentina. A globalização, a onda neoliberal, a reestruturação produtiva, a abertura econômica brasileira, o término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu modificaram o processo de circulação de capital e mercadorias, causando uma forte onda de desemprego em toda a região que afetou sua economia, aumentando o número de trabalhadores submetidos à informalidade e ao subemprego.

Esse período foi igualmente marcado por intenso fluxo comercial na Ponte da Amizade, beneficiado pela valorização do real e o pouco controle da Receita Federal, garantindo alta rentabilidade no interior do *circuito* e um fluxo de pessoas, mercadorias e capitais sem precedentes. Dessa forma, o município de Foz do Iguaçu passaria a ter uma economia altamente vinculada com a informalidade e uma importante parcela da população dependente do subemprego, envolvendo indivíduos de diferentes níveis de escolaridade e faixa etária.

As diferenças econômicas, políticas e fiscais existentes entre Brasil, Argentina e Paraguai motivaram o surgimento de um conjunto de práticas sociais com o intuito de beneficiar-se de tal situação e auferir vantagens com as discrepâncias entre valores e

²⁴LARA, Ricardo. Da atividade humana sensível à ciência real unificada. In: Trabalho, educação e sociabilidade. Maringá, Práxis: Massoni, 2010.p. 17-37. Em seu artigo Lara destaca as contribuições marxianas que situam o trabalho como processo recíproco de interação entre o homem e a natureza, aprimorando os conhecimentos dos indivíduos.

mercadorias encontradas no mercado das cidades limítrofes (CARDIN, 2011). Cabe observar ainda que, inúmeras atividades direcionadas a possibilitar o grande fluxo comercial entre os três países citados surgem e desaparecem conforme vão ocorrendo transformações políticas e econômicas dentro do contexto interno envolvendo essa região. Porém, com a intensificação da fiscalização da Receita Federal brasileira, visando a dificultar a entrada de mercadorias sem o pagamento de impostos na Ponte da Amizade, as possibilidades de atuação de sacoleiros, laranjas e cigarreiros foi se restringindo, obrigando-os a desenvolverem outras estratégias para manter sua subsistência e a lucratividade de outros grupos. Segundo Cardin (2011), as atividades desenvolvidas por tais trabalhadores brasileiros e paraguaios configuram-se como uma profissão, absorvendo uma expressiva quantidade de pessoas, apesar da ausência de direitos trabalhistas ou carteira assinada. Dessa forma, a compra, venda e circulação de mercadorias no comércio fronteiriço consiste em uma atividade fundamental no contexto econômico e social da região.

Conforme Adriana dos Santos Barros (apud CARDIN, 2011), as razões que motivam um contingente tão numeroso de pessoas a desempenharem atividades como sacoleiros ou laranjas não se encontra à nível de escolha individual mas sim, nas condições sociais específicas que se estruturaram na região da tríplice fronteira. Segundo a autora, razões como a escassez de empregos formais e a ausência de um parque industrial forte, estimulam os indivíduos a se vincularem a atividades do comércio com o Paraguai. Durante sua pesquisa, Cardin (2011) destacou as principais explicações dadas pelos sujeitos entrevistados, relativas à entrada neste mercado de trabalho: primeiramente foi relatada a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal no Brasil; vantagens existentes nas ocupações no Paraguai, como flexibilidade no horário e rentabilidade; exigência de maior escolaridade no mercado formal brasileiro. Tais constatações podem ser comparadas aos relatos da assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social, quanto às escolhas realizadas pela população da fronteira:

(...) Que não é que o município não oferecesse, o município oferecia algumas formas do cidadão se qualificar profissionalmente, mas trabalhar no contrabando ganhava mais e não exigia qualificação nenhuma, então era difícil você conseguir adesão desses cidadãos para participar dessas atividades e agora que cessou, ficou bem mais difícil trabalhar no contrabando, como laranja, no descaminho, as pessoas começam a buscar as atividades formais. (Informação verbal)²⁵

²⁵ Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2012.

Conforme a assistente social, a cidade de Foz do Iguaçu sofreu um abalo social com o término das obras da Usina de Itaipu, que somado à ausência de um parque industrial que absorvesse a força de trabalho que havia sido demitida, estimulou esses indivíduos a buscarem uma atividade laboral no contrabando com o Paraguai. Pode-se observar que o poder público difunde o discurso de esmerar-se no sentido de qualificar a população para o mercado de trabalho, porém não analisa que os postos de trabalho formais não são suficientes para todo o contingente de trabalhadores, e tampouco reflete sobre as conflituosas mudanças econômicas e políticas constantes que ocorrem na fronteira, afetando todos seus cidadãos. Uma das mudanças mais recentes é a intensificação da fiscalização de produtos importados do Paraguai, formalizado por diferentes operações da Receita Federal e Polícia Federal brasileira, retirando as opções de sobrevivência de milhares de cidadãos que moram e trabalham na fronteira Foz do Iguaçu-Ciudad Del Este.

Um dos principais desafios para as cidades fronteiriças aqui estudadas é a utilização de crianças e adolescentes no comércio de mercadorias contrabandeadas. Muitos desses infanto-juvenis cruzam a Ponte da Amizade acompanhados de seus pais. Não são compristas; são trabalhadores que, mesmo sendo acompanhados pelo maior e responsável direto, não diminui sua situação de vulnerabilidade. Pela fronteira Brasil-Paraguai cruzam diariamente centenas de crianças expostas a todo tipo de violação de direitos. Nos dois países – Brasil e Paraguai – o trabalho infantil está ligado à pobreza e ao nível educativo dos pais (SPRANDEL, 2005).

As crianças em situação de exercício do trabalho informal denunciam o quadro geral da família – seu nível de sobrevivência material e cultural. Denunciam também a ineficácia de políticas públicas e atuação direta de agentes protetores da infância que, por inúmeras razões, não conseguem agir objetivamente no sentido de preservar os direitos protetivos da criança.

Conforme documentação cedida pelo Ministério Público do Trabalho, pode-se comprovar o envolvimento de infanto-juvenis com atividades ilícitas na Ponte da Amizade, relatadas pelo Delegado da Polícia Federal. O termo de audiência de 12 de novembro de 2008 descreve o depoimento do delegado:

(...) Que aparentemente os meliantes maiores não temem a pena em face da alta lucratividade do ilícito principalmente utilizando-se de menores, que são contratados por parcos valores monetários, por exemplo R\$ 40,00 para transportar a carga na fronteira inclusive dirigindo veículos leves e pesados; (...) que acredita que várias sentenças de menores estão envolvidos no contrabando de mercadoria principalmente no limite do Rio Paraná principalmente atravessando por barcos; Que os meliantes maiores em algum momento da prática do crime, seja de contrabando ou de tráfico de entorpecentes utiliza os menores especialmente quando o risco de uma

abordagem policial é maior; (...) Que os menores também são utilizados como olheiros da atividade policial para avisar os meliantes da aproximação policial (...) ²⁶.

A fonte utilizada atesta a alta periculosidade e os danos físicos e morais a que as crianças e adolescentes em risco social são expostos, causados principalmente pelos constrangimentos sociais de suas famílias, cujos pais desempregados, delegam a seus filhos atividades laborais que os encaminham à marginalidade, desempenhando trabalhos como “mulas”²⁷, traficantes e laranjas na Ponte da Amizade²⁸.

2.5 CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL

O trabalho é um grande obstáculo ao desenvolvimento pleno da criança ou mesmo perigoso, é encarado como degradante tanto pelos pequenos como por seus pais, porém necessário à manutenção da renda familiar. Há casos em que famílias de pequenos proprietários dependem do trabalho de todos os membros para manter a produção, como ocorre em locais da zona rural na Região Sul. As atividades efetuadas na área urbana exigem maior intensidade de horas trabalhadas e proporcionam rendimento monetário para um contingente mais significativo de crianças. Porém, a condição urbana não facilita maior frequência à escola. Principalmente entre jovens ocupados na construção civil e atividades domésticas, verifica-se uma expressiva taxa de evasão escolar, provavelmente devido às longas jornadas de trabalho, com maior exigência física e mental das crianças (IPARDES, 2007). As atividades que mais absorvem crianças no setor de comércio são a venda de alimentos e vestuário, na condição de vendedores ambulantes. De modo geral, mesmo que tais atividades sejam realizadas em âmbito familiar, exigem da criança um esforço que pode comprometer seu desenvolvimento. Segundo as pesquisas do IPARDES (2007), a execução de tarefas repetitivas, o uso de equipamentos inadequados à estrutura infantil e a exposição à violência, drogas e assédio sexual estão na base dos principais riscos que afetam as condições físicas e psicológicas dos trabalhadores infanto-juvenis.

²⁶ Termo de audiência – 12/11/2008 – Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho/ 9ª Região – Ofício de Foz do Iguaçu.

²⁷ Os traficantes utilizam uma terceira pessoa na entrega e no fornecimento de drogas que, geralmente, não tem nenhuma participação com a organização ou associação criminosa, é o “mula”. São pessoas, na sua maioria jovens e até mesmo menores, que em razão da total falta de oportunidade, acabam se envolvendo na distribuição de drogas. In: <<http://www.direitoinblog.blogspot.com.br>>. Acesso em 27 nov. 2012.

²⁸ Termo de audiência de 29/04/2009 – Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região – Procuradoria do Trabalho no Município de Foz do Iguaçu.

Segundo informações fornecidas pela OIT²⁹, a criança que começa a trabalhar antes dos 14 anos tem baixa probabilidade de obter renda superior a R\$ 1.000,00 mensais ao longo de sua vida; se a criança começa a trabalhar com 9 anos, tem pouca probabilidade de renda superior a R\$ 500,00 mensais ao longo de sua vida.

Quanto aos danos à saúde física e psicológica causadas pelo trabalho infantil, a OIT³⁰ apresentou dados preocupantes. Crianças e adolescentes têm características anatômicas, fisiológicas e psicológicas diferentes dos adultos, ou seja, não são adultos pequenos e por isso, apresentam maior vulnerabilidade aos riscos ambientais, sociais, morais e físicos que os adultos, quando submetidas a atividades extenuantes.

Esses indivíduos têm maior propensão a acidentes durante o trabalho, pois apresentam desconhecimento quanto aos riscos, inexperiência para lidar com esses riscos, comportamento de competição com outros companheiros na atividade e maior predisposição à fadiga física e mental. O trabalho infantil pode, ainda, causar prejuízo à saúde através do comprometimento do funcionamento do sistema osteomuscular, causado pelo carregamento de peso e posturas inadequadas, levando a fraturas incorrigíveis. Da mesma forma o sistema respiratório e cardiovascular é afetado, causado pela excessiva atividade física ou pela inalação de substâncias tóxicas no ambiente, causando fadiga, desgaste físico, alterações respiratórias (asma, bronquite). O sistema psicológico, nos casos de trabalho precoce pode ser afetado pelo trabalho excessivo, situações de exploração, exigência de responsabilidade, disciplina, produtividade e pelo assédio moral, causando sintomas de depressão, desinteresse, agressividade e violência. Quanto ao sistema nervoso, destacaram-se os danos causados por agentes químicos, ruídos ou vibrações, os quais provocam alterações no sistema nervoso central, como tonturas, cefaléias, irritabilidade, insônia, dificuldade de concentração e memorização, o que acarreta o baixo rendimento escolar e a evasão. Além disso, o estudo da OIT revela a vulnerabilidade da pele do corpo infantil e o risco dessas crianças a adquirirem infecções com mais facilidade que os adultos, quando feridas. O sistema enzimático das crianças é menos desenvolvido o que dificulta seu metabolismo.

Apesar de tantas sequelas que o trabalho infantil pode apresentar, muitas famílias brasileiras dependem da renda gerada por seus filhos para enfrentarem a pobreza ou para que

²⁹ Dados fornecidos durante o Seminário “Capacitação para o enfrentamento ao trabalho infantil”, promovido pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social/Coordenação de proteção social especial – Governo do Paraná, realizado em Foz do Iguaçu, de 07 a 09 de novembro de 2012.

³⁰ Dr. Hans Franke, representante da Superintendência Regional do Trabalho/Ministério do Trabalho do Estado proferiu a palestra sobre saúde infantil e trabalho precoce, Seminário “Capacitação para o enfrentamento ao trabalho infantil”, promovido pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social/Coordenação de proteção social especial – Governo do Paraná, realizado em Foz do Iguaçu, de 07 a 09 de novembro de 2012.

esses jovens possam adquirir produtos de consumo que seus pais não podem fornecer. A OIT alerta ainda que o Brasil apresenta, em pleno século XXI, núcleos duros de trabalho infantil, como o trabalho urbano, informal, doméstico e a agricultura familiar. Para cada caso constatado o Estado e seus programas sociais devem elaborar uma metodologia adequada.

Os trabalhadores da fronteira geralmente entraram na atividade muito cedo, ainda crianças, realizando “bicos” no Paraguai, como carregadores de mercadorias ou como “cigarreiros”³¹, tendo sido obrigados a deixar a escola para trabalhar. Por um lado, esse fato criou um problema cíclico no município, pois a baixa escolaridade impediu que esses indivíduos fossem inseridos em postos mais regulares e economicamente melhores; por outro lado, sua condição econômica e suas atividades ligadas à informalidade, dificultavam a frequência à escola.

Alguns dados relativos à escolarização em Foz do Iguaçu, obtidos pelo censo demográfico do IBGE de 2010, merecem destaque:

Tabela 1 - Matrículas – Ano 2009 - Município de Foz do Iguaçu

Matrículas – Ano 2009	Escola	Nº de matriculados
Ensino Pré-Escolar	Escola Pública Municipal	4.536
Ensino Fundamental	Escola Pública Estadual	19.487
Ensino Fundamental	Escola Pública Municipal	20.914
Ensino Fundamental	Escolas Privadas	6.037
Total		46.438

Matrículas – Ano 2009	Escola	Nº de matriculados
Ensino Médio	Escolas Públicas Estaduais	10.516
Ensino Médio	Escolas Privadas	1.913
Total		12.429

Fonte: IBGE - <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 02 dez. 2012

Tabela 2 - População com frequência escolar – Ano 2009 - Município de Foz do Iguaçu

População – Ano 2009	Grupo de Idade	Nº de pessoas
Residentes no município	15 a 17 anos	15.534
Escola/Creche	7 a 14 anos	35.754

³¹ Os *cigarreiros* são “laranjas”, ou seja, pessoas que transportam mercadorias do Paraguai ao Brasil pela Ponte da Amizade, especializados na atividade apenas com um produto – os pacotes de cigarro. A atividade de cigarreiro é considerada pelos próprios trabalhadores da fronteira, uma das mais degradantes e perigosas, devido às situações a que o carregador está exposto, como: saltar da Ponte da Amizade em locais mais baixos, jogar as caixas de cigarros por cima da Ponte para que outros carregadores as retirem, saltar a cerca construída para impedir a passagem de tais caixas. Além disso, o cigarreiro necessita burlar a fiscalização intensa da Receita e Polícia Federal sobre o transporte de cigarros contrabandeados. A tese de Doutorado de Cardin (2010), explica detalhadamente as tarefas dos *cigarreiros* e de cada membro do circuito sacoleiro.

Escola/Creche	15 a 17 anos	12.715
---------------	--------------	--------

Fonte: IBGE - <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 02 dez. 2012

Tabela 3 - Nascimentos: Ano 2010 – Município de Foz do Iguaçu

Nascimentos - 2010	Local	Nº de pessoas
Nascidos vivos	Lugar do registro	4.832
Nascidos vivos	Residência da mãe	4.766
Nascidos vivos	Residência da mãe	4.504
Nascidos vivos em hospital	Residência da mãe	4.482

Fonte: IBGE - <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 02 dez. 2012

Tabela 4 - Óbitos – Ano 2010 – Município de Foz do Iguaçu

Óbitos - 2010	Local	Nº de pessoas
Menores de ano	Residência do falecido	55
Fetais	Residência da mãe	34

Fonte: IBGE - <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 02 dez. 2012

O aspecto perverso do trabalho infantil parece ficar evidente quando se percebe o quanto ele penaliza a criança através dos riscos à saúde e principalmente pela supressão da infância, prejudicando a possibilidade de construção de sua autoestima, reprimindo seus sonhos, uma vez que a impossibilita de dedicar-se a sua formação, antecipando uma situação de carência futura.

O Município de Foz do Iguaçu apresenta altos índices de visitação de turistas atraídos por suas belezas naturais. Contudo, a fronteira com o Paraguai revela uma atração bem menos glamorosa: o tráfico de drogas, armas, muambas para o Brasil, com participação de jovens e a rota de fuga para muitos criminosos. Essas são as declarações da reportagem publicada na Folha de Londrina, em 28/07/2009. “Contrabandistas, traficantes e assaltantes fazem dos adolescentes seus funcionários prediletos” (SANTIN, Folha de Londrina, 28/07/2009). A reportagem ainda alerta para o grande número de jovens que se envolvem com a criminalidade e têm suas vidas eliminadas devido ao envolvimento com o tráfico: no ano de 2006, a cidade de Foz do Iguaçu apresentou os índices mais altos de mortes violentas entre jovens no Brasil, com 9,7 mortes para cada grupo de mil adolescentes.



Figura 2 - Bairros às margens do rio Paraná em Foz do Iguaçu.

Fonte: Folha de Londrina, 28/07/2009.

Santin (2009) descreve demais dados da Secretaria da Segurança Pública do Paraná, Centro de Sócio Educação - CENSE e Instituto Médico Legal de Foz do Iguaçu, relativos à violência juvenil em Foz:

Mortes violentas entre 01/01/2008 e 15/07/2009

Total: 322

Vítimas de arma de fogo: 281

Vítimas de arma branca: 19

Vítimas de agressão física: 14

Jovens na linha de tiro

Vítimas com até 18 anos: 67 (20%)

Vítimas com idade entre 19 e 24 anos: 81 (25%)

Vítimas que não concluíram o ensino fundamental: 227 (70%)

Homens: 305 (95%)

Mulheres: 17 (5%)

Mortes violentas em 2006: 303

Vítimas até 18 anos: 59 (19%)

Mortes violentas em 2007: 294

Vítimas até 18 anos: 77 (26%)

Mortes violentas em 2008: 220

Vítimas até 18 anos: 48 (21%)

Mortes violentas em 2009 (primeiro semestre): 95

Vítimas até 18 anos: 19 (20%)

138 meninos cumprem medida sócio-educativa no Centro de Sócio Educação (CENSE) de Foz do Iguaçu.

Milhares de crianças e adolescentes nesta Tríplice Fronteira vivem em condições extremamente precárias, moram em favelas às margens do rio Paraná, são vítimas de violência doméstica, estão desprotegidos em uma região de comprovada existência de exploração sexual de crianças e adolescentes e são cooptadas pelo tráfico. A pobreza dessas famílias joga seus filhos e filhas nas ruas ou oculta-os em casas alheias. O trabalho infantil desestimula a escolarização e alimenta o círculo da pobreza (SPRANDEL, 2005).

A sociedade civil organizada tem um papel fundamental no enfrentamento de questões que vitimizam as crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, os governos locais necessitam da colaboração das entidades que lutam em favor dos direitos dos infanto-juvenis e devem respeitar suas conquistas e suas prioridades.

3 FRONTEIRAS DO TRABALHO INFANTIL

3.1 A PONTE QUE “ACOLHE” AS CRIANÇAS PARA O TRABALHO

Neste capítulo identificaram-se os limites do trabalho infanto-juvenil, na medida em que o mesmo é alvo das políticas públicas que trabalham almejando sua erradicação, orientadas por convenções internacionais ou agências voltadas à assistência social. Na órbita dos programas sociais giram os empecilhos enfrentados pelos órgãos públicos, a cultura das famílias em risco social e a mentalidade dos adultos que se utilizam de forma perniciosa do trabalho das crianças. Para melhorar nossa capacidade de avaliação de tais situações, foram utilizadas como fontes, além da bibliografia e da documentação pertinente, entrevistas com autoridades da área da assistência social, com comerciantes da Vila Portes e de Ciudad Del Este/Paraguai e crianças que trabalham nas proximidades da Ponte da Amizade.

Conforme Pochmann (2007), existe ainda hoje um desconcerto entre a pobreza contemporânea, numerosa e bárbara, e a necessidade de construir a imagem de um país cosmopolita e moderno, o que dificulta a superação da pobreza no Brasil. Essa tese do autor coincide com a transformação estrutural ocorrida na fronteira de Foz do Iguaçu após a década de 1980, cujo megaprojeto de construção da Hidrelétrica de Itaipu, visando a transformar o Brasil em um país com alta capacidade de produção energética, não coincidiu com políticas governamentais que planejassem os custos sociais da obra.

Até meados da década de 1990, devido à necessidade de incorporar força de trabalho para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Foz do Iguaçu recebeu um grande contingente populacional de trabalhadores intencionados em conseguir colocação na usina ou em suas empreiteiras. A maioria desses trabalhadores não foi incorporada pela obra e viu-se obrigada a buscar outras formas de sobrevivência. A Usina de Itaipu encaminhava-se nesse momento, para a inauguração de suas turbinas, colocando em pleno funcionamento a maior hidrelétrica do mundo. Tal fato representava para o governo local a capacidade humana em dominar a natureza, transformando-a em um propulsor para o “progresso”. Porém, o poder público tinha conhecimento da dramaticidade que representariam as centenas de demissões que ocorreriam com a finalização da usina de Itaipu, mas não tomou iniciativas para reverter o caos social que se instalou na cidade.

Além do crescimento acelerado da cidade, havia outros dramas sociais, como o número assustador de crianças abandonadas e o crescente índice de criminalidade. O significativo processo de favelização acelerado, considerado uma “mancha” nos espaços centrais de Foz do

Iguaçu não podia ser negado nem pelos defensores da modernização e muitos menos pela administração municipal (CATTA, 2009).

Na região da Tríplice fronteira de Foz do Iguaçu a desordem social intensificou-se, afetando entre outros setores, o imobiliário, com o aumento do preço de alugueis. Iniciava-se assim, a formação de inúmeras favelas em regiões periféricas da cidade, cujas famílias excluídas do mercado de trabalho e expulsas de seus barracos na região central, reconstruíram suas precárias moradias em bairros sem saneamento básico, distante dos locais de trabalho, de postos de saúde e escolas. O grande problema nesta etapa é que os investimentos públicos não eram alocados nos setores mais problemáticos da sociedade, como o saneamento, a saúde e educação para a população mais carente. Tais famílias, diante dos obstáculos econômicos que enfrentavam, encontrariam meios de sobrevivência em atividades informais nas quais incorporavam seus filhos. Juntamente com a modernidade que chegou na fase pós-Itaipu, o trabalho infantil passou a fazer parte do cotidiano nas ruas da cidade de Foz do Iguaçu.

Catta (2009) afirma que, tanto os barrageiros de Itaipu como trabalhadores desempregados da cidade viam-se na eminência de expor toda a família ao trabalho precoce:

A situação precária em que viviam as famílias mais pobres fazia com que os pais, sem alternativa, colocassem os filhos menores para trabalhar nos mais diversos expedientes. E essa ajuda entre todos os membros da família era fundamental no sentido da manutenção e sobrevivência da mesma (CATTA, 2009, p. 387).

As décadas de 1980 a 1990 representaram o período de grande incremento no fluxo comercial da Ponte da Amizade, acompanhado por um aumento do número de sacoleiros e laranjas. Conforme Cardin (2009), é possível visualizar na tríplice fronteira um elevado número de trabalhadores, uma massa populacional excluída das formas regulamentadas de trabalho formal, que se dedicam às mais diversas atividades na luta pela sobrevivência, seja em atividades informais, no circuito sacoleiro, ou prestando serviços no setor hoteleiro e turístico de Foz do Iguaçu. Comenta ainda que 40,23% da população economicamente ativa encontra-se na informalidade (CARDIN, 2009, p. 8).

Evidentemente que em meio a esses trabalhadores informais encontravam-se homens, mulheres, pessoas de diferentes faixas etárias, diferentes etnias. Os próprios vendedores relatam que necessitam da ajuda dos filhos, os quais se afastam da escola para ajudar nas tarefas de seus pais.

Conforme Cardin (2010), a região fronteira de Foz do Iguaçu-Ciudad del Este-Puerto Iguazu possui características que a diferenciam das demais tríplexes fronteiras do Brasil, ou

seja, a presença de três cidades de médio porte nesta confluência de limites territoriais e consequentemente o grande fluxo humano e econômico que circula neste espaço regional. Assim, para o autor, a região tem um caráter midiático de destaque devido a seus limites territoriais peculiares e devido à presença da Usina Hidrelétrica de Itaipu, do Parque Nacional de Iguazu, no qual encontram-se as Cataratas do Iguazu, reconhecidas como uma das sete maravilhas da natureza pela Fundação suíça New 7 Wonders³². O reconhecimento a nível mundial tem atraído mais de um milhão de visitantes ao Parque Nacional do Iguazu anualmente.

“Por suas características particulares, a área da Tríplice Fronteira apresenta uma visível heterogeneidade nas condições socioeconômicas, assim como na diversidade das culturas, com fluxos de pessoas, bens e capitais” (SPRANDEL, 2005, p. 6). Devido a tal contexto os direitos de crianças e adolescentes são frequentemente violados por diferentes formas de exploração, dentre elas o trabalho infanto-juvenil, que pode ser visualizado no comércio ambulante das proximidades da Ponte da Amizade.

A cidade de Foz do Iguazu apresenta condições propícias à ocorrência do fenômeno contemporâneo da informalidade. As proximidades da Ponte da Amizade, na fronteira do Brasil com o Paraguai constituem-se em nicho adequado para o primeiro emprego dos jovens. Mas nem sempre os sujeitos sociais inseridos na informalidade são majoritariamente jovens, também há grande incidência de crianças. A pesquisa de campo na Vila Portes, utilizando-se de meios como as entrevistas semi-estruturadas e perguntas abertas, demonstrou a extrema precocidade com que as crianças são inseridas nestas atividades, pois foram vistos vendedores de doces muito pequenos, com faixa etária entre três a cinco anos aproximadamente.

O grande problema do trabalho informal em Foz do Iguazu, segundo Cardin (2009), refere-se à relação “mercado de trabalho” e faixa etária e à qualidade das ocupações e das atividades desempenhadas pelos trabalhadores menores. A precarização desse tipo de atividade informal expõe a criança a condições de risco, podendo sofrer exploração sexual comercial e ser forçada ao trabalho escravo. Essas crianças são aliciadas pelos próprios familiares, amigos, vizinhos, os quais recebem até cem dólares por criança (CARDIN, 2009). A perda de valores morais, culturais e sociais que esses indivíduos sofrem tem consequências

³² <<http://www.multimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em 17/04/2012.

nefastas para seu desenvolvimento físico e mental e refletirão no futuro da cidade, causando exclusão social e violência urbana³³.

Próximo à Ponte da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai, localiza-se a Vila Portes, bairro constituído por um intenso comércio e com grande movimentação de turistas de todas as partes do Brasil, argentinos, paraguaios, comerciantes, mototaxistas e motoristas que se dirigem ao Paraguai ou de lá retornam. Devido à passagem pela Aduana Brasileira os carros deslocam-se lentamente, formando quilométricas filas em dias de maior movimento no comércio fronteiriço. O trânsito é caótico e o ruído produzido pelas motos que transportam os compristas em direção ao Paraguai, dificulta nossas conversas com as crianças. Além da poluição do ar e sonora, a poluição visual nesse bairro também é extrema, pois o apelo ao consumo é feito através de centenas de propagandas em *outdoors*, placas coloridas, letreiros gigantes indicando os melhores locais de compras no Paraguai.

Pelas ruas e vielas da Vila Portes transitam freneticamente comerciantes, compristas e diversos vendedores ambulantes. A maioria deles de nacionalidade paraguaia, os quais oferecem diferentes produtos, desde chás, amendoim, meias, roupas, cigarros, alho, frutas, doces. Esses vendedores perambulam por todo o bairro, em alguns momentos permanecem sentados, conversando entre si em idioma guarani e tomam o tererê, infusão de ervas com água gelada, apto para os dias de calor sufocante da fronteira. Os pequenos vendedores infanto-juvenis parecem aprender com os adultos e utilizam-se das mesmas técnicas de vendas, aprendidas com seus pais e acompanhantes e circulam constantemente por todo o bairro, geralmente em grupos de crianças ou às vistas de algum adulto. Entre brincadeiras e trabalho passam o dia, ora oferecendo suas balas e doces, ora pedindo um lanche ou suco a algum turista sensibilizado. Estão vestidos de forma muito simples, geralmente calçam chinelos e seu rosto e a cor da pele revelam a origem indígena dessas crianças.

Segundo duas meninas entrevistadas - J.S., de 14 anos e S.O., de 17 anos, recrutadas como “*laranjas*”³⁴ no microcentro de Ciudad Del Este - Paraguai, há pouca incidência de

³³ Em artigo do jornal *Folha de Londrina*, 10/03/2001, é descrita a situação de “menores” que viviam nas ruas da cidade e que estavam atuando no mercado informal ligado ao comércio fronteiriço na Ponte da Amizade. A reportagem tomou como fonte relatórios da Secretaria Municipal da Criança de Foz do Iguaçu, a qual, segundo pesquisas realizadas, confirmou que a maioria das crianças e adolescentes pesquisados frequentavam a escola um turno e o restante do dia trabalhavam para auxiliar seus pais ou responsáveis na renda familiar. Foram citados casos de pequenos moradores de rua que circulavam pelo centro da cidade, além de crianças vindas do Paraguai que perambulavam pelas ruas de Foz. Um grande número de “menores” brasileiros sobrevivia de biscates e transitavam livremente na Ponte da Amizade.

³⁴ O termo “*laranja*”, utilizado no cotidiano das relações do circuito sacoleiro, designa os trabalhadores que auxiliam os sacoleiros na tarefa de passar as mercadorias pela fiscalização da Receita Federal da Ponte da Amizade; são os que menos ganham e que têm maiores riscos de serem pegos pela fiscalização (CARDIN, 2009, p.62).

crianças brasileiras no comércio fronteiro, o que não ocorre com relação às crianças paraguaias que estão presentes em cada esquina da cidade. Porém, apesar da fiscalização no lado brasileiro, constantemente observam-se crianças trabalhando no comércio ambulante, vendendo doces ou mendigando nas proximidades da Ponte da Amizade. Ainda cabe acrescentar que as crianças são impedidas de trabalhar em atividades legais do comércio fronteiro devido às possíveis penalizações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, porém nas atividades subterrâneas do circuito sacoleiro, como cigarreiros, carregadores, passadores de mercadorias ou em atividades ilícitas elas são frequentemente incorporadas, burlando a fiscalização da Polícia Federal e do Conselho Tutelar (CARDIN, 2010), pois querem trabalhar nessas atividades para obter sua própria renda.

3.2 O QUE AS CRIANÇAS FALAM SOBRE O TRABALHO NA PONTE DA AMIZADE

O cotidiano das grandes cidades brasileiras deixa clara a cena de um exército de pequenos trabalhadores nas ruas. São milhares de crianças e adolescentes que vendem balas, chocolates, limpam carros, mendigam, faça chuva ou sol, calor ou frio. Estas crianças têm jornadas estafantes de trabalho, geralmente não frequentam a escola, estão longe de suas famílias, sendo exploradas por terceiros. A escola é uma realidade distante para quem tem como prioridade levar dinheiro para ajudar em casa. Na maioria dos casos, como demonstra a literatura e pesquisas de campo na Ponte da Amizade, observa-se que as crianças trabalhadoras são um alicerce importante de apoio econômico de suas famílias ou simplesmente de adultos que se sustentam explorando seu trabalho (RIZZINI, 2007). Quanto aos adolescentes, suas atividades laborais estão relacionadas ao acesso a produtos e bens de consumo, à independência financeira e o desejo de assumir uma posição de maior visibilidade na hierarquia de poder familiar, além da ajuda econômica em suas casas.

Dados fornecidos pelo Mapa do Trabalho Infante-Juvenil no Paraná elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2007) foram imprescindíveis na elaboração da pesquisa e demonstraram que a cidade de Foz do Iguaçu apresenta elevados índices de ocorrência de trabalho infantil: é o terceiro município no Estado com maiores contingentes de ocupados na faixa etária de 10 a 13 anos. No ano de 2000, Foz do Iguaçu possuía, em número e proporção de ocupados na faixa etária de 10 a 17 anos, o total de 33.843 infante-juvenis (IPARDES, 2007, p. 30-31). Os dados do Instituto revelaram ainda que o setor agrossilvopastoril do Estado absorvia o maior número de força de trabalho

infantil. Contudo, o setor comercial e de serviços, apresentou níveis significativos de absorção de trabalho precoce. Esses setores apresentaram 33,2 % do grupo de jovens de 10 a 13 anos.

Nesses setores, o trabalho com a família perde importância e a condição de empregado é predominante, particularmente entre os adolescentes, contudo a grande maioria trabalha em situação informal, ou seja, sem carteira de trabalho assinada (IPARDES, 2007, p. 13).

O trabalho na rua, como vendedor ambulante, organizando estacionamento e demais atividades, envolve um numeroso contingente de crianças e adolescentes que estão inscritos no rol de atividades desvalorizadas, pois são identificadas pelo baixo grau de competência para sua execução.

Na análise realizada pela pesquisa qualitativa parte-se do pressuposto que as crianças são sujeitos legítimos de estudo, pertencentes e produtores de lugares e culturas e tendo como perspectiva o reconhecimento e o respeito às suas diferentes formas de expressão e fala. As infâncias aqui tratadas superam a visão tradicional de simples etapa da vida, pois as crianças e adolescentes são sujeitos plenos de direitos e informantes de suas histórias de vida (VASCONCELLOS e SARMENTO, 2007).

Ao analisar os depoimentos e entrevistas com os sujeitos dessa pesquisa, possibilitado através da análise de discurso do sujeito coletivo exigido pelo método de análise qualitativa, cabe elaborar alguns questionamentos: Quais seus valores, normas e representações expressas no ato de prover sua subsistência? Que simbologia se constrói a partir do ato de trabalhar para as crianças e adolescentes que circulam pela Ponte da Amizade? Referente a tais aspectos, torna-se necessário utilizar-se das formulações de Geertz (1989, p.31) para compreender o papel da cultura na vida humana e abordar interpretações amplas e análises mais abstratas a partir de um extenso conhecimento de assuntos extremamente pequenos. Esse autor trata de grandes realidades já conhecidas pelos historiadores – poder, opressão, trabalho, entre outros - atribuindo-lhe uma forma doméstica em contextos caseiros. De tal forma se configura sua metodologia interpretativa.

Partindo dessa perspectiva, realizaram-se pesquisas, entrevistas e observação nas proximidades da Ponte da Amizade, na fronteira entre Foz do Iguaçu-Brasil e Paraguai: Vila Portes e Jardim Jupira, além de entrevistas com uma aluna do Colégio Estadual Dom Pedro II, no bairro do Morumbi. A observação do local foi algo nunca experimentado, pois ter contato com a dinâmica do comércio ambulante da ponte requer uma ambientação através de conversas com vendedores, mototaxistas, comerciantes locais e também a aquisição de

algumas mercadorias a fim de iniciar o diálogo com essas pessoas, para entender como se processam as relações de trabalho e a sociabilidade entre os indivíduos que sobrevivem da informalidade e os turistas que apenas estão de passagem pela Ponte da Amizade. Contrastar versões diferentes entre muambeiros, sacoleiros, comerciantes paraguaios e agentes e fiscais da Receita Federal também foi algo intrigante, pois enquanto os trabalhadores informais convivem com a presença de crianças trabalhando, as autoridades negam, alegando ser rara a passagem de menores desacompanhados pela Aduana.

Devido aos constantes ruídos das ruas próximas à Ponte da Amizade – circulação de carros, motos, pessoas conversando, tornou-se inviável a gravação das entrevistas. Assim, foram feitas anotações das conversas e depoimentos³⁵. Além disso, muitos adolescentes demonstravam-se constrangidos na presença do gravador, como foi o caso da aluna da 7ª série, turma na qual ministrei aulas no período noturno do Colégio Dom Pedro II, no bairro Morumbi, em Foz do Iguaçu. Durante as aulas de História, a aluna e sua colega relatavam descontraidamente seu trabalho em Ciudad Del Este, porém no momento da gravação, ela intimidou-se e falou bem menos.

As primeiras conversas com comerciantes da vila Portes pareciam revelar certo desconhecimento com relação ao trabalho infantil no comércio da Ponte da Amizade. Em muitos momentos transparecia certo temor de parte dos entrevistados em declarar a presença de crianças e adolescentes perambulando pelo local. Em um depoimento realizado no dia 15 de fevereiro, o comerciante assim afirmou:

O senhor vê crianças trabalhando aqui na região da ponte? (Pesquisadora)

É difícil. Só paraguaias. As brasileiras vêm com as mães, ficam nas lojinhas. (Lojista)

Totalmente diverso desse depoimento foi a declaração de uma vendedora ambulante da Vila Portes, de nacionalidade paraguaia, que sempre estava em uma esquina do bairro, vendendo produtos diversos, como alho, ervas diversas e cigarros. Tal vendedora, a princípio manteve-se cautelosa, mas foi muito agradável e solícita. Sentei-me por alguns minutos ao seu lado para observar a movimentação de suas vendas.

Você vê crianças trabalhando? (Pesquisadora)

³⁵ Os nomes dos jovens e demais adultos entrevistados não foram divulgados a fim de preservar sua identidade.

Tem muito. O dia todo. São crianças paraguaias. Vendem balas, meias. Têm pequenos, de três, quatro anos. (Vendedora)

Ao perguntar-lhe quem eram aqueles rapazes de colete preto na BR 277 a vendedora assustou-se:

- Onde? Onde? (Vendedora)

A vendedora parecia temer a fiscalização:

- Os rapazes que eu falei, eram meninos trabalhando no trânsito da BR 277. (Vendedora)

Para iniciar uma aproximação com os pequenos vendedores, interessava-me primeiramente pelas mercadorias que vendiam, perguntava o preço, analisava o produto, para então iniciar algumas perguntas sobre suas atividades. A maioria dos meninos e meninas entrevistados mantinha certo afastamento, pois temiam a presença de funcionários do Conselho Tutelar ou da fiscalização das autoridades locais. Seu semblante deixava transparecer timidez e ao mesmo tempo curiosidade. A nacionalidade das crianças e dos adolescentes entrevistados era majoritariamente paraguaia, o que facilitava sua circulação pela Vila Portes, pois esses indivíduos estrangeiros não são submetidos a tanta fiscalização pelo Conselho Tutelar quanto os brasileiros.

Uma vendedora de chips de celulares deixou registrada a seguinte declaração, expressando sua indignação em relação à presença de pequenas crianças perambulando nas proximidades da Ponte da Amizade:

O que mais se vê são crianças paraguaias trabalhando. As mães ficam na sombra e mandam os filhos trabalhar, deixam eles sozinhos pela Vila Portes, eles sofrem agressões de adultos, ficam o dia todo perambulando pelas proximidades da Ponte. Sinto muita pena dessas crianças, muito pequenas, elas devem se cansar muito, além de apanharem frequentemente. Nos dias de chuva ficam encharcadas. Essas crianças devem preferir vir até a ponte, pois ganham algo dos comerciantes locais para se alimentar, enquanto em casa passam fome. O Conselho Tutelar deveria tomar uma atitude, mesmo não sendo crianças brasileiras, pois a cidade de Foz é território brasileiro. (Informação verbal)³⁶

³⁶ Depoimento realizado no dia 05 de março de 2012.

Em um dos estabelecimentos comerciais na Ponte da Amizade - uma farmácia, os funcionários estão familiarizados com uma mãe de nacionalidade paraguaia que cruza a Ponte para trabalhar. Conforme seus relatos, ela passaria a fronteira com seus filhos e os mandaria vender doces. As crianças ficam próximas a essa farmácia, ganham guloseimas e conversam com as funcionárias que demonstram sua sensibilidade em relação à situação desses pequenos.

Tem muitas crianças paraguaias. As mães vêm com bebês. Todos os dias andam por aí. Se der sorte você os vê.

Tem um de cinco anos. A mãe dele tem uma menininha de um mês e uma menina de catorze anos grávida, um de dois anos que o pai não deixa trazer. Eles vendem balas e doces. A mãe manda as crianças vender e fica brava quando não vendem nada.

Eles passam a ponte de Vã. Não vêm a pé. Por isso a fiscalização não vê. Têm outros dois meninos, menos de dez anos. Tem a, acho que tem dez ou onze anos. (Informação verbal)³⁷

Tais entrevistas permitiram analisar o quanto o trabalho precoce penaliza crianças e adolescentes pelos riscos à saúde, pela supressão da infância, pelos maus tratos, prejudicando a construção de sua autoestima, cerceando seus sonhos ao antecipar uma situação futura de carência, na medida em que são perdidas oportunidades de investimento na sua formação, que poderiam contribuir para o rompimento da trajetória de pobreza. Embora os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apontem para a redução do trabalho precoce no Brasil e também no Estado do Paraná no período de 2001-2005, ainda são necessários grandes esforços para avançar em relação a essa dívida social com crianças e adolescentes (IPARDES, 2007).

A Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu – Paraná/Ciudad Del Este-Paraguai/Puerto Iguazu-Argentina movimenta um grande volume de capital e de serviços, criando uma grande diversidade de relações sociais que integram os três países, dividindo espaço igualmente com uma forte economia paralela, subterrânea e fomentando um universo composto por diversos conflitos entre práticas, posturas, ideologias e modos de viver fundamentados em relações dialéticas que se perdem entre o oficial/extra-oficial, moral/imoral, ético/antiético (CARDIN, 2010). Tais atividades de comércio subterrâneo fazem parte do processo de acumulação de capital na fronteira e não se limitam a normas comerciais e convenções internacionais. Dessa forma é comum a incorporação de uma força de trabalho heterogênea, composta por diferentes faixas etárias, etnias e gênero.

³⁷ Depoimento realizado no dia 05 de março de 2012.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica e de campo revelaram que existe uma forte vinculação na Tríplice Fronteira entre a imigração de trabalhadores de diversos perfis e nacionalidades e as atividades do comércio fronteiriço que atendem tanto à demanda local, como as atividades de sacoleiros que revendem seus produtos para outros Estados e municípios e vendedores ambulantes que trabalham nas proximidades da Ponte da Amizade.

No estudo do trabalho infantil, observou-se a intensa imigração de jovens de nacionalidade paraguaia que cruzam a Ponte da Amizade em direção a Foz do Iguaçu, acompanhados ou não de seus pais ou demais pessoas ligadas à sua atividade comercial para trabalhar como vendedores ambulantes de diferentes produtos na Vila Portes, bairro ao lado da Ponte da Amizade, utilizando principalmente o transporte feito por “vãs”, o que dificulta a fiscalização na Aduana.

Esse perfil de trabalhadores ligados à informalidade, transitando entre duas fronteiras distintas, traduz o avançado processo de precarização a que estão submetidos esses indivíduos imigrantes em busca de ocupação. Nesta recente fase do capitalismo, a retração de relações de trabalho tradicionais, bem como a ascensão de novos padrões de empregabilidade, demarcam o mercado de trabalho na tríplice fronteira. No mundo contemporâneo, a partir de meados da década de 1970, observaram-se grandes mudanças nos países de capitalismo avançado, no mundo do trabalho, em suas formas de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política. Essas transformações foram muito intensas para os trabalhadores, afetando não só a sua materialidade, como também sua subjetividade. A década seguinte apresentou um grande salto tecnológico, com a automação, a utilização da robótica e a microeletrônica, invadindo o mundo fabril e inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e produção do capital.

Antunes (2003) relata os novos processos de trabalho do final do século XX, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade. Na verdade, vive-se atualmente uma nova morfologia do trabalho, o qual está invisibilizado, profundamente precarizado e necessita uma dimensão corpórea, humana e subjetiva. Ao referir-se ao mundo do trabalho na América Latina, o sociólogo afirma que é impossível desvinculá-lo das questões de gênero e etnia:

Nosso continente, portanto, nasceu para o labor. O labor chama a atenção para a dimensão extenuante, de sofrimento. Se o trabalho é um pêndulo

entre criação e servidão, o labor é o pêndulo no seu lado negativo. Vivemos para o enriquecimento externo³⁸.

Observa-se da mesma forma nessa economia globalizada, uma vinculação entre novas formas de acumulação de capital, diferentes ondas de imigração e a busca pela defesa da identidade e da etnicidade em um mundo que se apresenta totalmente fragmentado tanto no aspecto político, econômico e cultural. A imigração faz parte do cenário contemporâneo globalizado, na medida em que a economia capitalista traz consigo a necessidade de transferir força de trabalho de um campo econômico (a agricultura tradicional) para outro (a indústria), de um país a outro, de um continente a outro, de uma civilização a outra, levando inevitavelmente ao confronto entre grupos e etnias diversas. Na tríplice fronteira, esta realidade também está presente.

De volta ao cotidiano da fronteira, no dia 05 de março de 2012 foram entrevistadas três meninas paraguaias que vendiam meias. Não foram revelados os nomes dos entrevistados, a fim de proteger sua identidade. O domínio do espanhol ajudou no contato com as jovens que se expressavam com mais facilidade nesse idioma. As meninas não falavam muito, eram retraídas e se entreolhavam enquanto as entrevistava. A timidez revelava certa tensão, pois estavam sendo observadas e o medo de serem repreendidas, tornava-as cuidadosas em revelar informações ou seguirem a conversa com alguém desconhecido, quizá alguma funcionária do Conselho Tutelar. Pareciam ter certo temor de responder, mas eram muito amáveis e pareciam gostar que alguém lhes desse atenção. Uma mulher adulta, também vendedora de meias, interferiu e lhes perguntou o que estavam fazendo? Elas disseram em idioma guarani que estavam respondendo a perguntas. Disseram ainda que tal mulher era uma amiga que as acompanhava. Quando foram indagadas sobre sua vida, seu futuro, não responderam e olharam para a rua, disseram que não sabiam, parecendo que tal assunto não fazia parte de seu imaginário.

Alguns questionamentos feitos às crianças geravam risos, outros, vergonha ou silêncio, expressões que continham um importante significado. Certamente, como afirma Orlandi (2007), em tais casos cabe-nos procurar compreender a materialidade simbólica específica do silêncio, ou seja, interpretar o que há entre as palavras, entre as linhas. O silêncio das crianças estimulou a sensibilidade para outros significados: de que certas perguntas feitas não compunham seu mundo ou que determinadas informações não poderiam

³⁸ MANIR, Monica. "Labor sem Rosto", entrevista com Ricardo Antunes, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Caderno Aliás, 16 out.2011.

ser fornecidas, de que havia um limite para sua fala. O silêncio não apenas está entre as palavras, mas ele as atravessa, fato essencial para a significação, “ele é a matéria significante por excelência” (ORLANDI, 2007, p. 69).

Neste universo micro onde a vida se reproduz (REVEL, 1998), os adolescentes demonstram o gosto de trabalhar, não se vêem como explorados, mesmo que seja como vendedor ambulante. Afirmam que estão ajudando a renda familiar e aprendendo a ser independentes financeiramente. Utilizam seu trabalho como estratégia de sobrevivência. Na perspectiva micro, está em jogo sobreviver em modos possíveis.

No dia 03 de março de 2012 foram realizadas entrevistas com duas meninas paraguaias: uma menina de 14 anos e outra de 13 anos. Trabalham todos os dias na Ponte da Amizade vendendo meias. A primeira afirmou que tem quatro irmãos, a família está bem. Afirmou que gosta de trabalhar e ajudar sua mãe e ter dinheiro para comprar sua roupa. Afirmou que ganha bem com seu trabalho. A segunda menina confirmou o gosto pelo seu trabalho na Ponte, mas pareceu mais negativa em relação à sua condição familiar:

Queremos venir a trabajar, comprar nuestra ropa. Mejor venir a trabajar que estar en casa. Mi padrastro es un borracho. Me pega, él pega a mi mamá y me pega a mi también. Mi padrastro es malo. Tengo tres hermanos vivos y tres se murieron de enfermedad. (Informação verbal)³⁹

Para os adolescentes acima de 14 anos, o trabalho geralmente consiste em uma escolha, na busca pelo desejo de autonomia financeira e de acesso a bens de mercado, tal como afirmaram as vendedoras de meias entrevistadas. Para elas, a atividade de vendedora ambulante é agradável, preferem trabalhar a estar em sua casa. Mas “casa” tem lembranças negativas: “mi padrastro (...)”. É uma espécie de prazer acompanhado ou motivado no sofrimento: a violência, o abuso.

Uma menina paraguaia de treze anos, falou-nos em idioma português com forte sotaque espanhol:

Melhor trabalhá que robá. Também trabalho num estacionamento ali pra cima, limpo banheiro, pagam R\$ 10,00 por dia. (Informação verbal)⁴⁰

A entrevistada reforça um caráter ético presente também nestas micro-relações de trabalho.

³⁹ Entrevista realizada no dia 03 de março de 2012.

⁴⁰ Entrevista realizada no dia 03 de março de 2012.

Uma menina de dezesseis anos que acompanhava as demais, praticamente não falava, provavelmente não sabia português. Afirmou que trabalha em casa de outra menina vendedora, realiza os serviços domésticos e estava na vila Portes pela primeira vez, vendendo alho com outras meninas. Esta constatação demonstra o quanto o círculo vicioso se repete nos dias atuais, diversificando o trabalho informal e inserindo pessoas em formas precárias de sobrevivência.

No dia 05 de março de 2012, entrevistaram-se dois meninos paraguaios, vendedores de alho. Um deles de 12 anos, vendia alho e amendoim. Afirmou que vem à Ponte da Amizade duas vezes por semana. Sua mãe retira a mercadoria dos comércios atacadistas e, juntamente com o pai, oferecem o produto na Vila Portes.

O trabalho é bom. Ganho R\$ 20,00 por dia. Gosto de trabalhar. (Menino)

Você gosta de estudar? (Pesquisadora)

Gosto. Vou ao colégio de noite. (Menino)

O que você quer ser quando adulto? (Pesquisadora)

Não sei [...]. (Menino)⁴¹ (Informação verbal).

Trabalho e escola são rotina no cotidiano dessas crianças e estão presentes nas representações de sua vivência, sendo que o trabalho abrange uma gama de significados, como ajuda à renda dos pais, como parte da divisão de tarefas dentro da sociabilidade familiar ou como um aprendizado.

Uma senhora, vendedora de “chipa” do bairro, encontrava-se diariamente sentada à entrada da farmácia onde se realizava a pesquisa, pareceu curiosa com meus questionamentos e chamou-me para dar sua opinião: afirmou que as crianças que trabalham ali na Ponte não vão à escola, não há horário noturno para essa faixa etária no Paraguai. Esta informação me fez compreender que a precarização está envolta em inúmeras estratégias, fugas e saberes. Eu não havia percebido que, na condição de observadora, fui identificada como intrusa ou alguma outra forma de ameaça para a estabilidade daquele micro espaço. Daí a necessidade de dissimular.

Conversamos com outro menino de 13 anos, nacionalidade paraguaia, vendedor de alho e amendoim. Faz o horário das 6 às 16 horas. Afirmou que estuda de noite e vem acompanhado dos pais, os quais igualmente trabalham como vendedores ambulantes na Vila

⁴¹ Entrevista realizada dia 05/03/2012.

Portes. Recebe aproximadamente R\$ 50,00 ao dia, depende da quantidade que vende. O menino afirmou que gosta de trabalhar. Quando crescer quer ser aduaneiro ou policial. (Informação verbal)⁴²

Observou-se nas conversas com crianças e adolescentes, as táticas e estratégias utilizadas por esses trabalhadores informais para garantir sua subsistência, burlar a fiscalização e resistir à opressão exercida pelo capitalismo e pelos poderes que estão presentes em todas as relações sociais. Em primeiro lugar, esses trabalhadores assumem uma postura voltada a provocar compaixão em seus clientes: são gestos, formas como se expressam, os olhares. Estavam sempre atentos à movimentação de pessoas, a fim de identificar quem se aproximava e ter ciência com quem estavam falando. Movimentam-se rapidamente a fim de escapar à fiscalização da Polícia Migratória. Nas conversas percebeu-se que ocultavam informações ou forneciam dados falsos, principalmente quando se referia à remuneração que recebiam, com a tendência de aumentá-la, ou com relação à frequência escolar. Da mesma forma aparentavam ser extremamente espertos nas táticas de vendas, no manejo do dinheiro, no câmbio da moeda e no malabarismo de utilizar dois idiomas: o guarani, idioma falado entre os paraguaios, e o “portunhol”, misturando o português com o espanhol.

Certeau (1994) denomina tais táticas de operações dos usuários, que aparentemente estariam entregues à passividade e à disciplina. O autor propõe que se desloque a atenção do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos para a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos. Afirma ainda, que em sua empreitada teórica, já não mais importa a “cultura erudita”, abandonada à vaidade de seus proprietários. É necessário voltar-se para a proliferação disseminada de criações anônimas e precíguas que irrompem com vivacidade e não se capitalizam. A cultura no plural, como afirma Certeau, os caminhos sinuosos que se percebem nas astúcias táticas das práticas ordinárias.

O conhecimento mais aprofundado do cotidiano dos jovens que trabalham no comércio informal da Ponte da Amizade revela o que Certeau (1994) caracteriza de generosidade da inteligência. Mesmo oprimido pela realidade maciça dos poderes e das instituições, percebe-se um movimento de micro-resistências, as quais fundam micro-liberdades, mobilizam recursos insuspeitos, deslocam fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima.

Cardin descreve como a região da Tríplice Fronteira constitui-se um local de oportunidades para diversos indivíduos afirmando que:

⁴² Entrevista realizada dia 05/03/2012.

Diferente do que muitos pensam o que garante as relações sociais, culturais, políticas e econômicas entre os países limítrofes não é a igualdade ou a suposta aproximação derivada de uma irmandade latino-americana, mas as diferenças, os conflitos, a possibilidade de explorar os recursos e as possibilidades oferecidas pelo outro país ao seu favor e interesse. Esta é a essência do trânsito turístico entre os países e também do próprio circuito sacoleiro (2010, p.42).

Os sujeitos sociais que se relacionam e circulam pela fronteira, buscam constantemente novas oportunidades de remuneração, sustentadas basicamente pelas desigualdades entre os países limítrofes, como defende Cardin (2010), pela facilidade de trânsito e pela frágil fiscalização da fronteira.

Pode-se exemplificar o caso da jovem de 14 anos, aluna da 7ª série do Colégio Estadual Dom Pedro II, Foz do Iguaçu, a qual revelou em entrevista no dia 21 de novembro, um certo desgosto pelo trabalho no Paraguai e as dificuldades em conciliá-lo com sua formação escolar, porém declara que tem vantagens em morar nas proximidades da fronteira com o Paraguai, devido à facilidade em conseguir ocupações na informalidade, apesar de sua idade. Com essa adolescente a aproximação para a entrevista foi facilitada porque era minha aluna e em diversas conversas já havia comentado sobre suas atividades no comércio fronteiriço.

Bom, lá (em Ciudad Del Este) eu compro mercadoria e passo pela Ponte da Amizade, tiro as notas, entro na fila para esperar as mercadorias. Bom, eu acho que é isso. (Jovem)

Porque você quer trabalhar? (Pesquisadora)

Lá? É porque lá é mais fácil conseguir emprego. Aqui de menor não trabalha. Pagam bem melhor lá.

A gente entra às 6 da manhã, aí a gente vai nas lojas, pega as notas, compra as mercadorias, aí tem que pagar. Aí a gente leva a bolsa pra guardar as mercadorias dentro pra passar na ponte. (Jovem)

Você gosta de trabalhar no Paraguai? (Pesquisadora)

Não. Porque é uma correria, muita gente, muitas pessoas, muita falação, muita confusão. (Jovem)

Qual a causa de você ter de trabalhar? (Pesquisadora)

Na verdade porque eu quero, porque eu não preciso. É porque aqui não tem muito mercado de trabalho pra menor, aqui no Brasil. Só a partir dos 16. Lá é melhor, pode trabalhar de menor. (Jovem)

Lá no Paraguai, como é o teu relacionamento com os colegas, os outros vendedores, muambeiros ou laranjas? (Pesquisadora)

Conheço bastante gente. Bastante menores. (Jovem)

São brasileiros ou paraguaios? (Pesquisadora)

Os dois. Têm mais paraguaios. (Jovem)

Esses menores brasileiros trabalham em Ciudad Del Este? (Pesquisadora)

É. Lá na região. Nas lojinhas. Têm os que carregam as caixas. Tem os menores que carregam, tem os que vão de táxi, de vã. Eles trabalham a troco de lanche, de refrigerante, essas coisas. (Jovem) (Informação verbal)⁴³

Nas práticas pertinentes ao circuito sacoleiro e também no comércio nas proximidades da Ponte da Amizade, o que se observa é que os pais incorporam seus filhos desde muito cedo em suas próprias tarefas de vendedores ambulantes como um meio de ensiná-los tal atividade ou como uma forma de evitar que fiquem nas ruas. A mentalidade dos pais deixa transparecer o medo de que seus filhos caiam na criminalidade caso não estejam “ocupados”. Esta “naturalização da cultura” (BOURDIEU, 2009) resulta em demonstrar o trabalho pouco remunerado e exercido de forma precarizada como algo desejável no universo da vida infanto-juvenil.



Figura 3 - Criança em atividade informal no município de Foz do Iguaçu.

Fonte: <<http://www.iguassureporter.com>>. Acesso: 22/06/2012.

⁴³ Entrevista realizada no dia 21/11/2011.

3.3 O QUE OS PAIS AFIRMAM PARA JUSTIFICAR O TRABALHO DOS FILHOS

Para as famílias das classes populares de nossa sociedade o trabalho de seus filhos é visto como um mecanismo disciplinador, capaz de afastá-los de más companhias, de vícios ou de perigos. Temem o dinheiro fácil, mas perigoso. O trabalho é encarado como uma *escola*. A criança é socializada desde cedo para ocupar seu lugar em uma sociedade extremamente estratificada, onde lhe são destinadas as funções subalternas.

Os adolescentes de baixa renda revelam a valorização da aprendizagem pelo trabalho em detrimento da aprendizagem escolar, tendo a convicção que a ascensão social em sua condição se realiza pelo trabalho e não pelos bancos escolares, nem pela qualificação profissional.

Evidentemente que em meio aos trabalhadores informais do comércio fronteiro da Ponte da Amizade encontram-se homens, mulheres, pessoas de diferentes faixas etárias, diferentes etnias. Os próprios vendedores relatam que necessitam da ajuda dos filhos, os quais se afastam da escola para ajudar nas tarefas de seus pais.

Na crise estrutural, o capital os expulsa pela porta da frente e os readmite pelos fundos, sob as piores e mais precarizadas condições. Para eles, inexitem leis a regulamentar limite de idade, jornada de trabalho, insalubridade. A situação remete aos piores dias da classe trabalhadora nos primórdios da revolução industrial. Pensemos nas campanhas que visam a coibir o trabalho infantil, enquanto a própria sociedade condena os “aviõezinhos” do tráfico (PINASSI apud CARDIN, 2010, p. 152).

Outro aspecto importante a ser observado no trabalho de crianças e adolescentes é a importância que esta atividade assume como auxílio econômico para a renda familiar. Uma das características do trabalho infanto-juvenil em geral é a inserção em atividades da mesma natureza que de seus pais. Independentemente da forma de inserção no trabalho familiar, quer seja como parte do processo de socialização, como aprendiz ou meio de transmissão do conhecimento de geração para geração, o trabalho precoce é uma grande contribuição ao rendimento das famílias ou uma condição de auto-sustentação.

Grande parte das crianças entrevistadas revelou que seus pais também são vendedores ambulantes e foi através deles que entraram no ramo. Em alguns casos são os pais que retiram as mercadorias em lojas ou atacados para que seus filhos cruzem a fronteira e venham à vila Portes vendê-las. Um dos exemplos foi o depoimento de Cr, um menino de 13 anos, de nacionalidade paraguaia, vendedor de alho e amendoim, o qual afirmou que passa a Ponte da Amizade acompanhado dos pais, os quais também são vendedores ambulantes na vila Portes.

As explicações encontradas em relação ao ingresso precoce no mercado de trabalho informal são a pobreza familiar, o baixo nível educacional e o grau de integração social o qual define uma estrutura familiar que irá favorecer maior ou menor condição de proteção aos filhos.

“O elo pelo qual começa a reprodução da pobreza inclui crianças e adolescentes que, em sua maioria, tornam-se trabalhadores sem possibilidades de escolha” (IPARDES, 2007, p. 21).

Observa-se uma singularidade em relação à visão construída pelas famílias em situação de risco social, relativa ao trabalho de seus filhos. Tomando emprestadas algumas conclusões de Dauster (1995), sugere-se que essas famílias são transmissoras da ideologia do trabalho, o qual seria provedor de status e contendo um elemento formador. Além disso, a inserção do jovem no universo do trabalho constitui-se como estratégia de socialização nas camadas socialmente desfavorecidas, o que não se opõe necessariamente à escola, mas deve complementá-la. Dauster afirma que tais orientações, valores e costumes se concretizam como usos simbólicos relativos à escola e ao trabalho, específicos dessas camadas.

A obrigatoriedade do trabalho assume outros significados, os quais vão além da instância econômica. O trabalho infantil pode ser reinterpretado por certas famílias como escolha e, de certo modo como natural quando orientado pelos pais.

A comerciante, proprietária de um Buffet no Jardim Jupira, bairro próximo à Ponte da Amizade, entrevistada no dia 05 de março, recebe muitos muambeiros e sacoleiros que fazem refeições em seu estabelecimento. Desde os primeiros contatos essa senhora demonstrou muito temor em falar, afirmando que naquela região os demais comerciantes não gostavam que falasse de trabalho infantil, nem descrevesse as ilegalidades que ocorriam na região. Dizia que o bairro era “barra pesada” temia a repressão, pois a favela do Jupira estava logo ao lado e devia tomar cuidado. A comerciante conversou, aceitou dar a entrevista, mas pediu que não fosse declarado o nome de seu estabelecimento. Achou melhor não gravar a entrevista, pois afirmou que enquanto conversava, tinha que atender seus clientes. Nesta conversa, utilizando-se de perguntas abertas e semi-estruturadas, revelaram-se alguns aspectos sobre a posição dos pais frente ao trabalho infantil, a qual pode ser uma análise onde se configura a extrema exploração das crianças, ou a legitimação do trabalho como elemento de aprendizagem.

Quando questionada sobre a presença do trabalho infantil essa senhora respondeu:

Têm crianças paraguaias. As mães ficam na sombra e os filhos trabalham. Criança brasileira não vê. São adolescentes, 14 ou 15 anos, paraguaias. Em 2010 havia uma mulher paraguaia, vendedora ambulante, carregava um

bebê de 12 dias, que teve queimaduras do sol, tem 6 filhos. Põe os filhos pra vender.

Eu não acho errado as crianças trabalharem. Eu, quando era criança, ajudava meus pais na roça. Minha filha adolescente ajuda aqui no restaurante, atende as mesas, mas não deixo servir bebida alcoólica. Nunca mexeram com ela. Ela me ajuda e de noite vai pro colégio. Meu marido a busca. Pode ser perigoso. Eu dou um dinheiro pra ela comprar as roupas que ela quer. (Informação verbal)⁴⁴

O trabalho infanto-juvenil na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina está diretamente relacionado à pobreza e ao nível educacional dos pais. Não restam dúvidas quanto à necessidade de programas eficazes de geração de renda para tais famílias, para que o trabalho precoce de seus filhos não seja necessário ao orçamento doméstico. Da mesma forma, os pais, responsáveis e a sociedade local em geral precisam receber esclarecimentos sobre os prejuízos do trabalho infantil para o integral desenvolvimento das crianças.

Contudo, é preciso compreender o panorama cultural das famílias desses jovens trabalhadores e perceber o trabalho infantil como componente de suas representações. Seus usos e costumes provenientes de sua organização social permitem o trabalho precoce como forma de sobrevivência, associado à representação social da criança e da infância.



Figura 4 - Menino trabalhando como vendedor em Ciudad Del Este/Paraguay.

Fonte: Arquivo da autora.

⁴⁴ Entrevista com comerciante do Jardim Jupira, no dia 05 de março de 2012.

3.3 EVASÃO ESCOLAR

A Convenção dos Direitos da Criança garante a toda criança direito à educação plena e de qualidade, orientada no sentido de desenvolver sua personalidade, suas aptidões, habilidades e capacidade mental e física. Na Tríplice Fronteira Foz do Iguaçu-Puerto Iguazu-Ciudad Del Este ocorrem inúmeros casos de evasão escolar e repetência relacionadas à falta de adequação do sistema educativo às realidades locais (SPRANDEL, 2005).

Conforme dados do Censo Escolar de 2002 relativos ao Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série para o município de Foz do Iguaçu, a evasão é baixa, mas preocupante: 4,5 %; da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental a evasão aumenta no município: 11,4%. As taxas de abandono escolar são maiores no Ensino Médio: em Foz do Iguaçu o índice chega a 24,1%. Conforme informações do Ministério Público Estadual, em todo o Estado do Paraná, 64 mil crianças entre 7 e 14 anos de idade estão fora da escola. No ensino fundamental, o índice de evasão chega a 15% e no Ensino Médio esse percentual sobe para 30%⁴⁵.

Tais índices estão relacionados à situação socioeconômica das famílias locais e à incorporação desses jovens ao comércio fronteiriço na Ponte da Amizade. A principal consequência do trabalho infanto-juvenil é que acaba por afastar a criança e principalmente o jovem da escola. As longas jornadas de trabalho causam cansaço e desinteresse pela sala de aula. Os filhos das famílias mais pobres trocam a escola pelo trabalho. Segundo o Plano Nacional do CONAETI (2004), das crianças e jovens trabalhadores de 5 a 15 anos, 10,6% estão fora da escola. As crianças e adolescentes trabalhadores apresentam nível de escolarização inferior ao daqueles que não trabalham e estão com a idade mais avançada para a série cursada.

Para o economista Pochmann (apud OLIVEIRA, 2012), os brasileiros de famílias pobres que conseguem conciliar trabalho com estudo são verdadeiros “heróis”:

Os brasileiros pobres que estudam e trabalham são verdadeiros heróis. Submetem-se a uma jornada de até 16 horas diárias, oito de trabalho, quatro de estudo e outras quatro de deslocamento. Isso é mais do que os operários no século XIX⁴⁶.

⁴⁵ Dados fornecidos pelo relatório organizado pela UNICEF e Itaipu Binacional – SPRANDEL, Marcia (coord.) “Situação das crianças e dos adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai – Desafios e recomendações”, 2005, p.53 e 54.

⁴⁶ Palestra no Seminário de Sociologia e Política na Universidade Federal do Paraná/UFPR. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br>>. Acesso em 12/04/2012.

Pochmann ressalta ainda que o Brasil tardou 100 anos, desde a Proclamação da República, em 1889, para universalizar o acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental, porém essa medida não veio acompanhada de crescimento nos recursos para a educação, as quais permaneceram entre 4,1 e 4,3% do PIB. Esses dados deixam claro que se aumentaram as vagas nas escolas com queda na qualidade do ensino. Além disso, essa universalização do ensino brasileiro não significa que a totalidade dos cidadãos em idade escolar esteja estudando, pois ainda existem 400 mil brasileiros com até 14 anos fora da escola. Se essa faixa etária for estendida para 16 anos, a cifra salta para 3,8 milhões de pessoas. “A cada dez brasileiros, um é analfabeto. E ainda temos cerca de 45% analfabetos funcionais. É muito difícil fazer valer a democracia com esse cenário” (POCHMANN apud OLIVEIRA, 2012).

As crianças e adolescentes que transitavam livremente pela Ponte da Amizade no período áureo do comércio fronteiro (início da década de 1990 a 2004), exercendo atividades no comércio informal, carregando sacolas e caixas, dividiam seu tempo de trabalho com a escola. Quando estavam matriculados, frequentavam a escola um período e o restante do dia trabalhavam. A maioria deles trabalhava na informalidade para auxiliar os pais, igualmente inseridos nesse setor, na manutenção da renda familiar. Esses jovens procediam de bairros simples, com condições básicas de saneamento, iluminação e transporte, mas junto a este grupo estavam os moradores de rua e as crianças paraguaias que circulavam pelas ruas de Foz do Iguaçu⁴⁷. Nesses casos, a escola é preterida pela rua, pelo desejo da independência financeira.

Segundo estudo da OIT divulgado em reportagem na *Gazeta do Povo*⁴⁸, o trabalho de crianças e adolescentes constitui uma das grandes mazelas de nossa contemporaneidade. O artigo destaca que tal violação dos direitos humanos tem sido ostensivamente praticado. O pouco que esses pequenos trabalhadores recebem, servirá para complementar o orçamento familiar e, todos esses jovens, **sem exceção** (grifo nosso), têm seu desempenho escolar comprometido. A reportagem afirma que, mesmo trabalhando, crianças e adolescentes se esforçam para estudar, mas as longas jornadas de trabalho os tornam cansados demais para cumprir todas as tarefas da escola e obter uma aprendizagem satisfatória. “Sem tempo para estudar e sem direito de brincar, as crianças deixam de ser crianças e tornam-se adultas, embora ainda imaturas para assumir tantas responsabilidades, em especial a de prover o lar” (CARVALHO, 2006). Nessas circunstâncias, a maioria dos jovens trabalhadores fará parte do

⁴⁷ DIAS, Emerson. Crianças dividem escola com trabalho. *Jornal Folha de Londrina*, Londrina., 10 mar. 2001.

⁴⁸ CARVALHO, Margaret Matos de. Combate ao trabalho infantil. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 jun.2006.

grande grupo de alunos que evadem da escola, por não terem condições de acompanhar suas atividades ou por inúmeras reprovações.

As alunas do Colégio Estadual Dom Pedro II, em Foz do Iguaçu, entrevistadas para esse trabalho, em diversas ocasiões demonstraram seu cansaço em aulas que pareciam estar longe de seu cotidiano, preferindo falar de outros assuntos, contar de suas carências familiares, afetivas ou financeiras, retiravam-se das aulas para se alimentar, enfim tinham muita dificuldade de concentração. A criança ou adolescente que precisa trabalhar para comer deixa a escola ou não consegue aprender.

A história das crianças em muitas regiões miseráveis do Brasil, bem como em famílias pobres que vivem em Foz do Iguaçu, mostra que o estudo tem pouco valor frente às necessidades de sobrevivência. Nosso sistema educacional não está estruturado para esses alunos, os professores não sabem lidar com eles, o material didático é destinado a jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos.

Durante a pesquisa de campo ficou claro que os jovens que trabalhavam nas proximidades da Ponte da Amizade não tinham noção a respeito do futuro, quando questionados sobre a profissão que gostariam de ter, simplesmente não respondiam. Nr., de 13 anos, engraxate e vendedor de C.Ds, paraguaio, declarou que saiu de casa às 4 horas da manhã e chegou à Ponte da Amizade às 6 horas, pois sua casa ficava distante. Nr. faz o trajeto a pé todos os dias para receber 15.000 guaranis pelo seu trabalho na Vila Portes.

“Me gusta jugar fútbol, pero no practico porque no tengo zapatillas”, afirmou o menino⁴⁹. (Informação verbal)

A interiorização de sentimentos de desesperança face ao futuro soma-se à descrença que os jovens têm na escola como um trampolim para a aquisição de uma profissão segura que possibilite uma mobilidade social ascendente. Acrescenta-se a este fator, as dificuldades que a escola coloca às crianças e adolescentes provenientes de meios desfavorecidos, traduzidos em índices elevados de insucesso e abandono escolar (RUA, 2007). Dessa forma, o abandono precoce da escola e a dificuldade de adquirir um emprego ligado à formalidade empurram esses jovens para caminhos que levam a condições favoráveis à entrada do mundo da exclusão social.

Contudo, a criança que não estuda não tem muitas alternativas. Irá perpetuar a condição de miséria de sua família: será um adulto mal remunerado por falta de qualificação

⁴⁹ A entrevista foi realizada dia 24/08/2012, em uma lanchonete na Vila Portes.

profissional. Os governos que pretendem colocar todas as crianças na escola devem da mesma forma, planejar políticas sociais que garantam uma renda mínima para a família, para que seus filhos possam ir à escola e nela permaneçam.

3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para Teixeira, “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (2002, p.02). Tais políticas devem estar explicitadas, formuladas em leis, documentos, programas e linhas de financiamento que orientam as ações que envolvem a aplicação dos recursos públicos. As políticas públicas traduzem em sua elaboração, implantação e em seus resultados as formas de exercício do poder público, envolvendo distribuição ou redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, repartição de custos e benefícios.

Nos últimos anos tem aumentado a participação da sociedade civil na busca de interesses gerais, o que torna a publicização do debate a respeito das demandas sociais algo fundamental. Conforme Teixeira (2002), a elaboração das políticas públicas ocorre em um campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e culturas totalmente diversos e o limite entre o público e o privado torna-se difícil de demarcar. Por isso, afirma o autor, a importância do debate público, da transparência e da elaboração de tais políticas em espaços públicos, e não em gabinetes governamentais.

3.5.1 O empoderamento dos jovens

Voltar-se ao estudo do âmbito político no Brasil abre espaço para um debate conflituoso, pois a população de forma generalizada tem revelado desinteresse e letargia quanto a tal assunto, em parte reflexo dos escândalos por corrupção denunciados pela mídia e da mesma forma, como manifestação da cultura política nacional. Contudo, quando o tema é política pública entende-se que a elaboração das mesmas pressupõe o debate público e a participação da sociedade civil organizada na busca pela efetivação de suas demandas.

Nesse capítulo realizar-se-á um relato das representações das crianças e dos adultos em relação ao trabalho precoce, sua situação escolar e uma revisão das políticas públicas do município de Foz do Iguaçu voltadas à proteção da criança e do adolescente, especificando as que estão sendo aplicadas em casos de situação de trabalho infanto-juvenil. Propõe-se também

problematizar os empecilhos que dificultam o sucesso desses programas e o conflito existente entre instituições que representam o Estado e a busca por parte de órgãos públicos e sociedade em geral, pela efetivação das reais demandas populares.

Ao analisar as políticas públicas municipais, observa-se o quanto a apatia política da população pode retardar os debates, impedindo a melhoria de projetos e programas destinados a diferentes áreas. Somente a participação da sociedade civil, com mobilizações, debates públicos pode proporcionar mudanças na metodologia e no conteúdo das políticas públicas, através de mudanças das elites políticas, na composição do poder político (TEIXEIRA, 2002). Quando o assunto é políticas públicas voltadas à juventude tal fenômeno se aprofunda, pois a busca por sua socialização política e pelo seu empoderamento ainda são processos em amadurecimento em nosso país.

No tocante a tal problema Manzano afirma:

Alienados e desinteressados, em parte somos todos vítimas de um processo que nos fez ficar à margem da construção de nossa história política. O brasileiro está extremamente imerso nesse cenário de “apolitismo”. Ele o internaliza e acredita ser mais certo ficar distante desse processo (2012, p. 64).

O autor acrescenta ainda a falta de informação, resultante da educação escolar “sucateada” e do descrédito na atuação dos políticos, os quais centralizam suas atividades administrativas e decisões políticas, isolando o povo. O individualismo crescente da população só piora tal contexto, pois isola as pessoas da participação e inibe seu interesse pela mobilização pública. Tal característica – o individualismo, está mais visível nos políticos que cometem atos ilícitos com dinheiro público, pois beneficiam apenas seus interesses próprios, sem considerar o mal que causam aos que não terão esses recursos à sua disposição.

Em sua obra “O empoderamento da Juventude”, Nazzari (2006) argumenta sobre os confrontos que a Ciência Política enfrenta no sentido de buscar alternativas para os dilemas da ação coletiva quando relacionada ao descontentamento e frustração da população latino-americana frente às limitadas expectativas criadas pelos regimes democráticos, os quais não encontram soluções para os graves conflitos sociais que comprometem a consolidação da democracia nesta região. Para a juventude brasileira, através da otimização dos mecanismos da democracia representativa, regime com maior aceitação, seria possível alcançar as necessárias mudanças para o Brasil tornar-se um país mais justo. Contudo, esses jovens não têm confiança nesta democracia, fato que se revela pelo desencanto em relação às instituições políticas e sociais, bem como o sentimento de ineficácia política.

Os jovens não possuem referenciais partidários e ideológicos, e delineiam um comportamento para o centro do espectro político. Estes comportamentos de centro são frequentes na cultura política brasileira e não contribuem para o fortalecimento das instituições democráticas e nem incentivam a transmissão de crenças e valores subsidiados por referenciais ideológicos (NAZZARI, 2006, p. 13 e 14).

A orientação para o consumo aliada a sentimentos de alienação e impotência frente a escândalos de corrupção, frequentes na história política brasileira, colaboram para os baixos índices de avaliação dos jovens em relação à política, seus personagens e suas instituições. Em consequência, ocorre grande dificuldade para elevar os índices de capital social. Nazzari (2006) analisa o conceito de capital social associando-o aos índices de confiança interpessoal e às instituições sociais. O capital social está interligado a características presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em seu cotidiano, normas de reciprocidade, informação e cooperação que podem trazer benefícios pessoais e coletivos para o bem estar da comunidade. Conforme Nazzari (2006), o capital social tem uma importante função política – a de auxiliar a democracia na arte da associação, pois o associativismo das pessoas auxilia no combate ao individualismo. Além disso, o capital social consiste em uma sólida base facilitadora do desenvolvimento econômico de um país, melhorando a qualidade de vida de sua população. A cooperação e integração entre a sociedade civil são agentes de modernização que estimulam o desenvolvimento socioeconômico de uma região ou município.

Desta forma, onde ocorrem baixos índices de capital social, como no Brasil, país onde a juventude reflete um profundo desinteresse em relação à política e suas instituições, torna-se mais difícil defender a construção de políticas sociais voltadas a diminuir a exclusão, consolidando ideais democráticos.

3.5.2 A invisibilidade e vulnerabilidade das crianças

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (apud LAZZARINI, 2010) aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e ratificada pelo Brasil em 1990, relata em seu art. 1º que, entende-se por *criança* todo o ser humano menor de 18 anos de idade e, em seu preâmbulo enfatiza que a criança, em razão de sua falta de maturidade física e mental, necessita proteção e cuidados especiais, incluindo proteção jurídica apropriada antes e depois do nascimento. Na Lei nº 8069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, consta que é considerada *criança*, para os efeitos da lei, a pessoa até doze

anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Afirma ainda a lei que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, sem prejuízo da **proteção integral** (grifo nosso) de que trata a lei, assegurando-lhes assim, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, social, em condições de liberdade e dignidade. Sendo ainda, dever da família, comunidade, da sociedade, bem como do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a fim de prepará-la para a maturidade, à dignidade e ao respeito.

Segundo Sarmento (2007), a infância é uma categoria social do tipo geracional e um grupo social formado por sujeitos ativos que interpretam e agem no mundo. As culturas infantis constituem o mais importante aspecto na diferenciação da infância. Portanto, não tem sentido afastar o mundo da infância do mundo dos adultos, separando áreas de atividades, reservadas exclusivamente para ação dos adultos. O confinamento das crianças em espaços de proteção como a família e a escola, segundo o autor, determinam o entendimento generalizado de que as crianças estão “naturalmente” privadas do exercício dos direitos políticos. “As crianças permanecem sendo o único grupo social verdadeiramente excluído de direitos políticos expressos” (SARMENTO, 2007, p. 37).

A sua ausência na participação política dentro do enquadramento jurídico das democracias representativas ocidentais, determina também a invisibilidade das crianças na cena pública. Sarmento (2007, p.38) enfatiza que a invisibilidade é homóloga à exclusão: “as crianças são o grupo geracional mais afetado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pelas carências de políticas públicas”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA descreve os direitos fundamentais da criança e do adolescente – Capítulo I: Do Direito à vida e à saúde: art. 7º: A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a **efetivação de políticas sociais públicas** (grifo nosso) que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência; Capítulo II: Do direito à liberdade, respeito e à dignidade, art. 16: O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: VI – participar da vida política, na forma da lei (ECA, 2010, p. 16).

No Brasil, tal situação é potencializada pela apatia política que afeta a toda população, independente de grupos geracionais e legitimada pela legislação nacional e internacional referente aos infanto-juvenis.

Observa-se ainda na Tríplice Fronteira o problema relacionado à descontinuidade das políticas públicas quando ocorre a troca de governo desses países, e a necessidade de trabalho

em rede entre a administração pública e as entidades que fazem o atendimento a crianças e adolescentes (SPRANDEL, 2005).

3.5.3 Políticas Públicas de enfrentamento ao trabalho infanto-juvenil em Foz do Iguaçu

Para tomar conhecimento sobre as Políticas públicas em andamento em Foz do Iguaçu contamos com a colaboração de várias pessoas ligadas a diversas entidades e órgãos públicos do município de Foz do Iguaçu. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com essas autoridades, as quais gentilmente forneceram importantes informações sobre as políticas públicas, seus avanços e seus limites dentro do contexto sociopolítico da cidade. Tais pessoas foram selecionadas devido a seu amplo conhecimento e experiência na esfera pública no trato de questões relativas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A análise da legislação vigente, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Convenção dos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente e os artigos da Constituição Federal concernentes aos direitos dos infanto-juvenis, trazem em seus textos a clara influência do paradigma moderno da proteção integral a esses indivíduos e a responsabilização da família, da sociedade e do Estado. No entanto, ao aprofundar-se no estudo das políticas públicas do município de Foz do Iguaçu, em muitos casos, o que ocorre é o desencontro entre a lei e a realidade da tríplice fronteira. Há desencontro entre os próprios agentes, quanto às formas de ação, modos de tratamento, compromisso social e humanitário. Estes desencontros somam-se às dificuldades financeiras das famílias pobres, a violência doméstica, as estratégias, os controles e a própria determinação das famílias e das crianças, criando situações de confrontos com a administração municipal de Foz do Iguaçu. Uma realidade típica de uma fronteira multicultural.

As leis de proteção infantil têm sido extremamente positivas para o avanço da qualidade de vida das diferentes infâncias e, portanto, cabe às entidades e à sociedade civil reivindicar sua real aplicação. O Capítulo II, do ECA, o artigo 16 prevê à todas as crianças e adolescentes o direito à liberdade, o qual compreende aspectos como: IV – brincar, praticar esportes e divertir-se; Art. 17 – O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças (...). Art. 18 – É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (ECA, 2010, p. 20).

Conforme Ramos e Cavaleri (2009), para a legislação brasileira é considerado ilegal qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos e permitido segundo determinadas normas, para adolescentes entre 14 e 17 anos. Pelo PNAD do IBGE, de 2007, 10,8% da população brasileira entre 5 e 17 anos estava trabalhando de forma ilegal, somando a quantia de 4,8 milhões de crianças e adolescentes. Deste total de 4,8 milhões, cerca de 25% tinham entre 5 e 13 anos⁵⁰.

As crianças e adolescentes que necessitam expor-se ao mercado de trabalho, seja qual o aspecto que as estimule – complementação de renda familiar, desejo de consumo, independência financeira – têm muitos de seus direitos, previstos no ECA, violados e terão sua educação escolar e sua formação profissional formal prejudicadas. Tal situação é potencializada quando esses jovens estão incorporados ao mercado de trabalho informal, com relações de trabalho extremamente precárias, sem a proteção de leis do trabalho, sem uma renda fixa e com escassa fiscalização dos órgãos responsáveis pela proteção da criança e do adolescente, tal como ocorre na Ponte da Amizade.

Em 17 de julho de 1992, foi criado o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Foz do Iguaçu, pela lei nº 1677/1992, com o objetivo de atender às políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, lazer, profissionalização e outras e com a competência de formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente. No ano de 2001 este Conselho instalou o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (Título V, cap. I, ECA, 2010).

3.5.4 O Conselho Tutelar em Foz do Iguaçu – avanços e conflitos

O Conselho Tutelar é o órgão que garante o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes no município. Além disso, o Conselho é um órgão de fiscalização, atuando sobre as ações da Prefeitura, do Estado e de órgãos ou entidades que prestam serviços à criança e ao adolescente. Sendo assim, o Conselho Tutelar tem a atribuição de requisitar serviços públicos quando ocorre a violação dos direitos de uma criança ou adolescente, baseando-se na lei e garantindo que o ECA seja devidamente cumprido. Embora seja um órgão autônomo, é mantido pelo governo municipal.

⁵⁰ Constituição Federal de 1988, Capítulo II – Dos direitos sociais: XXXIII: Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (ECA, 2010, p. 133).

Em entrevista concedida (Informação verbal)⁵¹, o Conselheiro Tutelar descreveu a conturbada questão social do município, a presença de dezenas de favelas, onde segundo ele, as famílias não assumem a responsabilidade de educar seus filhos, permitindo que estes mendiguem nas ruas, expostos à criminalidade e ao tráfico de drogas. Relatou que suas atividades iniciam como engraxates para em seguida, dedicarem-se à mendicância ou ao comércio informal. O Conselheiro informou ainda a respeito do descaso do governo municipal frente ao problema do trabalho infantil, bem como a ineficácia do PETI ao não cumprir seu papel de erradicar o trabalho infanto-juvenil.

Em novo depoimento realizado recentemente, o mesmo Conselheiro descreveu os principais impasses enfrentados pelo Conselho Tutelar na cidade: a) a falta de apoio governamental, citando como exemplo a tardia instalação de um segundo órgão em Foz do Iguaçu⁵², pois até o momento existem 05 conselheiros para atender toda a demanda do município; b) Somado a esse fato, ocorre uma grande desinformação em relação à função do Conselho Tutelar no município, tanto por parte da sociedade em geral, de policiais, professores e até juízes, como afirma o Conselheiro.

As pessoas não conseguem ver que o Conselho é muito mais do que isso. O que é o Conselho Tutelar? Um direito de uma criança é violado. A criança está lá no hospital, como eu já atendi uma criança esperando por uma cirurgia, 03 dias por uma cirurgia de fêmur, que é emergencial, é uma violação, no sentido de garantir o direito daquela criança. A mãe precisa de medicamento para o filho, não tem condições de comprar, é muito humilde e não tem na rede do SUS, a lei diz que é saúde integral. Então para garantir o direito tivemos que intervir. O Conselho está para garantir o direito daquela criança, para que, desde a mais humilde até a que tem maiores condições sejam todas iguais perante a lei: a saúde, educação, esporte, cultura, lazer, os direitos fundamentais. Então essa dificuldade de conhecimento da sociedade, tem dificultado bastante. A população mais humilde acredita que o Conselho só serve para punir pai que bate em filho. Então eles criaram essa ideia. Se um pai bate no filho, quem vai lá é a polícia, não é o conselho tutelar, teve um crime. (Informação verbal)⁵³

⁵¹ Entrevista realizada no dia 15/10/2010.

⁵² Após denúncias feitas pelo Conselho Tutelar junto ao o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, o Juizado da Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público Federal do Trabalho, comprovando a alta demanda de atendimento na cidade com uma população superior a 250 mil habitantes, foi aprovada a instalação da 2ª sede do Conselho Tutelar. As denúncias acusaram o governo municipal de violação do ECA, ao restringir o atendimento de crianças e adolescentes em risco social, devido à falta de conselheiros.

O município de Foz do Iguaçu celebrou um Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público do Trabalho, no qual comprometeu-se a criar o segundo Conselho Tutelar até o dia 15 de fevereiro de 2013. Ministério Público da União – Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho/9ª Região – Município de Foz do Iguaçu. Termo de Ajuste de Conduta Aditivo nº 2822/2012.

⁵³ Depoimento realizado em 16/08/2012.

A partir do depoimento do Conselheiro, pode-se analisar o conflito na interpretação da função do Conselho Tutelar, pois a população em geral desconhece a amplitude das atribuições desse órgão, incumbindo-lhe responsabilidades que se destinam a outros setores do Estado. O agente comenta ainda a respeito da multiculturalidade na fronteira, a ocupação de seu espaço e sua projeção na postura política da comunidade e a polarização de interesses, que somados a vícios institucionais dificultam a ação efetiva desse órgão.

Outro fator que está relacionado diretamente ao trabalho infantil na Ponte da Amizade refere-se ao controle deficitário da passagem de estrangeiros na fronteira. Quando questionado sobre a fiscalização do Conselho Tutelar relacionado ao trabalho infantil na Ponte da Amizade, o Conselheiro afirmou que ocorre uma falha do setor de Controle Migratório, o que possibilita que crianças e adolescentes adentrem ao Brasil, sem acompanhamento dos pais e sem documentação. O Conselheiro declarou ainda que, quando são recolhidas crianças de nacionalidade paraguaia em situação de trabalho infantil, as mesmas são encaminhadas ao Consulado Paraguaio que realiza os devidos procedimentos.

Em depoimento escrito, um agente da Polícia Federal brasileira, o qual solicitou que seu nome não fosse revelado, descreveu seu trabalho relativo à fiscalização de entrada de crianças paraguaias na Ponte da Amizade:

Sou Agente de Policia Federal há 6 anos e trabalhei na Ponte Internacional da Amizade por 2 anos. Minha experiência com crianças na PIA (Ponte Internacional da Amizade) se restringe à verificação da presença dos pais ou responsáveis quando da passagem do Paraguai para o Brasil ou do Brasil para o Paraguai .Em minhas atividades policiais na PIA (Ponte Internacional da Amizade), antes da inauguração da nova aduana, crianças de origem brasileira se dirigiam ao Paraguai para buscarem mercadorias e transportá-las até o Brasil diversas vezes por dia, devido ao costume da chamada "cotinha" de "muamba" que todos imaginavam ter o direito de passar na PIA. Com a instalação da nova aduana, iniciou-se a fiscalização de menores que por ali transitavam e assim acabou de forma definitiva a introdução da chamada "cotinha" por parte de crianças e adolescentes que ali "trabalhavam". (...) Com relação ao trabalho infantil desenvolvido por crianças de origem paraguaia, isso infelizmente ainda acontece do meio da PIA em direção ao Paraguai, haja vista a Polícia Federal do Brasil.

O termo *cotinha* utilizado pelo agente, refere-se ao valor estabelecido pela Receita Federal às pessoas que visitavam Ciudad Del Este por via terrestre, o qual se limitava a trezentos dólares por pessoa de uma única vez a cada trinta dias. Esse valor era o limite que o turista ou comprista podia adquirir e passar na fronteira sem pagar impostos. Caso o valor de compras ultrapassasse o limite estabelecido, o comprista deveria declarar o excedente à

Receita Federal e pagar os devidos impostos. Os sacoleiros utilizavam-se dos *laranjas*, que podiam ser adultos ou crianças, cuja função era passar suas mercadorias e assumir uma cota. Porém, devido à precária fiscalização da Receita Federal no período anterior à instalação da nova aduana brasileira, esses trabalhadores passavam mercadorias muito acima da cota estabelecida, proporcionando uma grande rentabilidade aos sacoleiros (CARDIN, 2010).

Embora o agente ressalte o trabalho de controle e fiscalização, mencionando os órgãos responsáveis por tal, reconhece que a precarização existe e é persistente:

Observo que crianças paraguaias atuam revendendo refrigerantes, água, batatas fritas e todo tipo de mercadoria que o turista brasileiro está disposto a comprar.

E, ao modo de outros agentes públicos, recorre ao mito de origem familiar:

[...] Em minha opinião, as crianças ficam vendendo mercadorias na PIA pois seus pais são muito pobres e elas precisam ajudar na composição do orçamento familiar.

(...) Infelizmente, não possuímos relatórios com tais informações, porém acredito que o Conselho Tutelar Municipal talvez tenha alguma informação, pois eles também desenvolvem trabalhos na PIA. (Informação verbal)⁵⁴

Em documentação do Ministério Público do Trabalho⁵⁵ é relatada a conflituosa relação entre diferentes entidades públicas e o Governo Municipal, os quais denunciam a falta de controle migratório na Ponte da Amizade para coibir a passagem irregular de crianças e adolescentes, a qual deveria ser efetivada pela Polícia Federal. Nesse mesmo documento do ano de 2008, o Procurador oficiante diligencia a criação de uma força-tarefa composta pelo Município, Polícia Federal, Receita Federal, Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, pela gerência regional do Ministério do Trabalho e Emprego e pelo próprio Ministério Público do Trabalho para, diariamente fiscalizar, retirar e encaminhar esses jovens em situação de risco social envolvidos com contrabando de mercadorias da Ponte da Amizade, a entidades ligadas à sua proteção. Apesar das diligências do Ministério Público, na atualidade o envolvimento de crianças e adolescentes em trabalho infantil, contrabando e tráfico de entorpecentes continua ocorrendo, conforme comprovam as declarações do Conselheiro Tutelar.

⁵⁴ Depoimento concedido no dia 28/12/2011.

⁵⁵ Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho – 9ª Região/Ofício de Foz do Iguaçu. Termo de Audiência – 12 nov. 2008.

O Conselho Tutelar tem uma função preponderante quando se discute erradicação do trabalho infantil e garantia de direitos de crianças e adolescentes no município. Este órgão encontra-se articulado com outros Conselhos Municipais, como da saúde, educação, assistência social, a fim de que o atendimento à criança e ao adolescente seja prioritário em quaisquer situações. O não atendimento às suas deliberações consiste em uma violação dos direitos das crianças e um retrocesso na luta pela melhoria da qualidade de vida dos infantojuvenis no município de Foz do Iguaçu, o que resultará em futuros problemas sociais para a cidade.

É necessário considerar que, apesar destas políticas ou ações, os sujeitos fazem a sua própria história, dialogando com esses elementos mais estruturais. Há outros lugares da reprodução cultural que também fornecem elementos para territorialidades existenciais. Como apontado no início deste capítulo, os sujeitos criam outras representações e estratégias de sobrevivência que, quase sempre, divergem das ações e políticas públicas dos agentes estatais.

3.5.5 A Secretaria de Assistência Social

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, no que concerne à fiscalização do trabalho infantil, com base na normativa da política do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, é responsável pela execução do atendimento dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, o qual atende crianças e adolescentes em situação de trabalho, não só na região da Ponte da Amizade, mas em todo o município. A assistente social, chefe do setor de proteção social especial de média complexidade desta Secretaria, forneceu importantes relatos sobre o atendimento a esses indivíduos na Ponte da Amizade.

A assistente social descreveu o contexto social complexo do município de Foz do Iguaçu, que devido às suas características peculiares de cidade de tríplice fronteira, apresenta condições que facilitam a existência do trabalho precoce, inúmeras favelas próximas ao rio Paraná, como a favela do Bambu e o Jardim Jupira, conectadas com o contrabando e tráfico de produtos paraguaios e sérios empecilhos à efetivação satisfatória do atendimento da Secretaria de Assistência Social:

Então, é uma cidade que tem bolsões de pobreza, tem favelas onde ocorre alta incidência de tráfico de drogas, tráfico de armas também, é uma cidade com renda per capita da população, má distribuição de renda (...). A favela

do Bambu, das favelas de Foz de Iguaçu, para as entidades socioassistenciais e para rede formal, ela é a favela mais difícil de você prestar algum atendimento, porque, por exemplo, outras favelas como a Vila Bancária e o Jardim Jupira. Porque ali no entorno da Ponte, nós temos duas favelas próximas, na fronteira com o rio, com o Paraguai, a do Bambu e a do Jupira. Ali o tráfico é intenso, tráfico de drogas, armas, cigarros e equipamentos. Pelo rio o tráfico mais intenso de drogas e armas. (...) Agora na favela do Bambu, não entra veículo, não tem estrada para entrar veículo, não tem comércio, não tem nenhum tipo de comércio, não tem acesso e para você entrar na favela tem que ter autorização do dono da “boca”. Uma favela extremamente violenta, uma favela extremamente voltada para o tráfico pesado de armas e drogas. Então grande parte dos adolescentes apreendidos de Foz ou que vêm de outras regiões, que têm envolvimento com o tráfico, vêm da favela do Bambu. (Informação verbal)⁵⁶

A Secretaria de Assistência Social executa serviços de identificação e mapeamento dos endereços das famílias de crianças e adolescentes trabalhadores, sua inclusão em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos⁵⁷. Conforme a assistente social, o CREAS 1, fornece um serviço especializado de abordagem social, chamado de busca ativa. O serviço de “*busca ativa*” funciona 24 horas por dia, composto por 4 equipes, com 4 educadores. A busca ativa atende ligações telefônicas de 03 disque denúncia, gratuitos, de abrangência municipal e estadual, em que a população denuncia situações de violação às crianças e adolescentes e os agentes desse serviço averiguam.

Quando as crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce são de nacionalidade paraguaia, o CREAS conta com a parceria do atendimento do Conselho Tutelar do município, que as encaminha ao Consulado Paraguaio, órgão que, conforme o relato da assistente social, tem feito um acolhimento extremamente rápido, encaminhando-as para o Setor de Migração da Ponte da Amizade para retornarem ao seu país de origem. Caso a criança estrangeira apresente alguma lesão corporal ou se foi vítima de violência ou abuso, é encaminhada ao Conselho Tutelar, o qual poderá relatar o caso à Vara da Infância e da Juventude do Município e, se determinado por esse órgão, o CREAS realizará o acolhimento até a localização da família.

Em depoimento realizado, a assistente social, coordenadora do CREAS, localizado no Jardim Eliza, em Foz do Iguaçu, o qual atende famílias vítimas de violência, entre outros casos, relatou que os educadores desse órgão atendem denúncias de exploração de trabalho infantil de comerciantes da Vila Portes, nas quais ocorre o recolhimento de diversas crianças paraguaias. Em muitos casos, relata a assistente social, as mães paraguaias transportam de cinco

⁵⁶ Entrevista – Setor de proteção social especial de média complexidade – Secretaria Municipal de Assistência Social - 17/08/2012.

⁵⁷ Idem.

a oito crianças que vêm acompanhadas de mães, vizinhas, geralmente mulheres, que as conduzem ao Brasil para que realizem a venda de mercadorias – suas caixinhas de balas e doces. Esses indivíduos são conduzidos ao Consulado Paraguai ou diretamente são levados à Aduana Federal para retornarem ao seu país⁵⁸.

Conclui-se pelos depoimentos dos técnicos da Secretaria de Assistência Social e membros de outras entidades, que o atendimento de crianças e adolescentes paraguaios que se dirigem à Foz do Iguaçu não pode ser efetivado nem por programas, nem por medidas protetivas de órgãos brasileiros, além de suas famílias não serem mapeadas pelo CREAS, pois são de nacionalidade estrangeira e não possuem residência no Brasil. Ocorre uma discrepância entre as políticas públicas de assistência às crianças e adolescentes entre Paraguai e Brasil, estimuladas por questões culturais do país vizinho e ausência de integração e diálogo entre os órgãos de assistência social desses países limítrofes. Devido a essas dificuldades, crianças paraguaias continuam passando com facilidade pela fronteira e se deslocam à vila Portes para oferecer suas mercadorias, permanecendo longas jornadas em Foz do Iguaçu, fato que confronta a legislação brasileira e os princípios morais da integração entre Brasil e Paraguai.

Ademais, fica evidente que na própria família – por motivos culturais, econômicos e ou simplesmente para não deixá-los em casa – ocorre a inclusão de crianças na prática do comércio informal. Este fato, se interpretado ao rigor da lei, não caracteriza abandono de menor, mas de criança com acompanhamento dos pais. Neste caso, há o consentimento dos responsáveis; isto dificulta a ação dos agentes do CREAS.

3.5.6 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi elaborado pelo Governo Federal, sendo integrante da política nacional de Assistência Social e implantado em maio de 1996. O PETI compreende uma política de transferência de renda, trabalho social com famílias cujos pais encontram-se desempregados e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho⁵⁹.

⁵⁸ Depoimento da assistente social coordenadora do CREAS – Jardim Eliza, Foz do Iguaçu, no dia 04/12/2012.

⁵⁹ Dados fornecidos durante o Seminário “Capacitação para o enfrentamento ao trabalho infantil”, promovido pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social/Coordenação de proteção social especial – Governo do Paraná, realizado em Foz do Iguaçu, de 07 a 09 de novembro de 2012.

Os beneficiados recebem uma bolsa no valor de R\$ 40,00 mensais, conforme o número de filhos que a família possui com faixa etária compatível ao programa (7 a 15 anos), vinculando seu recebimento à frequência da criança à escola e à sua participação nas jornadas ampliadas e a participação da família nos projetos de geração de emprego e renda (JORGE, 2007).

Conforme Jorge (2007), o PETI foi criado para retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de situações de trabalho perigoso, insalubre, penoso e degradante, elaborado com os seguintes objetivos: promover o acesso, a permanência e o bom desempenho das crianças e adolescentes na escola; promover seu amplo desenvolvimento através de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer, exercidas como atividades complementares ao período escolar - as jornadas ampliadas; proporcionar às famílias cadastradas a reinserção ao mercado de trabalho, fornecendo-lhes capacitação adequada, a qual é efetivada através do convênio entre o PETI e o Programa Nacional de Geração de Renda e Emprego.

Em junho de 2005, o PETI já atendia cerca de 930 mil crianças no território nacional e no Estado do Paraná, beneficiava cerca de 48,5 mil crianças e adolescentes. No ano de 2006, o PETI passou a integrar o Programa Bolsa Família do Governo Federal, não mais limitando seu atendimento a crianças empregadas em atividades perigosas, insalubres, penosas e degradantes, mas ampliando seu auxílio a todas as crianças trabalhadoras menores de 16 anos (JORGE, 2007).

Em Foz do Iguaçu a aplicação e execução do PETI apresentaram diversas irregularidades. Em maio de 2010 o município recebeu a visita de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a fim de inspecionar a aplicação de fundos e o funcionamento do PETI no município. Durante esse evento foi constatado que o Município não estava utilizando adequadamente os recursos repassados pelo Governo Federal para aplicação no PETI e Projovem Adolescente. Segundo relatório do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁶⁰ o atendimento desse programa era inferior à demanda do município e o público assistido pelo programa, em sua maioria, não estava em situação de trabalho.

A execução do PETI, quando ocorre, é deficiente. Não são observadas as diretrizes do Programa, assim como não são repassados o lanche e os materiais necessários para a execução das ações. Em um dos Núcleos o lanche é fornecido pela Secretaria de Educação (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010).

⁶⁰ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Relatório de Visita ao Município de Foz do Iguaçu – PR – 2010.

O relatório concluiu que o Município de Foz do Iguaçu não havia utilizado adequadamente os recursos repassados para financiar as diversas atividades que prevê o Programa, tendo acumulado um saldo entre os anos de 2005 até 2009, de R\$ 1.403.670,74 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010). Como resultado da avaliação das contas do Município e considerando a baixíssima execução do PETI, foi sugerida no Relatório de Visita a devolução deste saldo existente, sendo que os recursos que eram enviados pelo Governo Federal foram suspensos.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Assistência Social (Informação verbal)⁶¹ a partir do ano de 2010 o PETI foi revitalizado, contendo atualmente 728 crianças cadastradas como vítimas de exploração do trabalho infantil no município. Além disso, a Secretaria de Assistência Social realizou convênios com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Esportes para atendimento dessas crianças e adolescentes no contra-turno, em Centros de Convivência escola-bairro na cidade. No ano de 2011 o Governo Federal, após visita ao município para inspeção, aprovou a gestão atual do PETI, da mesma forma o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após analisar a reestruturação do programa, considerou-o adequado. A partir de então, a Secretaria Municipal de Assistência Social espera o retorno do financiamento para o PETI pelo Governo Federal.

3.5.7 Plano de Atendimento Integrado de Referência e Contra-referência para Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual Comercial

Segundo classificação da OIT (Convenção 182), uma das piores formas de trabalho infantil consiste na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Em Foz do Iguaçu, o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC apontou 600 crianças em situação de exploração sexual no ano de 2003. Segundo a reportagem que descreveu esse diagnóstico: “Este é um fenômeno visível e crescente nas principais ruas da cidade que integram esta tríplice fronteira. Ele ocorre em casas noturnas, bares, boates, prostíbulos, pousadas e pardieiros ditos hotéis” (A GAZETA DO POVO, 2003).

Durante sua entrevista, a assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, destacou o lançamento recente de um plano nacional de enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes – o Plano de

⁶¹ Entrevista com a assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, no dia 17/08/2012.

Atendimento Integrado de Referência e Contra-referência para Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual Comercial, promovido pelo Governo Federal. Os representantes do programa já estiveram em Foz do Iguaçu capacitando os profissionais de assistência social e iniciaram o esboço de um plano municipal de enfrentamento à violência infantil, o qual norteará a implantação de uma série de políticas públicas voltadas à defesa dos direitos dos infanto-juvenis.

Nesta pesquisa, confrontou-se a situação de humilhação sexual de crianças, tanto no espaço privado do lar, da família, quanto no espaço público. Salienta-se, no entanto, que embora necessária a adoção de políticas coibidoras como esta, ela estará sujeita ao corporativismo e à multiculturalidade da tríplice fronteira.

3.5.8 O ProJovem

O ProJovem consiste em um núcleo de ações destinadas a adolescentes, incluindo atividades que inserem noções de cidadania, conhecimento de direitos, orientação profissional. O ProJovem é um atendimento de caráter preventivo, executado em 16 núcleos em Foz do Iguaçu, os quais estão vinculados aos CRAS, distribuídos em diferentes bairros da cidade – Porto Meira, Morumbi, Cidade Nova e Três Lagoas. (Informação verbal)⁶²

O ProJovem Urbano é um programa que destina a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua reinserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania. Apesar da faixa etária relatada, em Foz do Iguaçu o programa cadastrou jovens de 15 a 17 anos nos 16 núcleos de atuação:

O ProJovem Urbano tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre:

- Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial;
- Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade (<http://www.projovemurbano.gov.br>. Acesso em 01 dez. 2012).

Tão necessária quanto a participação na elaboração de políticas públicas nos diferentes âmbitos do engajamento político, é reconhecer esse espaço como local de contradições e

⁶² Entrevista feita com Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, 17/08/2012.

correlação de forças e interesses muitas vezes opostos. Observa-se, ao elencar os programas sociais para crianças em situação de trabalho, que o espaço das políticas públicas não é um ambiente onde a circulação flui facilmente. O exemplo local que se tem é o embate de interesses entre a administração do município de Foz do Iguaçu e as entidades voltadas à prevenção de riscos sociais e proteção de crianças trabalhadoras. Dessa forma, não havendo diálogo entre essas instâncias, ocorre a judicialização dos conflitos, com a intervenção do Ministério Público e demais entidades, com o propósito de conciliar as discussões.

Em certas dimensões o Estado tem se mostrado como o maior violador de direitos das crianças e adolescentes, comprovado pela inexistência de serviços, desinteresse em fornecer manutenção e recursos humanos para a rede que atende as demandas da população em risco social.

Outra reflexão que complementa o foco da discussão refere-se aos sujeitos dessa pesquisa: as crianças e adolescentes e as estratégias e astúcias desenvolvidas para melhor relacionar-se com o enquadramento do Estado. As políticas públicas e seus programas sociais remetem à tentativa de normatizar esses indivíduos e moldá-los dentro da sociedade. As ações individuais de fuga dessa normatização estão claramente perceptíveis nos jovens da Ponte da Amizade que preferem as ruas à escola, o trabalho informal aos programas sociais e tentam escapar do “acolhimento” das entidades públicas. Como descreve Certeau (2009, p. 51), “Cada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta a astúcia no relacionamento com eles, (...)”. O que os atrai nas ruas? A liberdade de não serem limitados por regras e horários? Ou a miséria que os impele na busca da renda para ajudar a subsistência da família? Quizá os programas sociais não alcancem a dimensão cultural desses sujeitos, sua individualidade.

A constante circulação de crianças paraguaias pela Ponte da Amizade nos remete à indeterminação da fronteira. Tal como argumenta Martins (2009), a fronteira de modo algum pode ser reduzida à delimitação geográfica, ela é fronteira de muitas coisas: fronteira da civilização, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da historicidade do homem. Por ela perambulam indivíduos de diferentes etnias, perspectivas e interesses. Por maiores que sejam as tentativas do Estado em circunscrever os cidadãos em seus espaços, em seus territórios, aqui na fronteira esse intento escapa ao seu controle. Foucault (1979) em sua obra *Microfísica do Poder*, deixa clara a noção de que é impossível materializar o poder, pois para ele o poder não existe, o que existem são práticas ou relações de poder, ou seja, o poder é algo que se exerce, que efetua e funciona, se dissemina por toda a

estrutura social. Aplicando as teses de Foucault à realidade da fronteira, identificam-se os poderes nas instituições do Estado, ao pretender controlar os indivíduos – as crianças e adolescentes, não para supliciá-los, ao contrário, para retirá-los da situação de trabalho, e assim, aprimorá-los, adestrá-los, não expulsá-los da vida social, “(...) e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades (...)” (FOUCAULT, 1979, p. 16).

Embora Foucault (1979) insista que o Estado não seja necessariamente o ponto de partida do poder, tampouco o situa em outro lugar que não o Estado. Sendo assim, identifica-se o poder em diversas relações de forças, às quais o “homem ordinário”, parafraseando Certeau (1994), foge, tenta livrar-se com relativo sucesso. Significa dizer que o controle da Aduana Federal, dos agentes da Polícia Federal e dos educadores da Assistência Social do Município de Foz do Iguaçu seguirá, tentando delimitar a fronteira e enquadrar esses sujeitos. Igualmente as crianças da ponte, conhecedoras dos instrumentos e do funcionamento do controle fronteiriço, reorganizam-se e estruturam suas estratégias e suas precauções no cotidiano do sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Foz do Iguaçu foi radicalmente transformada em sua distribuição espacial, em sua economia e no perfil de sua população pelo megaprojeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Contudo, os aspectos negativos da construção da hidrelétrica não foram elencados pela imprensa local, o que sem dúvida representaria enfrentar o poder que emanava da Usina de Itaipu e dos políticos a ela ligados, numa rede de relações que abarcava o mundo da fronteira, o Estado do Paraná e os governos federais do Brasil e do Paraguai (CATTÀ, 2009).

Combinando a finalização das obras da Itaipu com a profunda recessão mundial que envolvia igualmente o Brasil, formou-se um problemático contexto na cidade de tríplice fronteira, a qual se deparava ainda com as demissões em massa de trabalhadores de várias áreas como pedreiros, concretadores, ferramenteiros, marceneiros, azulejistas, encanadores, vidraceiros, e de outros setores da construção civil. Como forma de sobrevivência, esses desempregados procuravam ocupações na informalidade e no subemprego, ou seja, o contrabando de produtos importados do Paraguai vislumbrava oportunidades de lucro imediato.

Além do desemprego, a cidade de Foz do Iguaçu defrontava-se com outros dilemas sociais decorrentes da queima de etapas em seu crescimento urbano: o grande número de crianças pobres abandonadas, crescente índice de criminalidade e o processo de favelização em áreas periféricas da cidade, sem qualquer infraestrutura.

No decorrer dos anos 1980 a 1990 o comércio frenético da Ponte da Amizade revelou outro aspecto da degradação do homem submetido ao capitalismo: o grande número de crianças que mendigavam pelas ruas centrais e pela Vila Portes, bairro próximo à fronteira com o Paraguai, circulando pela imensa faixa de fronteira dos três países, submetidas ao trabalho infantil, a abusos de vários tipos e à violência. Segundo Catta (2009), na década de 1980 havia uma população de 30 mil crianças de famílias extremamente pobres dispersas pelas favelas da cidade de Foz do Iguaçu. A situação de precariedade em que viviam essas famílias expunha seus filhos ao mercado de trabalho, como forma de ajudar na subsistência doméstica.

Nesse momento, durante o decorrer da década de 1990, o poder público, os empresários e a própria imprensa intensionava divulgar a tríplice fronteira como um local de inúmeros atrativos turísticos, centrando esforços no embelezamento do corredor de fluxo turístico. A questão social era relegada à competência de órgãos filantrópicos de assistência social e as crianças submetidas ao trabalho infantil encaradas como “menores delinquentes”

ou menores abandonados. O termo “menor” designado aos pequenos trabalhadores, segundo Catta (2009), remete à idéia de exclusão, constituindo a afirmação da diferença estrutural entre vários grupos, tornando-a naturalizada.

Catta (2009) não apresenta uma estatística oficial, mas afirmou que em 1984, calcula-se que existiam entre 1300 e 1600 crianças e adolescentes em situação de alto risco, a maioria encontrava-se pelas ruas perambulando, fumando, cheirando cola e cometendo pequenos furtos. Algumas possuíam vínculo familiar, outras totalmente abandonadas.

Afirma ainda Catta (2009) que, decorrer da década de 1990 as autoridades locais e órgãos de repressão empreenderam esforços para intimidar a presença de crianças mendigando ou vendendo “muambas” pelas ruas. Contudo a degradação social da cidade era fortemente visível e desagradava à elite dominante local, interessada em maquiagem as seqüelas do crescimento desenfreado de Foz do Iguaçu.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no ano de 1990 ocorreu um grande avanço no Brasil relativo à proteção integral desses jovens. Igualmente o esforço de instituições governamentais e não-governamentais, ao lado de outras como a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o auxílio prestado pelo Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, apresentaram resultados significativos na redução de crianças e adolescentes trabalhadores.

Em 1992 ocorreu a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Foz do Iguaçu pela Lei nº 1677/1992, o qual passou a ter a competência de formular a política municipal dos direitos das crianças e adolescentes, zelar pela execução dessa política e formular as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal. Através desse Conselho Municipal instalou-se no ano de 2001 o Conselho Tutelar de Foz do Iguaçu, cujas atribuições são determinadas pelo artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Observou-se através da pesquisa de campo que o atendimento a crianças em situação de risco e de trabalho infantil em Foz do Iguaçu é feito pelo Conselho Tutelar e suas famílias assistidas por diferentes programas sociais. Contudo, os vendedores ambulantes com faixa etária inferior a 14 anos que se encontram na Vila Portes não são, em sua maioria, brasileiros.

Uma das importantes conclusões dessa pesquisa foi perceber que o trabalho infantil nas proximidades da Ponte da Amizade incorpora crianças e adolescentes de nacionalidade paraguaia, os quais cruzam a fronteira através do transporte de vãs ou demais automóveis e por isso não são barrados pela fiscalização. Muitos estão acompanhados de seus pais, os quais

igualmente desempenham funções no comércio ambulante, como vendedores de meias, C.Ds, alho, chás, amendoim e repassam a seus filhos a aprendizagem relativa ao comércio informal. Os jovens adolescentes majoritariamente cruzam a Ponte da Amizade sozinhos ou acompanhados de adultos conhecidos, os quais trabalham no mesmo ramo.

O trabalho infanto-juvenil complementa a renda familiar em conjunturas em que é mais barato e pode ser indutor do desemprego do pai adulto. A maioria das crianças e adolescentes que trabalha não são qualificados através dessas atividades e, conseqüentemente não são promovidos socialmente, realimentando o círculo vicioso da pobreza familiar e individual.

Segundo o Mapa do Trabalho Infanto-Juvenil no Paraná do IPARDES (2007), das crianças ocupadas no Estado, com idade entre dez e treze anos, aproximadamente 70% pertencem a famílias cuja renda mensal familiar per capita é de até um salário mínimo, sendo que 42% provêm de famílias em situação de extrema pobreza.

Os efeitos nocivos do trabalho precoce estão associados a prejuízos no desenvolvimento das crianças e adolescentes, não apenas na submissão a tarefas inapropriadas, mas ao pagamento inferior, porque têm seu tempo de lazer e estudo usurpado em favor da contribuição familiar. Em muitos casos, esses jovens estão expostos a maiores riscos a sua saúde, à violência das ruas, ao assédio sexual, a drogas. O trabalho dos adolescentes geralmente consiste em uma escolha, na busca pelo desejo de autonomia financeira e de acesso a bens de mercado, tal como afirmaram as vendedoras de meias entrevistadas. Para elas, a atividade de vendedora ambulante é agradável, preferem trabalhar a estar em sua casa.

Esses pequenos trabalhadores da informalidade de Foz do Iguaçu encontram em suas atividades meios de melhorar a subsistência de suas famílias e obtêm sua autonomia financeira e, para tanto, utilizam-se de diversas estratégias, adaptando-se ao ambiente hostil do desenfreado comércio fronteiriço.

Certeau (1994) descreve tal inventividade como um “movimento de micro-resistências” ao poder dominante, são as astúcias dos mais fracos em sua luta na invenção de seu cotidiano. Tais estratégias dos trabalhadores informais remetem a uma inversão e uma subversão não perceptível pelas instituições. Essas “mil maneiras de fazer”, afirma Certeau constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado. São modos de proceder, astúcias de consumidores que compõem no limite, a rede uma antidisciplina. Observam-se claramente esses procedimentos na Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu apenas ao analisar o movimento do comércio da Ponte da Amizade. Há uma rede intocável de relações sociais entre os trabalhadores informais que os faz mudar a localização,

tomar conhecimento da fiscalização, cambiar moeda, falar diferentes idiomas, atender a diferentes gostos e interesses dos turistas.

A composição dos trabalhadores informais em Foz do Iguaçu não coincide plenamente com a tendência dos processos de desregulamentação do trabalho que estão ocorrendo em nível internacional.

A informalidade iguaçuense está vinculada às ocupações desempenhadas na Ponte da Amizade pelos chamados “laranjas”, sacoleiros, cigarreiros, olheiros, batedores, vendedores ambulantes e outros. Esse tipo de trabalho desenvolvido na fronteira exige um perfil de trabalhador específico, forçando-os a constantes adaptações em suas atividades, devido à pressão exercida pela fiscalização na repressão ao descaminho e ao contrabando (CARDIN, 2009).

A maioria desses trabalhadores informais observa sua ocupação e suas práticas de trabalho periféricas e precárias como temporária, como um “quebra-galho”. No entanto, tal atividade se configura como a única fonte de renda para um significativo número de pessoas. Em tal postura observam-se as estratégias e a criatividade utilizadas por essas pessoas excluídas do mercado formal de trabalho na luta diária pela sobrevivência.

Por outro lado, é inegável a aprendizagem prática que as crianças e adolescentes ocupados no comércio fronteiriço adquirem. Nessa pesquisa pretende-se evitar a vitimização dos sujeitos e sim, tratar a questão do trabalho infanto-juvenil como foco de discussão prioritário da sociedade civil, instituições e conseqüentemente dos órgãos públicos.

Na observação concreta, ou seja, analisando os resultados da pesquisa qualitativa na Vila Portes, o que se percebe no mundo do trabalho do comércio fronteiriço em Foz do Iguaçu, é que esses jovens se tornam visíveis em suas relações mercadológicas e informais, adquirindo conhecimentos de vivências, novas expressões e aprendendo matemática através das conversões de moeda; esse conhecimento empírico que as crianças e adolescentes adquirem não são valorizados pela escola tradicional, pois a educação bancária (FREIRE apud CECCON, 1982) não sabe ou não quer aproveitar todos os conhecimentos e experiências que as crianças pobres acumularam no seu meio ambiente e que, por vezes, são muito ricas, como defende Ceccon (1982). Essas experiências apreendidas no cotidiano dessas crianças são extremamente interdisciplinares, uma vez que permitem que elas se interrelacionem com outros personagens, manifestem outras línguas, outros sons nessas interfaces entre trabalho, repressão das instituições do Estado, negociações com clientes e iniciem empreendedorismo primitivo, aprendam a sobreviver e enfrentar desafios.

Porém, esse fato não extingue o caráter de exploração do qual o trabalho infanto-juvenil se reveste. Sabe-se que historicamente a elite social brasileira sempre encarou o trabalho infantil como uma medida de prevenção à criminalidade. Mas para os pobres era uma maneira de sobreviver. De todas as formas a criança e o adolescente que trabalham estão expostos a jornadas de trabalho excessivas, riscos à saúde, exploração sexual e dedicam menos tempo aos seus estudos ou evadem da escola por desinteresse ou cansaço, ou seja, sofrem danos em seu desenvolvimento físico e psicológico.

O trabalho infantil é uma questão que está intercalada com diferentes problemáticas, exigindo um enfoque interdisciplinar a fim de compreendê-la. Torna-se premente uma análise de toda a conjuntura social que permeia a tríplice fronteira. Dessa forma, entende-se o trabalho precoce como um fenômeno decorrente da pobreza, da violência doméstica, da fome, da exploração sexual, bem como de lacunas ou ausência de políticas públicas. A integração e o diálogo entre diferentes setores da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, bem como de entidades governamentais ou privadas, pode amenizar a centralização do atendimento de famílias em risco social apenas nos setores de Assistência Social. Os programas sociais de atendimento de crianças e adolescentes devem estar articulados com as demais políticas sociais, especialmente as de saúde, educação e geração de renda, além da incorporação das perspectivas de gênero e raça, especialmente nesta fronteira.

É fundamental que o tema do trabalho infantil seja focado na perspectiva dos Direitos Humanos, os quais são fundamentais e inalienáveis e não podem ser negociáveis. As leis vigentes são instrumentos legais que buscam garantir esses direitos. Tais questões devem demandar vontade política e discernimento dos responsáveis por Instituições, órgãos públicos e representantes da sociedade civil (BRASIL, Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2004).

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Augusta Thereza et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI, Arllindo; SILVA NETO, Antônio. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011, p.3-68
- ALVES, Alexandre. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BAQUERO, Rute; NAZZARI, Rosana Kátia (org). *Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social*. Cascavel: Coluna do Saber, 2010.
- BATTISTI, César. Trajetórias ocupacionais na fronteira Brasil/Paraguai. In: *Ensaio Históricográficos – “Sociabilidade e Identidade na Fronteira”*. Foz do Iguaçu: Editora Uniamérica, 2008, pp. 56-67.
- BANTON, Michel. *A idéia de raça*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília, Diário Oficial da União, 1990. Ed. Reformulada.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Legislação Complementar para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Vade Mecum*, São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório. *Revista brasileira. Est. Pop.*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

BURKE, Peter. *A escola de Annales – 1929-1989 a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARDIN, Eric. O novo mundo do trabalho e o perfil dos “trabalhadores informais” de Foz do Iguaçu (2002-2007). In: DEBALD, Blasius; CARDIN, Eric (org.). *Revista Região e Desenvolvimento: estudos temáticos sobre o extremo oeste do Paraná*. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009, pp. 7-26.

_____. *Sacoleiros e “laranjas” na tríplice fronteira: uma Análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

_____. *A expansão do capital e as dinâmicas de fronteira*. Araraquara – SP: Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - Unesp, 2010.

_____. Trabalho e organização dos “barqueiros” na fronteira do Brasil com o Paraguai. In: BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José (orgs.). *Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011, p. 79-98.

CATTA, Luís Eduardo. *A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/ 1964-1992)*. São Paulo: Editora Blucher Acadêmica, 2009.

CECCON, Claudius et al. *A vida na escola e a escola da vida*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIZZOTTI, Antônio. A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. In: *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 16, n. 002, Braga - Portugal, Universidade do Minho, 2003, pp. 221-236

CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 141-162.

DAUSTER, Tania. *Uma infância de curta duração: trabalho e escola*. In: Caderno de Pesquisa, São Paulo, nº 82, agosto/ 1995, DIEESE, p.31-36.

DE MAUSE, Lloyd. *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza Universidad: 1991.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1980.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel, Edunioeste, 2002.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Mapa do Trabalho infanto-juvenil no Paraná*. Instituto Paranaense do Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, IPARDES, 2007.

JORGE, Arabela Coninck. *O trabalho da criança e do adolescente como causa e efeito dos fatores econômicos e sociais*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

LARA, Ricardo. Da atividade humana sensível à ciência real unificada. In: SANTOS, José de Souza; ARAÚJO, Renan (orgs.). *Trabalho, educação e sociabilidade*. Maringá: Práxis: Massoni, 2010.p. 17-37.

LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1999, p. 19-52.

LEMOS, José de Jesus Sousa. *Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

LOPES, Jader Janer Moreira. Espaço, lugar e territórios de identidade: a invisibilidade das crianças migrantes. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.). *Infância invisível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007, p. 151-172.

LUKÁCS, György. *Ontologia del ser social: El trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MARÇAL, Jairo (Org.). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. *El Manifiesto Comunista*. Madrid: Ediciones Progreso, 1985.

_____. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *O Capital*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça*. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Edições Loyola e Comissão Pastoral da Terra do Paraná, 2003.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 259-288.

NASCIMENTO, Claudia Terra do. A Construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. In: *LINHAS*, Florianópolis, v. 9, n. 1, janeiro/junho/2008, p. 04-18.

NAZZARI, Rosana Kátia. *Empoderamento da Juventude no Brasil: Capital Social, Família, Escola e Mídia*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

NAZZARI, Rosana Kátia; LUZ, Paulino Pereira da. O capital social como instrumento de enfrentamento da violência infanto-juvenil em escola de periferia. In: BAQUERO, Rute; NAZZARI, Rosana (orgs.). *Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social*. Cascavel, Coluna do Saber, 2010, p. 110-142.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; DEITOS, Roberto Antonio. A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná nos anos 90: o PQE/PROEM e as orientações do BIRD/BID. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.). *Estado e políticas sociais no Brasil: conferências do Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil e textos do relatório parcial do projeto de pesquisa – Programas nas áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná*. Cascavel, EDUNIOESTE, 2001, p. 123-174.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p. 347-375.

PINASSI, Maria Orlanda. No mundo do capital a ocasião faz o ladrão. In: CARDIN, Eric. *A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira*. Araraquara, UNESP: Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2010.

PINTO, Geraldo Augusto. Maquinaria e manufatura na fábrica flexível: autonomia e heteronomia no trabalho. In: SANTOS, José de Souza e ARAÚJO, Renan (org.). *Trabalho, Educação e Sociabilidade*. Maringá: Práxis, Massoni, 2010, pp. 87-100.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. Pobreza e mudanças sociais recentes no Brasil. In: *Situação social brasileira*, 2007. Brasília: Instituto de Pesquisa econômica Aplicada – IPEA, 2009, p.129-150.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Tradução Suzana Menescal. São Paulo: Graphia Editorial, 1999.

RAMOS, Lauro; CAVALERI, Rosângela. O mercado de trabalho brasileiro em 2007. In: *Situação social brasileira, 2007*. Brasília: Instituto de Pesquisa econômica Aplicada – IPEA, 2009, p. 151.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do Social. In: *Jogos de Escalas – experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pg. 16-38.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

RISTOW, Márcia Regina. *Artes de prevenir: educação e saúde pelas visitadoras sanitárias no Paraná (1920-1940)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2011. Pg. 93/94.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p.376-406.

ROSEIRA, Antonio Marcos. *Foz do Iguaçu: Cidade Rede Sul-Americana*. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

RUA, Maria Adelaide. Infância em territórios de pobreza: os falares e sentires das crianças. In: *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007, p.205-242.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007, p. 25-49.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Retratos em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Aparecida Darc de. Experiências, memórias e percepções dos trabalhadores sobre o contrabando em Foz do Iguaçu. In: BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011, p.57-78.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto – Portugal: Edições Afrontamento, 1995.

SPRANDEL, Márcia Anita e outros (org.). *Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: Desafios e Recomendações*. Curitiba: UNICEF, ITAIPU Binacional, 2005.

STEARNS, Peter. Globalização e infâncias. In: *A Infância*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 183-212.

STOER, Stephen R. *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. BA: AATR, 2002.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto (Orgs.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007.

VIEIRA, Márcia Guedes. *Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas*. (Dissertação de mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SITES CONSULTADOS

<<http://www.pt.wikipedia.org>>. Acesso em 20 jul. 2011

<<http://www.osignificado.com.br>>. Acesso em 29 jan. 2012.

<<http://www.ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em 17/04/2012.

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 mai. 2012.

<<http://www.viomundo.com.br>>. Acesso em 12 abr. 2012.

<<http://www.direitoinblog.blogspot.com.br>>. Acesso em 27 nov. 2012.

<<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 28 nov. 2012.

<<http://www.projovemurbano.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 02 dez. 2012.

<<http://www.bonde.com.br>>. Acesso: 10 nov. 2012.

<<http://www.iguassureporter.com>>. Acesso: 22 jun. 2012.

<<http://www.noticias.r7.com>>. Acesso em 25 dez. 2012.

DOCUMENTOS

Plano Diretor de Desenvolvimento e Turismo de Foz do Iguaçu – Comissão de Desenvolvimento Municipal – CODEM e Convênio Banco de Desenvolvimento do Paraná – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 1968.

Perfil anuário estatístico/Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – 1974/1979 – Foz do Iguaçu. Secretaria Municipal da Coordenação e Planejamento, Departamento Extraordinário de Pesquisas e Informações, 1996.

Quadro estatístico da população do município de Foz do Iguaçu. Prefeitura Municipal/Secretaria de Governo/Departamento de Informações Institucionais, s.d.

LAZZARINI, Valtenir (org). Acolhimento – Coletânea de textos. Foz do Iguaçu, **Seminário Estadual “Acolhimento como Estratégia de garantia à convivência familiar e comunitária”**, 2010.

Anuário Estatístico do ano de 1990. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento/Departamento de Planejamento Econômico e Social – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/Paraná, 1990.

BRASIL - Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. **Relatório de visita ao município de Foz do Iguaçu – PR.** Foz do Iguaçu: Secretaria Nacional de Assistência Social. Período: 24 a 28/05/2010.

Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho – 9ª Região - Ofício de Foz do Iguaçu. Termo de Audiência – 12/11/2008.

Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho/ 9ª Região – Ofício de Foz do Iguaçu. Termo de Audiência, 12/11/2008.

Ministério Público da União – Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho/9ª Região – Município de Foz do Iguaçu. Termo de Ajuste de Conduta Aditivo nº 2822/2012.

PETI - Supervisão Técnica ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Município de Foz do Iguaçu – 18 de maio de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei Municipal 2.455** – Altera e consolida a Legislação que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu: Câmara de Vereadores, 18 de outubro de 2001.

_____. **Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Foz do Iguaçu – PR, 2002.

PERIÓDICOS

CARVALHO, Margaret Matos de. Combate ao trabalho infantil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jun 2006.

DIAS, Emerson. Crianças dividem escola com trabalho. **Folha de Londrina** – Infância. Londrina, 10 mar 2001.

Infância aviltada. **A Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 e 13 abr 2003.

MANIR, Monica. Labor sem rosto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Caderno Aliás, 16 out.2011.

MANZANO, Rodrigo dos Santos. Para arquitetar uma democracia. **Ciência & Vida** – Filosofia. São Paulo: Araguaia Editora, 2012.

OLIVEIRA, Fernando César. ***Pochmann: Pobres que trabalham e estudam têm jornada maior que operários do século XIX.*** Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br>>. Acesso em 12/04/2012.

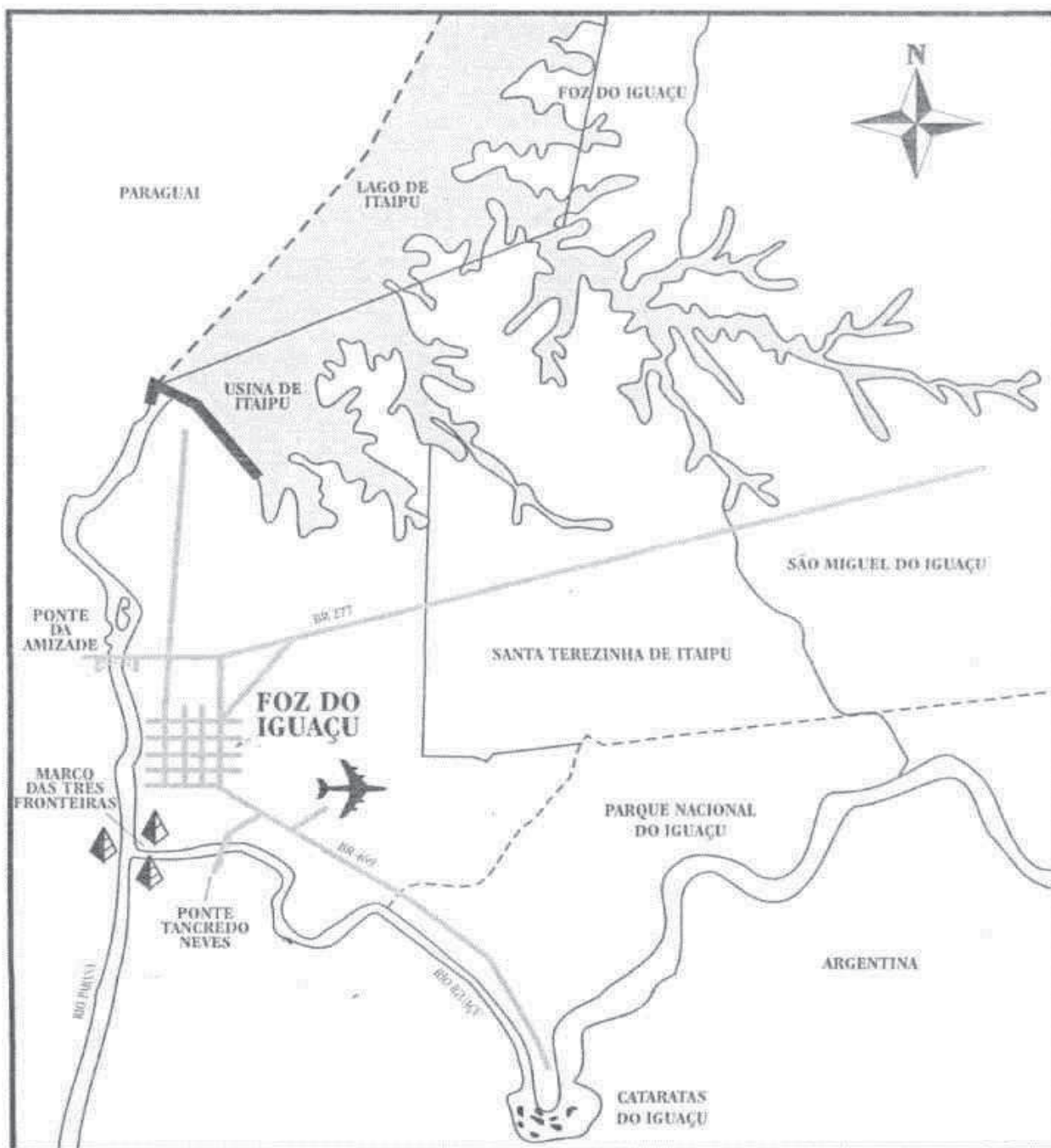
PERSIA, Mary. Pobreza atinge 600 milhões de crianças no mundo. **Folha de Londrina**, Londrina, 06 out 2001.

SANTIN, Wilham. Por que Foz? **Folha de Londrina**, Londrina, 28 jul 2009. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br>>.

APÊNDICES

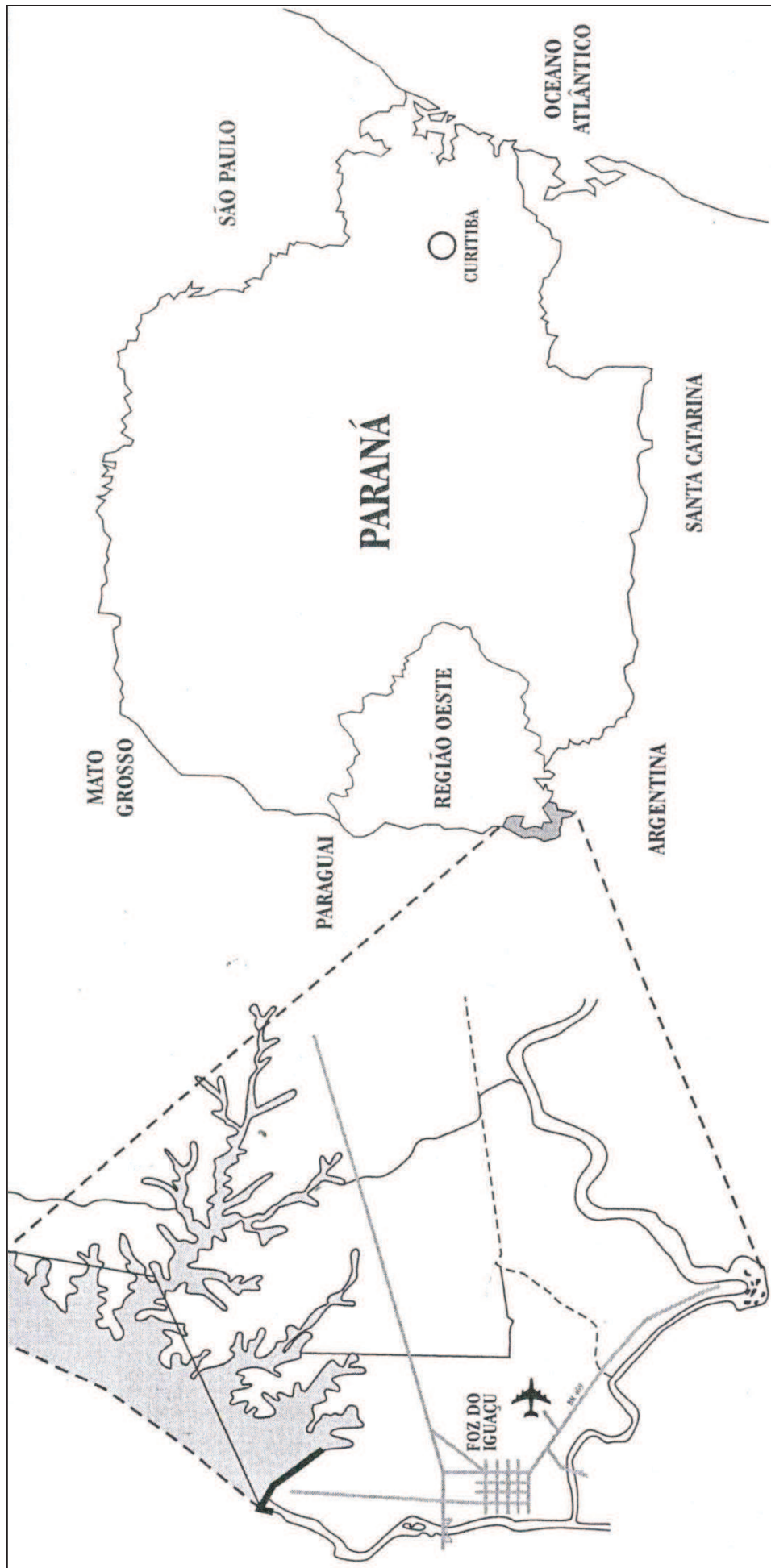
ANEXOS

ANEXO 1: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PARANÁ



Fonte: Secretaria Municipal da Coordenação e Planejamento, Departamento Extraordinário de Pesquisas e Informações de Foz do Iguaçu.

ANEXO 2: FOZ DO IGUAÇU E SUA INSERÇÃO NO OESTE E NO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: Secretaria Municipal da Coordenação e Planejamento, Departamento Extraordinário de Pesquisas e Informações de Foz do Iguaçu.

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE
TRABALHO INFANTIL E DE ADOLESCENTES EM FOZ DO IGUAÇU-PR
FILTRO: Crianças e adolescentes de 5 a 14 anos
TOTAL DE ENTREVISTADOS: 10 pessoas

Entrevista semi-estruturada.

Data: março de 2012.

Bairro: Vila Portes – Foz do Iguaçu - PR

1-SEXO:

() masculino

() feminino.

2 - ESCOLARIDADE:

.....(grau mais alto (completo ou incompleto).

3 - Por que você trabalha?

() Para ajudar a família;

() independência financeira;

() pressão dos pais;

() influência de conhecidos;

() outros:.....

4- QUANTOS DIAS DA SEMANA VOCÊ TRABALHA:

() todos os dias;

() dois dias;

() três dias;

() outros.....

5- MORA COM OS PAIS?

() sim

() não

() outros.....

6 - VOCÊ TEM IRMÃOS?

() Sim. Quantos?.....

() Não.

7 - VOCÊ COSTUMA DIALOGAR COM SEUS PAIS?

() Regularmente;

() às vezes;

() nunca;

() NR.

8 - COMO SUA FAMÍLIA LHE TRATA?

() Bem;

() com indiferença;

() mal.

9 - VOCÊ BRINCA?

() Sim, regularmente

() raramente;

- () nos fins-de-semana;
 () nunca.

10 – ONDE VOCÊ MORA?

- () Foz do Iguaçu – Brasil
 () Ciudad Del Este – Paraguay
 () Puerto Iguazu – Argentina.

11 - VOCÊ JÁ FOI RECOLHIDO PELO CONSELHO TUTELAR DE FOZ DO IGUAÇU?

- () sim. Quantas vezes?.....
 () não.

12 - Falando sobre violência, você considera Foz do Iguaçu uma cidade violenta?:

- () sim;
 () não;
 () mais ou menos.

13 - ATRAVÉS DE QUEM CONSEGUIU SEU TRABALHO?

- () Pais;
 () conhecido(a);
 () vizinho;
 () outras.....

14 – GOSTA DE SEU TRABALHO?

- () sim;
 () não.

15 - O QUE VOCÊ ESPERA DE SEU FUTURO?

- () estou confiante;
 () ter dinheiro;
 () ter trabalho;
 () com medo;
 () NR.

16 - O QUE VOCÊ MAIS GOSTA DE FAZER?

.....

17 - VOCÊ ESTÁ SENDO ATENDIDO POR ALGUM PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?

- () sim. Qual?.....
 () não.

18 - Qual sua religião?.....

- () NR

19 - COMO VOCÊ SE DEFINE EM TERMOS DE COR OU RAÇA?

- () negra;
 () parda;
 () branca.

20 – FREQUENTA A ESCOLA?

- () sim;
 () não. Por que?.....